



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA PÓVOA DE LANHOSO

Aos 29 dias do mês de abril do ano de 2025, pelas 20h30, no Theatro Club da Câmara Municipal da Póvoa de Lanhoso, sob a presidência de António Manuel Marques de Queirós Pereira, secretariado por José Ângelo Saavedra de Almeida Faria e por Eulália Margarida da Silva Rodrigues, reuniu ordinariamente a Assembleia Municipal da Póvoa de Lanhoso, com a seguinte ordem de trabalhos:

- PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA (45')
- PERÍODO DE INTERVENÇÃO DOS PRESIDENTES DE JUNTA (16')
- PERÍODO DE INTERVENÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES
- PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO (16')
- PERÍODO DA ORDEM DO DIA:

Ponto Um (30`):

Análise da atividade do Município e sua situação financeira, conforme disposto na alínea c) do n.º 2 do artigo 4.º do Regimento da Assembleia Municipal.

Ponto Dois (12`):

Proposta da Câmara Municipal para reconhecimento de interesse público de empreendimento turístico, denominado Campos de Vila, Hotel Rural, na Freguesia de Covelas, Concelho da Póvoa de Lanhoso, nos termos da Lei n.º 75/2013, de 12 setembro, na sua redação atual.

Ponto Três (35`):

Proposta da Câmara Municipal para apreciação e votação do relatório de gestão e prestação de contas do Exercício de 2024, nos termos da Lei n.º 75/2013, 12 de setembro.

Ponto Quatro (12`):

Proposta da Câmara Municipal para revogação parcial da deliberação do ponto 3 da sessão extraordinária da Assembleia Municipal, realizada a 27 de março de 2025, nos termos do artigo 169.º do Código do Procedimento Administrativo, designadamente na parte tocante à atribuição de subsídio à Junta de Freguesia de Santo Emilião e aprovação de minuta para delegação de competências e atribuição de apoio financeiro entre a Câmara Municipal e a Junta de Freguesia de Santo Emilião.

Ponto Cinco (12`):

Proposta da Câmara Municipal para alteração ao contrato de empréstimo de médio e longo prazo no valor de até ao montante de 535.000,00€ (quinhentos e trinta e cinco mil euros), adstrito aos investimentos relativos à ampliação da rede de saneamento (2.ª

fase) do Concelho, nos termos da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual.

Ponto Seis (12`):

Proposta da Câmara Municipal, para aprovação de compromissos plurianuais, nos termos do disposto pelo art.º 22 do decreto-Lei n.º 197/99, de 08 de junho, conjugado com a alínea c) do n.º1 do art.º 6 da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, no âmbito do projeto de investimento “*Habitações para Tod@s (Programa 1.º Direito)*”, inscrito no plano plurianual de investimentos (PPI) de 2025.

Estiveram presentes na bancada do PS os seguintes membros: Joaquim Armando da Silva Fernandes; Filipe Almeida Silva; Pedro Vale da Silva; Maria Glória Rodrigues Matos Couto; Clarisse Cardoso de Matos; Pedro Alexandre Oliveira Vale; Álvaro da Silva Vieira e Marta Maria da Cunha Vieira.

Estiveram presentes na bancada do PSD os seguintes membros: Sónia Manuela Baptista Guimarães; João Carlos Oliveira; Luís Carlos Lopes Carvalho; Fátima Elizabeth Campos Alves; José Miranda Gomes; Artur Vasco Lopes Salgado; Sónia Margarida da Silva Fernandes; Vítor Hugo Araújo da Silva; José João da Costa Fraga; Rita Catarina Branco Teixeira.

Foi justificada a falta do deputado Diogo Amaral de Sousa; a deputada Rita Catarina Branco Teixeira ausentou-se no final do ponto um e o deputado Artur Vasco Lopes Salgado ausentou-se após a votação do ponto três.

Esteve presente o membro do CDS: Pedro Alexandre Dias Afonso.

Estiveram representadas as Juntas de Freguesia do PSD de: Lanhoso; Monsul; Póvoa de Lanhoso; Rendufinho; Santo Emilião; Serzedelo; Sobradelo da Goma; Travassos; Vilela; União das Freguesias de Esperança e Brunhais; União de Freguesias de Verim, Friande e Ajude e União de Freguesias de Calvos e Frades. Sendo que a Presidente da Junta de Freguesia de Travassos se ausentou durante a discussão do ponto cinco.

Estiveram representadas as Juntas de Freguesia do PS de: Garfe; São João de Rei; Taíde; Galegos; Geraz do Minho; União das Freguesias de Águas Santas e Moure; União de Freguesias de Campos e Louredo e União de Freguesias de Fonte Arcada e Oliveira.

Estiveram representadas as Juntas de Freguesia eleitas como independentes: Covelas e Ferreiros.

Da Câmara Municipal estiveram presentes os seguintes elementos do PS: Frederico de Oliveira Castro; Maria de Fátima Vieira Duarte Moreira; Paulo Jorge Coimbra do Gago e Alberto Ricardo Teixeira Alves. Estiveram presentes os seguintes elementos do PSD: Olga de Jesus de Oliveira Fernandes Duque; Maria Alice Rodrigues Sousa e Pedro José da Silva Baptista. Sendo que a vereadora Maria Alice Rodrigues Sousa ausentou-se durante a votação do ponto cinco.

O Presidente da Assembleia Municipal, António Queirós Pereira, deu início à sessão ordinária da Assembleia Municipal, cumprimentou todos os presentes, e começou por colocar à votação a aprovação da ata da sessão ordinária da Assembleia Municipal de 28 de fevereiro de 2025 e a ata da sessão extraordinária da Assembleia Municipal de 27 de março de 2025, separadamente, informou que as mesmas foram aprovadas por unanimidade. Seguidamente informou que a Mesa da Assembleia conjuntamente com todas as bancadas parlamentares apresentaram um voto de pesar pelo falecimento de sua Santidade, o Papa Francisco, e concedeu a palavra ao primeiro secretário, José Faria, para leitura do voto de pesar.

Interveio o deputado José Faria, primeiro secretário da Mesa da Assembleia, cumprimentou todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“Voto de pesar pelo falecimento do Papa Francisco

Faleceu por motivos de saúde sua santidade o Papa Francisco. Jorge Mario Bergoglio nasceu em Buenos Aires, na Argentina, a 17 de dezembro de 1936 e faleceu no Vaticano a 21 de abril de 2025. Foi o 266º Papa da Igreja Católica, bispo de Roma e soberano da cidade do Vaticano, desde 13 de março de 2013 até à data de sua morte.

Ao longo da sua vida pública, destacou-se pela sua humildade e pela preocupação com os mais pobres e desfavorecidos. Teve uma abordagem menos formal ao papado do que os seus antecessores, tendo escolhido residir na casa de hóspedes Domus Sanctae Marthae em vez de nos aposentos papais do palácio apostólico usado pelos papas anteriores. Sustentava que a Igreja deveria ser mais aberta e acolhedora mantendo as suas visões tradicionais em relação a alguns temas. Preocupava-se com o consumismo e com as mudanças climáticas.

Na diplomacia internacional ajudou a restaurar, temporariamente, as relações diplomáticas completas entre Estados Unidos e Cuba e apoiou a causa dos refugiados durante as crises migratórias da Europa e da América Central.

Ingressou no noviciado na companhia de Jesus em março de 1958. Foi bispo auxiliar de Buenos Aires, arcebispo coadjutor e arcebispo metropolitano de Buenos Aires. Sempre muito próximo dos jovens, promoveu também ativamente a aproximação e o diálogo com outros credos religiosos. O seu legado refletirá certamente a importância do seu rasgo visionário, bem como o empenho e a dedicação que Francisco revelou no seu magistério para todos, todos, todos, em tempos difíceis para a Igreja Católica.

A Assembleia Municipal da Póvoa de Lanhoso, reunida em sessão ordinária de 29 de abril de 2025 expressa o seu profundo pesar pelo falecimento do Papa Francisco, endereçando à Igreja Católica e a toda a sua comunidade as mais sentidas condolências.

Propõe-se:

1º aprovar o presente voto de pesar pelo falecimento do Papa Francisco guardando-se um minuto de silêncio em sua memória;

2º transmitir o teor do presente voto de pesar à Nunciatura Apostólica em Portugal.

A Mesa da Assembleia Municipal, Póvoa de Lanhoso 29 de abril de 2025.”

Seguidamente, o Presidente da Assembleia, António Queirós Pereira, colocou à votação do plenário o voto de pesar, informou que o mesmo foi aprovado por unanimidade e fez-se um minuto de silêncio. Após cumprido o minuto de silêncio, concedeu a palavra à segunda secretária, Eulália Rodrigues, para leitura da correspondência recebida desde a última sessão ordinária da Assembleia Municipal.

Após a leitura da correspondência, passou de imediato ao Período Antes da Ordem do Dia (PAOD) e concedeu a palavra ao deputado do CDS, Pedro Afonso.

Interveio o deputado Pedro Afonso, cumprimentou todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“Sendo o CDS-PP, um partido inspirado pela democracia cristã gostaria de endereçar as primeiras palavras desta intervenção para, em nome do grupo parlamentar do CDS-PP manifestar o nosso pesar e a nossa solidariedade para com todos os povoenses que, juntamente com as estruturas concelhias da Igreja Católica, passam por um momento de consternação pela perda do seu líder, sua santidade o Papa Francisco.

Passando agora aos assuntos do nosso concelho que aqui me trazem, gostaria de alertar o executivo sobre alguns assuntos sobre os quais vale a pena atentar e, sobretudo, agir, nomeadamente no que respeita às intervenções em espaço público. Têm vindo a ser realizadas algumas intervenções na infraestrutura rodoviária que continuam a suscitar preocupação junto dos munícipes, não tanto por terem sido levadas a cabo dada a sua necessidade, mas por serem intervenções que não estão a ser devidamente coordenadas, resultando em trabalhos inacabados que põem em risco a segurança de todos.

Refiro-me ao caso das passadeiras e sinalização vertical, tema para o qual já por várias vezes aqui o CDS-PP lançou o alerta e que continua por resolver. Em vários locais o problema mantém-se e acontece que no período noturno, conseguimos ver o cintilar dos LED's no sinal vertical a assinalar a passadeira, mas se atentarmos ao asfalto, não conseguimos sequer vislumbrar a passadeira tal é o estado de degradação da mesma. A título de exemplo, temos, por exemplo, passo a redundância, as passadeiras na Avenida 25 de abril e a passadeira no início da rua 25 de novembro junto à piscina, não faz qualquer sentido colocar sinalética vertical e deixar as passadeiras por pintar e menos

sentido faz deixar arrastar no tempo esta situação. Este tipo de intervenção poderia e deveria ser coordenada com os serviços municipais, de forma a resolver em definitivo e de uma só vez, os problemas de conservação e melhoramento de cada passadeira.

Outro exemplo é o caso das intervenções de manutenção no Parque do Centro de interpretação do Carvalho de Calvos. Quanto à intervenção efetuada no parque, obviamente nada a apontar, estão de parabéns os serviços municipais. Pena é, isso sim, que depois de intervencionado o parque, o edifício do centro de Cycling apresente as condições gerais de limpeza e de falta de manutenção que quem visita pode facilmente constatar, já para não falar na diminuta utilização e dinamização do referido espaço. O mesmo se aplica ao aspeto em que se encontra a fachada do Pavilhão Municipal da Avenida 25 de Abril, um edifício que é cartão-de-visita do desporto concelhio há mais de quatro décadas, um marco histórico para o nosso concelho à data da sua construção que, em diversos fins-de-semana ao longo do ano, continua a acolher os nossos atletas que lá competem e todos os que nos visitam. Água e tinta são recursos que o município terá seguramente capacidade de adquirir sem problemas de cabimentação orçamental. É, pois, urgente que os serviços sejam instruídos no sentido de resolver também esta situação.

Termino a minha intervenção com um tema que suscitou algumas questões e que gostaríamos de ver esclarecido, a elevação da Póvoa de Lanhoso, a cidade, tema abordado pelo senhor Presidente da Câmara Municipal numa recente entrevista e que se bem nos lembramos, não foi aqui debatido em nenhuma ocasião. No nosso entender, tal é a relevância da temática que deveria ser seguramente objeto de discussão pública ou, no mínimo, tema desta assembleia. Nesse sentido, gostaríamos que nos elucidasse das principais vantagens e desvantagens de uma proposta desta natureza, sobretudo nas implicações que possa ter ao nível das diversas taxas e impostos que provavelmente serão influenciadas por este facto. Exemplo, o IMI e as taxas de água e saneamento. É importante para o CDS-PP que os povoenses percebam com exatidão as implicações de uma proposta desta natureza, até porque, a título de exemplo, Ponte de Lima com quase o dobro da nossa população e mais do dobro da nossa área geográfica, mantém a categoria de Vila. Muito obrigado.”

Depois, o Presidente da Assembleia, António Queirós Pereira, concedeu a palavra ao deputado do GP do PSD, José Miranda Gomes.

Interveio o deputado José Miranda Gomes, cumprimentou todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“Este ano a minha intervenção vai ser diferente, em vez de falar sobre o 25 de Abril, vou falar sobre a falta do 25 de Abril. Para isso, peço-vos que me acompanhem numa pequena viagem a um universo alternativo, a um mundo distópico, a um Portugal onde o

25 de Abril não aconteceu. Vamos para isso seguir a jornada do ilustre deputado Municipal Povoense, Ambrósio Portugal Novo e mergulhar nessa realidade alternativa. Estamos no 29 de abril de 2025, dia da Assembleia Municipal na vila da Póvoa de Lanhoso. Ambrósio olhou para o relógio, já passava das vinte horas, tinha que se apressar para não chegar atrasado à Assembleia Municipal. Olhou para o fato que tinha escolhido e gostou. Só faltava a gravata, Ambrósio olhou para as várias gravatas deixadas pela sua mulher, escolheu a sua gravata preferida, uma gravata de seda de cor azul. Ambrósio estava a apertar o nó da gravata quando deu um berro e começou a soltar palavrões. A sua mulher preocupada, veio ver o que se passava, porém não teve tempo de abrir a boca, porque levou uma bofetada que a atirou ao chão. O facto de estar grávida do sétimo filho, não foi impeditivo para Ambrósio descarregar toda a sua fúria nela.

Ambrósio continuava com a torrente de palavrões e insultos dirigidos à mulher, que baixinho soluçava com medo de voltar a ser agredida, sem perceber o que estava a acontecer. Ambrósio acabou por atirar a gravata azul à mulher que, de repente, percebeu o motivo da fúria do marido. Ela tinha-se esquecido de deitar fora a gravata azul, uma vez que o Presidente do Concelho tinha determinado quinze dias antes, a proibição de todo o vestuário de cor azul.

Todo esse alarido tinha despertado a numerosa descendência do Ambrósio. Agastado, Ambrósio descarregou toda a sua irritação na sua numerosa prole, do mais pequeno ao mais velho. Ambrósio acabou por sair apressadamente de casa com medo de chegar atrasado à Assembleia Municipal e seguiu pela Avenida Dr. António de Oliveira Salazar e pela Rua Dr. Marcelo Caetano para desembocar nos Paços do Concelho. No meio do largo a estátua do Presidente do Concelho, o querido líder, destacava-se pela sua imponência, ao passar por ela, o deputado Portugal Novo não se esqueceu de fazer uma vénia, prestando assim homenagem ao pai da nação.

Ambrósio foi despertado do seu recolhimento patriótico por uma voz feminina que o cumprimentou, era a Dra. Maria Albertina, a única mulher eleita deputada na Assembleia Municipal da Póvoa Lanhoso. Ambrósio respondeu de forma fria, Ambrósio nem sequer escondia a sua animosidade. De facto, Ambrósio tinha sido contra a sua inclusão nas listas do partido, tinham-lhe dito que era uma imposição de Lisboa, diziam que era um sinal de modernidade. Essa explicação não tinha convencido Ambrósio que tinha protestado, argumentando que era contra a ordem natural das coisas e um atentado aos bons costumes. Toda a gente sabia que o lugar das mulheres era em casa a cuidar do marido e dos filhos, as mulheres não tinham capacidade nem vontade para mais. De nada tinha adiantado, o responsável do partido acabou por lhe dizer, oh Ambrósio, tenha lá paciência homem, são ordens de Lisboa. Ambrósio tinha sido vencido, mas não convencido. Por isso, Ambrósio nutria um ódio de estimação à senhora Dra. Maria Albertina, não gostava de mulheres que não sabiam ocupar o seu lugar e davam maus exemplos. O país, pensou ele, precisava de mais mulheres como aquela

influenciadora digital que estava na moda, a Mimi, a princesa do lar, que ensinava as mulheres portuguesas a comportar-se.

Ambrósio acabou por apressar o passo e seguiu em direção ao Salão Nobre da Câmara Municipal da Póvoa de Lanhoso. O Presidente da Assembleia Municipal deu as boas vindas a todos os presentes e a todos os povoenses que seguiam em direito a transmissão online da sessão no site do município e, de facto, todos os lares povoenses estavam nesse momento a acompanhar a transmissão, uma vez que tal era obrigatório sob pena de detenção e julgamento sumário. Foi lida a correspondência e passou-se ao período antes da ordem do dia que se limitou a duas intervenções. Uma pequena intervenção sobre as festas do São José e uma longa intervenção a tecer elogios ao Presidente do Concelho, a louvar a sua inteligência, visão e argúcia nos tempos conturbados que se viviam. O querido líder era o timoneiro firme que guiava o Portugal orgulhosamente só.

De seguida, passou-se ao período consagrado à intervenção das comissões permanentes. O presidente da Assembleia Municipal chamou o Presidente da Comissão Permanente de Prevenção do Vício e da Promoção da virtude, o deputado Ambrósio Portugal Novo. Ambrósio começou por congratular-se com a suspensão por sessenta dias do jornal Maria da Fonte e a aplicação de uma multa de quinhentos mil escudos pela Direção-Geral da Informação e da verdade, por causa de um artigo sedicioso. Ambrósio lembrou que era obrigação do Governo da nação impedir a perversão da opinião pública e defende-la de todos os fatores que a desorienta contra a verdade, a justiça, a moral, a boa administração e o bem comum e evitar que fossem atacados princípios fundamentais de organização da sociedade portuguesa. Ambrósio prosseguiu com a apresentação do relatório da Comissão, descrevendo com pormenor todas as atividades da Comissão desde a queima dos livros proibidos, a denúncia e perseguição de mulheres de má vida, a denúncia e perseguição de mulheres adúlteras e a denúncia e perseguição de pessoas com pensamentos desviantes.

Quando o deputado Ambrósio Novo terminou a sua intervenção a sala irrompeu em aplausos que duraram mais do que os dois minutos previstos no Regimento da Assembleia Municipal, com a anuência do Senhor Presidente. Ambrósio saboreava aquele momento, quando uma ligeira irritação o evadiu, tinha descortinado no fundo da sala três ou quatro deputados, que mostravam pouco entusiasmo nas palmas. Havia de falar, pensou ele, com o Antunes da PIDE Municipal, Polícia de Investigação Digital Municipal, para investigar estes finórios com a aplicação daquele novo algoritmo que era capaz de ler as expressões e sentimentos com base em pormenores comportamentais.

Finalmente, passou-se ao período da ordem do dia que tinha como ponto único a apreciação e votação do relatório de gestão e prestação de contas do ano de 2024, que foi sem discussão aprovado por unanimidade. A Assembleia Municipal chegou ao fim, tocou-se o Hino Nacional e deram-se três vivas, ao querido líder.

Cumprido o seu dever autárquico, Ambrósio Novo lembrou-se de fazer uma visita à sua amante, por isso, seguiu apressadamente para casa dela. O desejo já a crescer. Com o corpo saciado, Ambrósio voltou para casa. Quando Ambrósio chegou a casa, teve de dar mais um corretivo à sua mulher que se tinha esquecido de preparar o leitinho morno que ele bebia antes de ir para a cama. Já com o estomago aconchegado, Ambrósio Portugal adormeceu pesadamente. A meio da noite, Ambrósio acordou em sobressalto, era outra vez aquele pesadelo onde via uma multidão sem rosto, com um cravo na mão que gritava liberdade, liberdade. Ambrósio não conhecia a palavra, embora lhe parecesse vagamente familiar, talvez tivesse ouvido essa palavra em criança, pegou no telemóvel e fez uma pesquisa que não apresentou qualquer resultado. Procurou então no site do Ministério da Justiça e da verdade e na área reservada, introduziu a sua senha de membro do partido e digitou a palavra liberdade, a pesquisa apresentou o resultado, liberdade, palavra eliminada e proibida com a reforma da nova língua portuguesa em 1974, de seguida apareceu a seguinte mensagem a piscar no ecrã, reportar imediatamente ao responsável local do partido qualquer pessoa que utilize ou divulgue essa palavra para adequado tratamento, processamento e encaminhamento para o campo de reeducação do Tarrafal. Apressadamente, Ambrósio Portugal Novo desligou o telemóvel e rapidamente esqueceu o assunto para voltar a adormecer, nesse admirável Mundo Novo. Muito obrigado.”

Depois, o Presidente da Assembleia, António Queirós Pereira, concedeu a palavra ao deputado do GP do PS e primeiro secretário da Mesa, José Faria.

Interveio o deputado José Faria, cumprimentou novamente todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“Celebramos há quatro dias, 51 anos sobre o 25 de Abril de 1974, mas é exatamente aqui que começa o problema. Não podemos deixar que celebrar seja uma mera contagem de tempo, um conjunto de comemorações e de festividades. Viver o 25 de Abril não é simplesmente viver em democracia e viver em liberdade, é alimentar continuamente estes valores, é ter a capacidade de os transmitir aos jovens para que eles sejam a garantia da sua continuidade.

O empenho para a obtenção destes objetivos deve ser construído de modo profundo e contínuo. Sempre que abrandamos a concentração na luta para os manter vivos, as ameaças crescem e novas ameaças aparecem. A Europa tem visto florescer movimentos de extrema-direita que procuram a destruição e a distorção dos conceitos de liberdade e democracia, pondo mesmo em causa a veracidade da história. E a aceitação destes movimentos e dos populismos em geral cresce proporcionalmente ao deficiente empenho e resiliência na atuação dos poderes democraticamente eleitos.

Isto permite a muitos falar sem saber, permite-lhes defender um passado que não viram, que não viveram, que nunca os tocou. Permite-lhes replicar frases feitas, engolir

mentiras disfarçadas de saudade e acusar a democracia como se ela fosse um erro e como se a liberdade fosse uma mera opção errada. Permite-lhes ignorar e desqualificar estes valores, porque não sabem o que eles realmente foram e representaram.

Viver com o medo de falar, de escrever, de pensar, viver com livros escondidos por medo que a casa fosse invadida pelas autoridades e esses livros apreendidos e muito provavelmente, ser preso. Receber correspondência violada pelo lápis da censura, ver familiares serem arrancados das suas casas pela polícia política. Ser uma mulher obrigada a viver no silêncio do seu lar, ser esposa e viver sem autonomia e na dependência das decisões do marido. Crescer analfabeto, porque estudar estava só ao alcance de alguns. Não poder trabalhar em entidades públicas e algumas privadas por não apadrinhar o regime. Ir combater para uma guerra longe de casa que não era a sua e em que não decidiram participar e voltar morto ou estropiado. Passar fome, passar frio, viver na doença, porque os recursos eram suficientemente escassos para que lhes pudessem valer.

Mas pior do que não saber, é não querer saber. É fazer de conta que tudo não passa de um conjunto de histórias. É cómodo criticar os últimos 51 anos, quando não se viveram os anteriores 48, é fácil falar do Estado Novo quando nunca se sentiu o peso em cima. Elogiar o regime que não permitiu a liberdade só é possível hoje, porque existe liberdade. A geração que viveu o medo, a opressão, que conheceu a censura, que conheceu as angústias da prisão, que chorou os mortos e deficientes de guerra, está a chegar ao seu fim. Mais do que a idade que implacavelmente, os levará com os seus relatos e sentimentos, o esquecimento, a mentira repetida e a falta de respeito, poderão levar a negligenciar os valores de abril.

Lutemos até ao limite das nossas forças, para que tal não aconteça. Poderão dizer que falamos sempre da mesma coisa, é sinal que a nossa tarefa ainda não está concluída. Fiquemos vigilantes e intervenientes, ainda nos falta muito para transmitir às novas gerações. A democracia não é perfeita, é a melhor que conseguimos ter para defender os nossos direitos e liberdades. É exatamente por isso que estamos aqui hoje, viva a Póvoa de Lanhoso, viva a democracia, viva a liberdade, 25 de Abril sempre. Obrigado.”

Depois, o Presidente da Assembleia, António Queirós Pereira, concedeu a palavra à deputada do GP do PSD, Sónia Fernandes.

Interveio a deputada Sónia Fernandes, cumprimentou todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“É com enorme sentido de responsabilidade, mas também de esperança que hoje peço um minuto da vossa atenção para refletirmos em conjunto sobre um dos pilares mais fundamentais da democracia, o direito de voto.

Num tempo em que tantas vozes se levantam para criticar o estado da política atual, em que muitos se sentem distantes ou afastados dos caminhos que têm vindo a ser

trilhados, é agora mais importante do que nunca lembrar o poder que todos e cada um de nós tem nas mãos, o poder de escolher, o poder de mudar, o poder de decidir que caminho queremos que o nosso país siga. E esse poder começa no voto. O voto que está nas mãos de todos nós, está ao alcance de qualquer um e, sobretudo, como se tem vindo a ouvir nas intervenções antecedentes, o voto que hoje nos nossos dias podemos exercer, o voto livre, esse que é uma conquista, um legado de abril.

Como sabemos, celebramos este ano 50 anos sobre a data da celebração ou da realização das primeiras eleições verdadeiramente livres e com sufrágio universal, aquelas que permitiram eleger a Assembleia que depois veio aprovar a Constituição que ainda hoje nos rege, apesar das sucessivas alterações e modificações. Por isso, não votar é abdicar de um direito, mas também abdicar de um privilégio, um privilégio que muitos portugueses não tiveram e num passado, como podemos ouvir, não muito distante. Não votar é sobretudo deixar que outros possam escolher por nós. E as próximas eleições legislativas do dia 18 de maio são, pois, o momento em que o povo português é chamado a decidir aqueles que querem eleger para que possam representar e defender os seus interesses na Assembleia da República. Portanto, não será apenas mais uma data no calendário, não é uma mera formalidade, é antes o pulsar do coração da nossa vida democrática, a possibilidade que temos, qualquer um de nós, de nos pronunciarmos e de poder dizer qual o caminho que pretendemos que o nosso país siga.

Votar é muito mais do que um direito, é um dever cívico e este também não é só mais uma frase feita tantas vezes dita ou ouvida. Porque foi graças ao voto que conquistamos liberdade, que vencemos ditaduras, que fizemos avançar direitos, que conquistamos o Portugal democrático que hoje temos. Mas atenção, esta conquista não é eterna, nem é garantida, porque a democracia exige participação, exige compromisso e ele começa no direito de voto. Com este gesto simples que está ao alcance de todos, como já referi, e como todos sabemos, mas às vezes podemos estar um bocadinho esquecidos. Este gesto simples, mas poderoso que é o direito de voto.

Sei bem, que muitos sentem que o seu voto não conta ou que ele não irá mudar nada, mas isso não é verdade, porque a abstenção é que nada muda, a participação, essa sim, muda tudo. Quantas vezes ouvimos as pessoas queixarem-se do estado, da saúde, da educação, da justiça, dos transportes, dos salários, pois bem, esses são temas que serão amplamente debatidos e decididos por aqueles que elegermos para nos representarem e que elegemos no próximo dia 18 de maio. E o nosso voto, o voto é forma de dizermos aquilo que nós queremos melhorar, aquilo que queremos preservar, ou que queremos mudar.

Há ainda algo muito importante que não nos podemos esquecer, o populismo e o extremismo tão em voga nos nossos dias, como concordarão, como sabemos, estes crescem quando as pessoas se afastam da política e, portanto, se não votarmos, estamos a abrir espaço para que outros e muitas vezes aqueles que têm nem menos

escrúpulos, digamos assim, que esses possam decidir por nós, por isso, não podemos permitir que o silêncio da maioria dê lugar ao grito de uma minoria radicalizada.

Por isso vos apelo, com convicção, a todos vós, a cada povoense que não deixem de depositar o vosso voto. Não deixemos que se perca a confiança na democracia e não podemos permitir que se questione se a democracia ainda de facto, vale a pena, porque a democracia só existe com a vossa voz, só existe com a vossa participação e só progride com o vosso envolvimento. Por isso, participem, escolham e votem. O futuro não se escreve sozinho, antes escreve-se com a caneta que todos teremos na mão, no momento em que iremos depositar o nosso voto. Portugal merece cidadãos ativos, exigentes, conscientes. Portugal merece que todos votem, e a Póvoa de Lanhoso saberá, com certeza, estar à altura. Muito obrigada.”

Depois, o Presidente da Assembleia, António Queirós Pereira, concedeu a palavra ao deputado do GP do PS, Filipe Silva.

Interveio o deputado Filipe Silva, cumprimentou todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“Na última sessão da Assembleia Municipal, em resposta a uma intervenção minha em que apontava investimentos da Câmara Municipal nas freguesias, na ordem dos cinco milhões e meio de euros, o senhor deputado José Manuel Silva apresentou uns números referentes a investimentos no mandato anterior, portanto, entre dois mil e dezassete e dois mil e vinte e um na ordem dos vinte cinco milhões de euros por ter feito parte do gabinete de apoio à Presidência nesse mandato, acredito que tenha presentes esses números e esses dados e acredito, naturalmente que eles estejam corretos.

Em primeiro lugar, parece-me que ambos aqui apresentamos números e estaríamos a falar de coisas diferentes, corrija-me se estiver enganado, mas penso que os dados que o senhor deputado aqui apresentou serão referentes ao investimento global feito pelo executivo no concelho, ou seja, estaria o senhor deputado a falar de investimento feito através de financiamento de fundos comunitários e capitais próprios por parte do município. Penso que seria isso a que se estaria a referir. Mas o que me causou mais curiosidade é que, tendo o senhor deputado, esses dados terá certamente também acesso à informação, ou aos dados da distribuição desse valor pelas freguesias do nosso concelho, ou seja, dos valores que apresentou será que nos poderia esclarecer até porque, se bem se lembra, essa discussão iniciou com uma comparação de investimentos feitos nas freguesias presididas por executivos do PSD, comparativamente com investimentos feitos nas freguesias presididas por executivos do Partido Socialista e, portanto, pergunto-lhe se poderia esclarecer esta assembleia de que forma, foram distribuídos esses valores que apresentou, tendo como critério as freguesias, à altura lideradas pelo Partido Socialista e as freguesias lideradas pelo PSD?

Fiquei com esta curiosidade relativamente à sua intervenção e, portanto, se me puder dissipar esta dúvida, agradecia. Muito obrigado.”

Seguidamente, o Presidente da Assembleia, António Queirós Pereira, concedeu a palavra à Câmara Municipal, para resposta.

Interveio o Presidente da Câmara, Frederico Castro, cumprimentou todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“Em primeiro lugar, queria dizer que subscrevo tudo aquilo que foi reproduzido pelo deputado do CDS, pela bancada do PSD, pela bancada do Partido Socialista, relativamente ao 25 de abril, confesso que, a determinado momento, a intervenção do Dr. Miranda Gomes deixa-nos a todos muito expectantes teremos todos tirado conclusões diferentes, mas a intenção provavelmente também seria um pouco essa, puxar pela imaginação dos senhores deputados e dos membros da Assembleia Municipal, mas, de qualquer forma dizer que se há tema em relação ao qual eu tenho alguma convicção que estamos todos de acordo é em relação à importância do 25 de abril e às enormes mudanças que originou no Portugal que conhecemos hoje e às indiscutíveis mais-valias que fazem com que aos dias de hoje, Portugal seja um país incomparavelmente melhor do que era antes de abril de setenta e quatro.

A deputada Sónia Fernandes fez também uma intervenção que eu saúdo e que subscrevo naturalmente o dia 18 de maio é um dia muito importante, muito importante para determinar o futuro do país, o futuro de Portugal, independentemente como é evidente, da opção que cada um de nós entenda que deva ser a melhor e o caminho que deva ser seguido, mas eu frisaria o facto de ser muito, muito importante que não deixemos que as pessoas que vão votar decidam por nós, ou por alguém que decida não ir votar, porque, de facto, em democracia, nós devemos manifestar a nossa escolha e fazê-la através do voto. Não existe nenhum modelo, ainda não foi inventado nenhum modelo melhor do que o modelo democrático e o modelo democrático depende da votação e do manifesto de cada eleitor e, portanto, dizer-lhe que concordo em absoluto e subscrevo a sua intervenção e espero que dia 18 de maio seja um dia de participação, de participação intensa.

O deputado Pedro Afonso colocou algumas questões sobre o espaço público e sobre o estado de algumas passadeiras e sinalização vertical. Nós tivemos já a oportunidade de discutir penso que foi na última Assembleia Municipal, na última ordinária, que foi a penúltima assembleia municipal, algumas intervenções, nomeadamente aquela intervenção daquela passadeira em frente ao centro comercial da Calva, na entrada da Rua Neuves Maisons em que já na altura tive a oportunidade de esclarecer que, de facto, aquela era uma intervenção em relação à qual já tínhamos recebido algumas indicações justas e com as quais concordávamos e que tínhamos decidido, digamos assim, investir na segurança das pessoas, dos peões que se deslocam, mas também na segurança dos

automobilistas que muitas vezes abordavam aquela artéria, de uma forma pouco segura para eles e para os peões. Eu só estou a dar este exemplo para percebermos também que as várias intervenções que temos para fazer na via pública são intervenções, algumas delas que levam o seu tempo e que requerem planeamento, mas se há intervenções que requerem planeamento também há intervenções recorrentemente, são aqui suscitadas e que não podem ser executadas pelo executivo municipal, porque estão integradas em vias que são vias nacionais. Já falámos sobre isto inúmeras vezes. Quando estamos a falar de, por exemplo, passeadeiras da Avenida 25 de Abril estamos a falar de uma determinada temática, quando estamos a falar de outras intervenções em artérias, pareceu-me que se referiu a uma estrada nacional, corrija-me se estiver enganado, mas pareceu-me que se referiu uma estrada nacional, essa intervenção não é da competência da Câmara Municipal, muito embora pudéssemos pedir autorização à IP, se fosse o caso para poder fazer uma intervenção nesse ponto em específico, mas há que ter em conta a seguinte informação. Aquela estrada nacional desde a rotunda das Bolas de Ouro até à zona do Entroncamento da freguesia de Taíde, vai ser, já está a ser e vai ser intervencionada por um período de quatrocentos e vinte dias, e, portanto, qualquer intervenção que nós pudéssemos e poderia hipoteticamente, fazer dessa natureza, por exemplo, num espaço como esse que acabou de exemplificar, estava sujeita a passada uma semana ou passado quinze dias ou um mês ou dois meses a ser intervencionada pela empresa que está a realizar a empreitada que está em curso e que vocês todos terão conhecimento e a partir daí, estaremos todos a passar uma imagem para o exterior de que, afinal de contas, a Câmara Municipal está a fazer uma intervenção numa via que estava planeado ser intervencionada pela empreitada que está em curso e a imagem que se passava era então a Câmara Municipal não sabe, não sabia que ia ser executada aquela obra? Portanto, nós, naturalmente, não devemos num período destes, e eu diria nos próximos quatrocentos e vinte, já não são quatrocentos e vinte, são quatrocentos e vinte menos os dias que passaram desde o início da empreitada. Não devemos fazer a intervenção, ou devemos evitar, a não ser que seja absolutamente inevitável fazer a intervenção numa via que vai ser intervencionada ao abrigo da empreitada, que está em curso, o que é coisa diferente, de facto, de outros pontos da vila que não serão intervencionados nessa empreitada e que estão programados e que vão ser intervencionados nas próximas semanas, diria eu até diria menos, mas como não quero ser mais papista, mais papista que o papa, como não quero ser mais ambicioso, ou parecer mais ambicioso do que devo, este termo soa melhor nesta altura, diria que nas próximas semanas, até à próxima Assembleia Municipal, vamos colocar esse prazo, até à próxima Assembleia Municipal, seguramente várias dessas passeadeiras que referiu, vão estar intervencionadas, até porque posso assegurar à data de hoje, que os serviços da Câmara Municipal têm já planeado para muito breve essas intervenções que referiu, eu partilho dessa preocupação em absoluto, nós partilhamos todos certamente, dessa preocupação, como espero que partilhemos da lógica em termos de racional de decisão

em que, de facto, faz mais sentido, não intervirmos numa via que vai ser intervencionado ao abrigo de uma empreitada e priorizarmos outros pontos que não estão integrados nessa intervenção.

Relativamente ao centro de Cycling que referiu, ele tem tido alguma dinâmica de utilização, nós dando uma gestão, digamos assim, aquele espaço dentro da dinâmica das solicitações e dentro daquilo que nos parece que é adequado em termos das abordagens que vamos recebendo e da manutenção que ele vai merecendo também, mas de qualquer das formas, merece atenção, como é evidente e se houver alguma questão em particular que mereça a nossa intervenção, com certeza.

Antes de falar da elevação da Póvoa de Lanhoso a cidade, referiu o tema do pavilhão da 25 de Abril. Bom, todos sabemos que o pavilhão da Avenida 25 de Abril é um espaço que hoje não oferece as condições ideais para a prática de desporto. Também todos sabemos que devemos assegurar os mínimos em termos de manutenção e em termos de intervenção. Foi por isso que no início deste mandato, retirámos da cobertura do pavilhão da 25 de abril e dos tubos de queda, dos caleiros e dos tubos de queda, arbustos deste tamanho. É verdade, retirámos arbustos deste tamanho, estou a falar desde ali do piso, desde o soalho, da cobertura do pavilhão da 25 de abril dos caleiros e dos tubos de queda e, portanto, essas manutenções que não eram feitas há muitos anos, como se percebe, essas manutenções que nós devemos fazer, devem também ser na medida certa, com o equilíbrio necessário para não estarmos, desculpem o termo, a desperdiçar meios, não é? Quando fala nos baldes de tinta e numa, já não sei qual foi o termo, mas quando, ou seja, eu sou o primeiro defensor de nós termos os equipamentos públicos, os edifícios públicos e espaço público, cuidado e bem mantido, sou o primeiro defensor disso, aliás, basta fazermos a comparação do antes e depois de 18 de outubro de 2021, que foi o dia da tomada de posse para perceberem as inúmeras intervenções que aconteceram no espaço público, nem sequer vou reproduzi-las aqui todas que eu tenho a certeza que vocês conhecem muitas delas. Eu sou o primeiro defensor que o pavilhão da 25 de abril deve estar no melhor estado possível, sendo certo que temos de ter noção que aquele não é um equipamento que garante as necessidades de futuro da Póvoa de Lanhoso. Aquele equipamento não tem condições para poder ser tido em conta relativamente à projeção de equipamentos desportivos para os próximos dez anos, por exemplo, para a próxima década, não é um equipamento que ofereça condições para isso e eu entendo, mas aí cada um terá o seu entendimento. Eu entendo que estrategicamente a Póvoa de Lanhoso deve preparar-se para poder estar daqui a poucos anos, munida de um equipamento multifuncional de um espaço multiusos que possa ser usado, tanto na prática desportiva, como receber outros eventos de âmbito cultural, de convenções e outro tipo de eventos que possam ser recebidos num espaço que a Póvoa de Lanhoso necessita há muitos anos e que ainda não tem, e aí sim, canalizarmos os meios que tivermos disponíveis ou, pelo menos canalizarmos a nossa visão estratégica para um equipamento que preencha estas necessidades. Eu diria que o pavilhão da

Avenida 25 de Abril, o pavilhão da 25 de abril, irá cumprindo a sua missão e a sua função dentro das limitações que tem e nós vamos manter o espaço o mais apresentável possível e com melhores condições possíveis sem desperdiçar fundos que são necessários para outras finalidades.

Sobre a elevação da Póvoa de Lanhoso a cidade, eu queria começar por dizer, desde logo o seguinte. Há vários aspetos que são mensuráveis e há outros que são menos mensuráveis. Começar pelos menos mensuráveis, não é mensurável, em que medida é que a elevação de uma vila a cidade contribui muito ou pouco para o prestígio desse concelho? Na minha opinião, contribui muito, na minha opinião, contribui muito. Na minha opinião, a Póvoa de Lanhoso ser elevada a cidade contribui muito para o peso que tem no contexto regional. Se reparar, nós temos no distrito sete vilas e sete cidades no distrito se fizermos essa análise rápida, temos catorze concelhos, dos catorze concelhos são sete vilas e sete cidades. A Póvoa de Lanhoso deve estar ao nível dos melhores do distrito e uma das formas de atingir esse patamar em termos de visibilidade, de prestígio, de atratividade de investimento é precisamente sermos considerados aos olhos de quem olha para nós a partir de fora dessa forma, eu acho que isso é importante. Mas isto tem a ver com aquilo que é menos mensurável, é mais matéria de opinião. É fácil vir aqui alguém dizer o contrário, dizer eu não concordo com nada disso, a Póvoa de Lanhoso não deve ser, deve ser uma vila como acontece em Ponte de Lima. Ponte de Lima quer continuar a ter o estatuto da vila mais antiga do país, não é? E, portanto, para ser a vila mais antiga do país, não convém que seja a cidade mais recente, tem que ser a vila mais antiga, pronto, mas isso é outra, são outros interesses e tem a ver com interesse estratégico até de comunicação, de atração do turismo, não é? Não estou a censurar absolutamente nada, tenho a melhor das relações com o Presidente de Câmara de Ponte de Lima, já agora que não haja dúvidas e, portanto, é meu colega, damo-nos muito bem e acho que ele tem a estratégia dele e eu tenho a minha, como autarca e como responsável máximo deste concelho, pelo menos até final deste mandato.

Mas há outros aspetos que podem e devem ser considerados. Há determinados financiamentos comunitários que são especificamente e concretamente, direcionados a cidades e não a vilas, como sabem, como deverão saber, há vários pacotes que são direcionados a várias necessidades que as cidades têm e que as vilas não têm, ou melhor que algumas vilas já têm, mas que não sendo cidade não podem concorrer a esse tipo de financiamento. Nós passámos a qualificar-nos, digamos assim, para podermos concorrer e combater nesse campeonato e tentar obter também os fundos que nos interessarem em cada uma dessas áreas, mas é também possível e já aconteceu algumas vezes ao longo da história, não acontece sempre, mas já aconteceu ao longo da história das verbas do Orçamento de Estado serem majoradas para as cidades em detrimento das vilas. Basta olharmos ao histórico dos últimos cinquenta anos, para percebermos que houve momentos que as cidades foram beneficiadas, fosse por razões relacionadas com vias de comunicação, fosse por razões relacionadas com transporte, com habitação

agora temos este programa do PRR que olha para a necessidade do território sem olhar a esse critério, mas facilmente amanhã estaremos a discutir um tema que olha para as cidades de uma forma e para as vilas de outra forma e nunca olha para as cidades, de forma a minorizar o papel da cidade e superiorizar o papel da vila, isso nunca aconteceu. Portanto, eu acho que é muito importante que estrategicamente a Póvoa de Lanhoso compita nesse campeonato, e essa é a minha ambição e acho que deve ser a ambição de todos aqueles que querem o bem da Póvoa de Lanhoso. Se me disser que esse tema pode ser discutido, deve ser discutido na Assembleia Municipal, com certeza que sim, essa é uma discussão, uma discussão não vinculativa, digamos assim, é uma discussão, cada um tem direito a abordar o tema, a dizer o que pensa sobre ele, e acho muitíssimo bem. Ora, do ponto de vista legal, aquilo que a lei prevê é que possa ser dada entrada na Assembleia da República, uma proposta em formato de projeto-lei em que esteja previsto o cumprimento de determinados requisitos que estão previstos na lei. E eu confesso que até fiquei muito surpreendido, porque esta minha intenção não tem o mesmo e tem dois meses, era uma coisa que estava presente no meu, eu ia dizer no subconsciente, mas não, estava muito consciente em mim e achava que mais cedo ou mais tarde seria a altura certa de dar esse passo e quando decidi aprofundar o tema e analisar com mais cuidado aquilo que a lei prevê, verifiquei que de todas as características que são exigidas legalmente para que uma vila possa ser elevada a cidade e embora a lei preveja que só cinquenta por cento desses requisitos tenham de ser observados a Póvoa de Lanhoso preenchi-os todos. O que quer dizer, já agora, que esta ambição que agora se manifesta publicamente e que eu espero que seja concretizada até ao final deste ano, é uma ambição que poderia ter surgido mais cedo, poderia ter surgido há uns anos atrás, há cinco anos, há dez anos atrás, se olharem para a lei e se pensarem naquilo que era a Póvoa de Lanhoso há dez ou quinze ou vinte anos atrás, provavelmente já preenchia os requisitos todos ou quase todos. A diferença é que a ambição mudou, a ambição da Póvoa de Lanhoso e dos protagonistas que, neste momento, lideram o executivo e a Câmara Municipal, mudou. Temos todos o direito de poder entender que mudou para melhor ou não, mas, de facto, mudou e mudou desta forma que acabei de explicar. Os Povoenses farão o seu juízo, farão a sua análise e tirarão as suas conclusões sobre o facto de ter mudado para melhor ou de ter mudado de forma diferente desta que eu acabei de referir que é efetivamente a minha opinião e que é a visão que, repito, é a visão que eu tenho do futuro e do caminho que deve seguir o Concelho neste aspeto. Muito obrigado.”

Depois, o Presidente da Assembleia, António Queirós Pereira, concedeu a palavra ao deputado do GP do PSD, e Presidente da União das Freguesias de Verim, Friande e Ajude, José Manuel Silva.

Interveio o deputado José Manuel Silva, cumprimentou todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“Senhor deputado Filipe Silva, precisar da ajuda ao esclarecimento da nossa bancada, folgo em saber isso e estou aqui com todo o gosto para prestar, não sendo esse o meu papel, naturalmente, nós estamos aqui para questionar o executivo e a Câmara Municipal, mas não fujo a esse desafio e vou tentar dar o melhor esclarecimento possível para que não restem dúvidas.

Os valores, estamos de acordo que, os valores que o senhor apresentou e os meus estão corretos, não colocou isso em causa, essa já é uma base de valores corretos. Relativamente a freguesias, eu posso-lhe dar dois ou três exemplos, ou quatro, os que entender, como hoje até temos aqui um assunto de Garfe, tivemos aproximadamente um milhão de euros de investimento em Garfe, Fonte Arcada e Oliveira, oitocentos mil euros; Campos e Louredo, um milhão e duzentos mil; Taíde, oitocentos mil; União de Freguesias de Verim, Friande e Ajude, um milhão.

Pronto, são estes alguns exemplos que posso dar, naturalmente, que também está incluído todas as candidaturas que o município conseguiu trazer para o nosso concelho para acrescentar valor ao nosso concelho. Por isso, espero ter esclarecido o senhor deputado sobre este assunto, mas estou disponível para melhores esclarecimentos, que possa dar para satisfazer a sua necessidade, o seu interesse, ou curiosidade da sua bancada. Obrigado.”

Depois, o Presidente da Assembleia, António Queirós Pereira, concedeu a palavra ao deputado do GP do PS, Filipe Silva.

Interveio o deputado Filipe Silva, cumprimentou novamente todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“Retomando o assunto e pegando nas suas palavras, senhor deputado, o senhor vem cá diz algumas coisas, mas não explica nada, na última Assembleia Municipal, como fiz referência há bocado e referindo-me ao tratamento e à relação que este executivo municipal manteve e mantém com as freguesias ao longo deste mandato, em que, ao fim de dezasseis anos de executivos do PSD, deixámos finalmente de ter freguesias de primeira e freguesias de segunda, em função das cores partidárias. Anunciei um investimento repartido de forma equilibrada na ordem dos cinco milhões e meio de euros, referindo-me de forma clara e inequívoca àquilo que é a ação direta da Câmara Municipal, no terreno, nas freguesias, junto dos senhores Presidentes de Junta e não do investimento que contabiliza fundos comunitários, empréstimos ou outras formas de financiamento.

O senhor deputado José Manuel Silva, não por ser assolado de um tal certo de défice de compreensão que eu sei que não é, mas por puro tacticismo político-partidário, tomou a liberdade de ser engraçado e à boa imagem de uma certa geração de políticos, esses

sim, que envergonham a classe política e a descredibilizam, aproveitou para fazer o seu número e replicar aquilo que caracteriza a ação do PSD na Póvoa de Lanhoso nos últimos anos e tem crescido de forma assustadora este mandato, que é distorcer ou descontextualizar a informação de forma a confundir as pessoas que nos ouvem, seja através de utilização de uma linguagem propositadamente técnica para que o discurso seja bonito e assim mesmo que vazio possa eventualmente encantar ou, por outro lado, como o senhor deputado fez na última sessão da Assembleia Municipal, tentar comparar alhos com bugalhos, insinuando que o investimento tinha desacelerado neste mandato. O que o senhor deveria ter feito, era explicar às pessoas que os números que anunciou relativos ao último mandato referiam-se, é verdade, a investimentos feitos em todo o concelho e eram números do investimento global do mandato, somando empréstimos, investimentos através de fundos comunitários, contratos interadministrativos e fundos próprios.

Teria sido sério da sua parte explicar que o investimento real com fundos próprios, no mandato anterior, foi de um milhão de euros em dois mil e dezoito e não os seis milhões que senhor anunciou, foi um milhão em dois mil e dezanove e não os cinco milhões que o senhor anunciou, foi quatro milhões em dois mil e vinte e não os oito milhões que senhor anunciou e foi quatro milhões em dois mil e vinte e um e não os seis milhões que senhor anunciou, mas a falta de rigor e a falta de seriedade política foi ainda mais longe.

A sua intervenção, se bem se lembra, surge na sequência do senhor deputado e alguns dos seus pares nessa bancada terem ficado, eu diria indignados, por eu ter provado que o tratamento deste executivo para com as freguesias ao longo deste mandato não olha a cores partidárias e que o investimento tem sido feito de forma justa, de forma equilibrada, em função das necessidades e das prioridades enumeradas pelos senhores Presidentes de junta. Nesse momento, veio o senhor deputado José Manuel Silva dizer que os números que aqui apresentei na ordem dos cinco milhões e meio me deveriam envergonhar.

Pois bem, senhor deputado, como já aqui tive oportunidade de dizer no passado, há duas formas de estar na política, podemos interpretar o nosso papel e entender que estamos cá para servir e desempenharmos o nosso papel, sem truques, no sentido também de contribuir de uma vez por todas para trazer seriedade à política, para trazer confiança às pessoas para com a classe política, ou, por outro lado, optar pelo caminho que o senhor deputado e muitos daqueles que o acompanham têm demonstrado na sua ação, que é o caminho de achegar, não sei se me faço entender, mas achegar a política distorcendo e descontextualizando a informação para confundir as pessoas e levá-las a pensar algo que não corresponde à verdade. Aliás, não será por acaso que um dos principais dirigentes do PSD manteve negociações para ser cabeça de lista à Câmara Municipal pelo chega e só não tenha avançado, porque a chantagem negocial com o PSD surtiu efeito. Mas, pegando nos tais números que o senhor deputado apresentou, portanto, seis milhões de investimento no ano dois mil e dezoito, ou para ser mais rigoroso,

quando pedimos rigor, devemos também nós ser rigorosos, seis milhões, vinte sete mil, seiscentos e cinquenta e um euros no ano de dois mil e dezoito, cinco milhões, duzentos e setenta e sete mil oitocentos e sessenta e nove euros no ano dois mil e dezanove, sete milhões, novecentos e quinze mil quinhentos e vinte e três, no ano de dois mil e vinte, seis milhões, trinta e sete mil, seiscentos e vinte, cinco euros no ano de dois mil e vinte e um, perfazendo um total de investimento no concelho de vinte cinco milhões, duzentos e cinquenta e oito mil seiscentos e sessenta e nove euros.

Na minha intervenção inicial, perguntei-lhe se nos poderia esclarecer relativamente a este valor de cinco milhões de euros sobre a distribuição desse investimento pelas diferentes freguesias do concelho e o senhor deputado, mais ou menos com um truque, fugiu à questão. E não respondeu não por não ter esses dados, mas sim, porque efetivamente não lhe interessa responder. Não respondeu porque a resposta essa sim, o envergonha de cada vez que o senhor deputado e a sua bancada ousa insinuar que este executivo diferencia as freguesias do nosso concelho em função da sua cor, não respondeu, porque politicamente, repito, porque é de política que estamos a tratar, politicamente, o senhor deputado preocupa-se mais com estratégias partidárias do que com manter a postura rigorosa e séria.

Teria sido sério da sua parte, o senhor deputado dizer que, em dois mil e dezoito dos seis milhões, vinte sete mil seiscentos e cinquenta e dois euros investidos na Póvoa de Lanhoso, cinco milhões, duzentos e quarenta e nove mil duzentos e setenta e dois foram investidos em freguesias do PSD e apenas setecentos e trinta mil euros foram investidos em freguesias do Partido Socialista.

Teria sido sério da sua parte dizer, senhor deputado, que em dois mil e dezanove dos cinco milhões, duzentos e setenta e sete mil oitocentos e sessenta e oito euros investidos no concelho quatro milhões, quarenta mil quatrocentos e sessenta e um euros foram investidos em freguesias do PSD e apenas um milhão, duzentos e trinta e sete mil em freguesias do Partido Socialista.

Teria sido sério da sua parte dizer que, em dois mil e vinte dos sete milhões, novecentos e quinze mil quinhentos e vinte e dois euros investidos no concelho seis milhões, duzentos e setenta e um mil quatrocentos e quarenta euros foram investidos em freguesias do PSD e apenas um milhão seiscentos e quarenta e quatro mil e oitenta e dois euros em freguesias do Partido Socialista.

Teria sido sério da sua parte dizer que, no ano de dois mil e vinte e um dos seis milhões, trinta e sete mil seiscentos e vinte sete euros investidos no concelho quatro milhões, seiscentos e quarenta e nove mil trezentos e noventa e dois foram investidos em freguesias do PSD e apenas um milhão trezentos e oitenta e oito mil duzentos e trinta e cinco em freguesias do Partido Socialista, teria sido sério da sua parte o senhor deputado dizer que, ao longo de um mandato num investimento total de vinte cinco milhões, duzentos e cinquenta e oito mil seiscentos e noventa e nove euros, vinte milhões, duzentos e dez mil quinhentos e cinquenta e quinhentos e sessenta e cinco euros foram

investidos em freguesias do PSD e apenas quatro milhões, novecentos e noventa e nove mil foram investidos em freguesias do Partido Socialista, ou seja, senhor deputado e todos aqueles que se recusam a entender também o que é que falámos, ou de que é que falámos quando dizemos que efetivamente a mudança aconteceu. Num executivo do PSD, do qual o senhor deputado fez parte como assessor, 80% do investimento total efetuado no concelho foi direcionado para freguesias do PSD, mostrando claramente que, para os senhores, existem freguesias de primeira e freguesias de segunda em função da cor política. E isso sim, juntamente com a tentativa de ludibriar a população com discursos falaciosos, isso sim, o deveria envergonhar a si, à sua bancada e ao seu partido.

Mas tem sido muito evidente o esforço que o PSD tem feito à falta de outros argumentos em tentar fazer passar uma imagem de que o Presidente da Câmara falha com os seus compromissos até na forma como instrumentalizam, com podemos assistir recentemente a estrutura da juventude partidária do vosso partido, e fazem-no mesmo sabendo que este Presidente de Câmara é um homem que cumpre, e cumpre não só os seus compromissos, mas cumpre os compromissos feitos e falhados pelos seus antecessores, ou seja, no fundo, os compromissos feitos por essa bancada, como são exemplos dois milhões de euros que o senhor deputado se congratula como sendo investimento do último mandato, mas foi este Presidente de Câmara que assumiu esse investimento e que pagou esse compromisso ou os badalados compromissos com a ERSAR que os executivos PSD assumiram e não cumpriram, mas quem também sabe que o Presidente de Câmara é cumpridor, para além de um fazedor é cumpridor, são os senhores Presidentes de junta. Temos nesta sala vinte e duas freguesias do concelho, seja um Presidente de junta, seja o seu representante dessas vinte e duas freguesias catorze foram eleitas ou apoiadas pelo PSD e, nesse sentido, eu convido a que se levante e vem a tomar da palavra aquele ou aquela presidente ao representante da Junta de Freguesia com a qual o senhor Presidente da Câmara tenha assumido um compromisso e não tenha cumprido. Muito obrigado.”

Depois, o Presidente da Assembleia, António Queirós Pereira, concedeu a palavra ao deputado do GP do PSD, e Presidente da União das Freguesias de Verim, Friande e Ajude, José Manuel Silva.

Interveio o deputado José Manuel Silva, cumprimentou novamente todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“De facto, o senhor Filipe demorou, a última Assembleia foi a 27 de março, um mês para vir aqui com o truque, com o truque do ilusionismo. De facto, eu ainda não consegui perceber qual é a sua dúvida houve vinte cinco milhões de investimento e neste mandato com este executivo houve cinco milhões, isso é factual. De facto, fica difícil o senhor deputado falar de fundos comunitários, porque efetivamente houve ausência de fundos

comunitários, por isso tem dificuldades em contabiliza-los, porque não há, não existem, por isso, no passado contabilizaram-se, porque houve esse trabalho, houve esse mérito e conseguiu-se fundos comunitários a bem da Póvoa e a bem dos povoenses.

Relativamente, não sei se sabe o que é a ARU, presumo que daqui a um mês me venha explicar o que é a ARU, mas efetivamente foi no centro urbano que se aplicou o ARU, coisa que também desafio a dar-me aí um ou dois exemplos, neste mandato, o que é que se aplicou sobre a ARU aqui na zona urbana do nosso concelho? De facto, esse inflaciona muito, porque estamos a falar no centro urbano, na malha urbana desses investimentos. Sobre empréstimos, de facto, tinham que ser contabilizados, porque foram executados, coisa que ainda não aconteceu, conseguimos aprovar os empréstimos mas ainda não os conseguimos executar. De facto, não sei se foi por estratégia, porque, como eu disse na última assembleia, a dívida irá aumentar quatro milhões, porque só se vai contratualizar a partir de abril deste ano grande parte desses empréstimos e acresce que, como eu sempre alertei do início do mandato, são empresas de fora do concelho, e era isso que o senhor deputado devia vir aqui, alertar este executivo, eu é que gosto de o ver a julgar a nossa bancada pelo passado, também, por aquilo que fizemos, mas deve vir aqui julgar o executivo por aquela que foi a sua proposta eleitoral e pela ausência de execução dessa proposta eleitoral, era isso que desafio o senhor deputado a vir aqui dizer.

E os números que apresenta, de facto, não são reais, porque quando lhe digo que o maior investimento foi Campos e Louredo essa freguesia, eu presumo que à data era do Partido Socialista, Garfe era do partido Socialista, por isso, os números que eu apresentei são factuais, e são do partido socialista, agora, se temos nove milhões, aproximadamente, na malha urbana na Póvoa de Lanhoso, naturalmente, que a Póvoa Lanhoso é e continua a ser também do Partido Social Democrata, aliás, como o senhor deputado reiteradamente tem dito aqui nesta Assembleia que não houve investimento e a Junta da Póvoa que não tem trabalhado, de facto é um contrassenso. Temos dez milhões quase investidos na Póvoa de Lanhoso, temos que dar algum mérito à Junta da Póvoa Lanhoso, e já agora também antes de pensarmos no concelho da Póvoa, como cidade, devemos ponderar se a Senhora do Amparo que tem mais de que condições para ser vila, por isso também este é um desafio que deixo ficar aqui a esta Assembleia.”

Depois, o Presidente da Assembleia, António Queirós Pereira, concedeu novamente a palavra ao Presidente da Câmara, Frederico Castro, para resposta.

Interveio o Presidente da Câmara, Frederico Castro, cumprimentou novamente todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“Só para repor aqui alguma verdade nos números, porque já na última Assembleia Municipal se falou da dívida e eu acho que, quando falamos dos números, temos que ser rigorosos e temos de falar verdade. Porque quem nos ouve pode ficar com a sensação que as coisas são aquilo que não são e, portanto, convém explicar o seguinte, entre dois

mil e dezassete e dois mil e vinte e um, o executivo então em funções contraiu empréstimos na ordem dos cinco milhões, quinhentos e setenta mil euros. O executivo em funções neste mandato, contrairá com a execução de todos os empréstimos, sete milhões, duzentos e setenta mil euros, portanto, nós estamos a falar de uma diferença, de um milhão e setecentos mil euros.

Já agora, se nos reportarmos ao mandato anterior a dois mil e dezassete neste mandato, vamos aumentar a dívida comparativamente ao mandato anterior em um milhão e setecentos mil euros, mas se nos reportarmos ao mandato dois mil e treze dois mil e dezassete, comparando com o mandato dois mil e dezassete dois mil e vinte e um, a dívida subiu mais de dois milhões e setecentos mil euros desse mandato para o mandato anterior a este, mas eu basta-me apresentar, basta-me apresentar este argumento, e quero só apresentar este argumento para perceberem, se necessário fosse justificar este diferencial, só este argumento para perceberem que este executivo, e já foi dito aqui hoje, este executivo começou este mandato liquidando dívida de dois milhões de euros do mandato anterior, portanto, se fizermos um exercício muito simples e se retirarmos aos sete milhões, duzentos e setenta mil euros, os dois milhões de euros que pagámos que eram dívida do executivo anterior, este valor cairia para cinco milhões, duzentos e setenta mil euros, certo? É a matemática a funcionar, dois milhões que foram liquidados por este executivo neste mandato que se reportam ao mandato anterior retirados a este endividamento, porque se tivéssemos esse dinheiro disponível, não precisávamos de nos endividar em sete milhões e duzentos mil euros e poderíamos endividarmos em cinco milhões e duzentos e duzentos mil euros significaria que nos teríamos endividado em menos trezentos mil euros do que se endividou o executivo no mandato anterior que se endividou em cinco milhões, quinhentos e setenta mil euros, esta é verdade dos factos. Portanto, chegar a este púlpito e dizer que aumentámos a dívida quatro milhões de euros deste mandato, simplesmente não é verdade, e quando as coisas não correspondem à verdade, nós devemos repor os factos.

Há outro dado que quero partilhar convosco, acho muito interessante esse debate do investimento nas freguesias, mas acho que ele deve ser complementado só com um dado, um dado que eu acho que é muito interessante também é que entre investimento da Câmara Municipal nas freguesias já agora em investimentos indicados, e este aspeto é importante, é politicamente relevante, em investimentos indicados pelas juntas de freguesia, porque nós todos os anos acordámos com as juntas de freguesia, que tipo de investimentos vamos fazer na sua freguesia. Fazemo-lo porque queremos fazê-lo, não somos obrigados a fazê-lo, mas entendemos que devemos fazer essa forma. É uma forma de respeito também pelos autarcas eleitos nas juntas de freguesia, entre investimento do orçamento da Câmara Municipal, investimento dos empréstimos contraídos e contratos Interadministrativos, estamos a falar de dezasseis milhões, quinhentos e sessenta mil euros. Vou repetir este número dezasseis milhões, quinhentos e sessenta mil euros entre orçamento da Câmara Municipal, contratos

interadministrativos, empréstimos contraídos para investimento nas freguesias, e subsídios também, também há a modalidade dos subsídios, portanto, este é que é o número que devem ter em conta. Eu admito que o número que foi aqui defendido na última assembleia, pelo senhor deputado Filipe Silva era o número parcial e eu percebo isso também, o senhor deputado José Manuel Silva já apresentou aqui um número global que tem a mesma fórmula, digamos assim, a diferença é que estamos aqui a falar de um investimento superior a dezasseis milhões e meio de euros e este é que é o valor real que vossas excelências quiserem debatermos, com certeza, estejam à vontade para o fazer.”

Depois, o Presidente da Assembleia, António Queirós Pereira, concedeu a palavra ao deputado do GP do PS, Filipe Silva.

Interveio o deputado Filipe Silva, cumprimentou novamente todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“Eu vinha só mesmo concluir e tinha esses números para concluir a minha intervenção, o senhor deputado, antecipou-se um bocadinho e mais uma vez, fez acreditar, ou quis fazer acreditar as pessoas que não existia outro tipo de investimento, mas relativamente então à questão, à retórica do Partido Social Democrata de que o Presidente é um Presidente que não cumpre, eu penso que estamos conversados, isso não passa da falta de argumento, um desespero de falta de argumento e quando misturámos o desespero com o fanatismo doentio, o resultado normalmente é a perda da parte racional do ser humano que, por sua vez, resulta em comportamentos impróprios desrespeitosos e de baixo nível. Basta juntar A mais B para percebermos que é exatamente este o estado atual do PSD na Póvoa de Lanhoso.

Relativamente aos números de investimento e termino, senhor Presidente, deixando aqui alguns números relativos ao maior investimento de sempre alguma vez feito na Póvoa de Lanhoso, para que possam, se assim o entenderem fazer um novo Tik Tok, embora eu saiba que para isso precisam de informação falsa e como esta é real, talvez não vos cause tanto interesse, neste mandato em termos de investimento total, englobando todas as formas de investimento, o resumo dos números são os seguintes, o senhor Presidente já avançou aqui relativamente aos investimentos nas freguesias, dezasseis milhões, quinhentos e sessenta mil euros, apoio extraordinário a instituições, três milhões e quinhentos mil euros, educação, um milhão e quinhentos mil, estratégia local de habitação, onze milhões, cento e oitenta e um mil trezentos e trinta e um euros seniores, mobilidade, segurança, trânsito e toponímia, ambiente, defesa animal, entre outros, quatro milhões de euros. Isto dá um investimento total para comparar de forma séria com os vinte cinco milhões do último mandato, um investimento total superior aos quarenta milhões de euros, o maior investimento de sempre feito na Póvoa de Lanhoso até aos dias de hoje. Muito obrigado.”

Depois, o Presidente da Assembleia, António Queirós Pereira, concedeu a palavra ao deputado do GP do PSD, José Manuel Silva.

Interveio o deputado José Manuel Silva, cumprimentou novamente todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“Fazer aqui só uma pequena retificação ao senhor Presidente, quando falou da dívida, sete milhões e duzentos mil esqueceu-se de acrescentar os quatrocentos mil do canil, por isso são aproximadamente atualmente são sete milhões, seiscentos e qualquer coisa o valor, mas são sete milhões, seiscentos e qualquer coisa o valor em dívida. Mas estamos a falar de um aumento de quase 40% deste executivo e, de facto, é isso que devemos relevar e quando contratualizar o empréstimo que neste momento, só está a diminuir a capacidade de endividamento a partir do momento em que vai à banca buscar o dinheiro, é que vai entrar na dívida do município e isso só se vai refletir, como eu disse na última assembleia que ainda foi recente, que se vai refletir na Assembleia de abril de 2026 e estaremos a falar de um valor aproximadamente de cinco milhões, de facto, é importante quando falamos em dívida e se quisermos pegar só para pegar no mandato do Partido Social Democrata 2021 se recuarmos onze anos, o executivo reduziu a dívida nessa percentagem, foram quase cinco milhões de euros que procedeu à redução da dívida. Isto são números que efetivamente, não devemos nem poderemos ignorar, e a tendência que agora está a acontecer é inverter, estamos exponencialmente, a aumentar esse valor de dívida.

Por isso, aquilo que eu quero, mais uma vez dizer, é que contratualizando todo este empréstimo, o valor da dívida, naturalmente, irá aumentar e será refletida em abril de 2026.”

Seguidamente, o Presidente da Assembleia, António Queirós Pereira, concedeu a palavra ao Presidente da Câmara, para resposta.

Interveio o Presidente da Câmara, Frederico castro, cumprimentou novamente todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“Senhor deputado José Manuel Silva, não recue onze, recue mais, porque se recuar mais, então vamos fazer um recuo, circunscrito aos executivos de determinada tendência de direita ou de esquerda, recue até 2005, porque entre 2005 e 2009, o executivo contraiu uma dívida de quatro milhões, duzentos e sessenta mil euros, portanto, a dívida que diz que foi abatida nos últimos onze anos foi contraída nos quatro anos anteriores, isso é que é ser sério, certo, isso é que é vamos analisar.

Eu não quis apresentar aqui números desde 2005, não achei que o fosse fazer, mas eu estou sempre preparado para fazer o debate que vocês quiserem, os dados eu tenho-os sempre ali, se quiserem debater eu também debato, não é? A dívida em 2005 era de

nove milhões e duzentos mil euros, tomem nota, vocês gostam de tomar nota dos meus apontamentos. Em 2009 era de treze milhões, quatrocentos e setenta e cinco mil euros. Em 2013 era de nove milhões, setecentos mil euros, reduziu três milhões, setecentos mil euros no segundo mandato em dois mil e dezassete era de sete milhões, trezentos e sessenta mil euros reduziu neste mandato, portanto, no terceiro mandato, dois milhões, trezentos e cinquenta mil euros e entre dois mil e dezassete e dois mil e vinte e um, absorveu estes dois milhões, trezentos e quarenta mil euros e contraiu mais quatrocentos e quarenta e três mil euros, o que perfaz um total de quase dois milhões e oitocentos mil euros. Foi o que eu disse aqui há bocado, falei dois milhões, setecentos milhões, são dois milhões e duzentos mil euros e estes são os números.

Os números que referiu não estão corretos por uma razão muito simples. A dívida que eu assumi que existirá no final deste mandato é a dívida que estará consolidada em abril do próximo ano, em abril do próximo ano, quando esses empréstimos tiverem todos utilizados, eu já assumi nos números que aqui apresentei, a utilização da totalidade dos empréstimos, mas há dois valores que não vão ser utilizados, confundiu com o canil. Eu percebo porque o valor é mais ou menos aproximado, porque são trezentos e noventa mil euros, um deles tem que ver com uma infraestrutura que nós íamos construir no estaleiro municipal, contraímos empréstimos para o fazer e decidimos abdicar desse investimento e o outro tem que ver com o investimento que íamos fazer na freguesia de Serzedelo, numa espécie de praia fluvial, não sendo praia fluvial que, por imposição da APA e por constrangimento legal, digamos assim, de licenciamento daquele investimento, é um investimento que não poderá ser executado e totaliza cerca de trezentos e noventa mil euros.

Eu não me esqueci de incluir os quatrocentos mil euros do canil, porque eu faço contas muito rigorosas, eu inclui os quatrocentos mil euros do canil e descontei os trezentos e noventa mil euros de dois empréstimos, que eu sei que nós não vamos utilizar e, portanto, se eu sei que não vamos utilizar, e portanto se eu sei que não vamos utilizar não vão contribuir para a dívida, estamos todos de acordo, e estes são os números que estarão contemplados nas contas que apresentaremos, que eu tenho a convicção que apresentaremos em abril do próximo ano, e que vocês, nessa data, poderão constatar que, de facto, correspondem exatamente aquilo que eu estou aqui a dizer. E esses números são reais, não são quatro milhões de euros e eu se quiser estou disponível para lhe explicar isso com mais pormenor, fora da Assembleia Municipal, não tem problema nenhum e podemos trocar números e analisar isso em conjunto.

Os dados que eu aqui apresentei são os dados reais, rigorosos da dívida do município, da evolução da dívida e já agora, desde 2005, eu não quis vir aqui fazer o espetáculo de querer fazer um histórico de quase vinte anos para demonstrar de que forma é que o executivo anterior foi gerindo a dívida, mas a partir do momento que fala na evolução da dívida dos últimos onze anos, obriga-me a explicar que, no primeiro mandato contraíram

uma dívida superior a quatro milhões de euros, e esses são os factos, deve ter esse número aí também, certamente. Muito obrigado.”

Seguidamente, o Presidente da Assembleia, António Queirós Pereira, deu por terminado o PAOD, informou que não existiam pedidos de intervenção nem por parte dos Presidentes de Junta de Freguesia nem por parte das Comissões Permanentes, pelo que passou de imediato ao Período de Intervenção do Público. Informou que existia um pedido de intervenção e concedeu a palavra ao munícipe Carlos Gaspar.

Interveio o munícipe Carlos Gaspar, cumprimentou todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“Gostaria de solicitar esclarecimentos relativamente ao processo de loteamento LU-loteamento n.º2/2021, envolvendo o promotor EMEL investimentos Imobiliários S.A., conforme consta na documentação aprovada em reunião de câmara de 30 de novembro de 2023 este promotor acordou por escrito com a Câmara Municipal da Póvoa de Lanhoso, a liquidação da compensação em numerário referente às áreas que deveriam ser cedidas, mas que estavam em falta.

Essa é uma prática comum em processos de regularização urbanística ou imobiliária, quando o pagamento em dinheiro substitui a sessão de áreas físicas. Os detalhes importantes deste acordo são os seguintes, o valor da compensação, cento e setenta e cinco mil, duzentos e vinte e oito euros e setenta e dois cêntimos. A forma de pagamento acordada foi em doze prestações mensais, o valor de cada prestação de catorze mil seiscentos e dois euros e quarenta cêntimos. O prazo para quitação foi até novembro de dois mil e vinte e quatro.

Diante disso questionámos ao executivo, se essa obrigação por parte do promotor foi efetivamente cumprida. Caso afirmativo, pedimos que seja disponibilizada uma cópia do comprovativo dessa liquidação, caso contrário, quais as diligências que o município já realizou, para assegurar o cumprimento dessa obrigação?

Outro ponto importante refere-se à relação do representante legal desta empresa, este mesmo representante é o responsável por duas empresas que atualmente prestaram serviços de aluguer de tendas ao município. Vossa Excelência tem conhecimento disso, correto? O valor acumulado dessas contratações neste mandato é aproximadamente de cento e cinquenta mil euros. Além disso, esse mesmo representante foi quem construiu um prédio num terreno sem acesso. Como é que é possível realizar essa obra? O terreno onde foi implantado, é público ou privado? Foi notificado para embargo?

Ainda, esse representante é o mesmo a quem a Câmara Municipal passou um terreno para uso privativo, permitindo-lhe vender diretamente à empresa em que é o mesmo representante legal, esta descrição de venda está registada na ata da reunião de Câmara de vinte e quatro de fevereiro de dois mil e vinte cinco. Agradecemos

antecipadamente pelos esclarecimentos e informações adicionais que possam contribuir para uma maior transparência e compreensão, sobre estas questões.

Enquanto discursava, ouvi aqui o senhor deputado Filipe Silva, quando eu me dirigi a dizer, questionámos, sim questionámos, porque sou Presidente de uma juventude partidária, como já relatou aqui, de um episódio que fizemos recentemente, algo que se calhar também está esquecido e que, se calhar, desde os tempos de 2012 apregoava este tipo de coisas, acho que não tem alzheimer nem tudo mais, deve estar bem recordado, não foi só uma que veio a público, mas no futuro, eu recordo-o.”

Depois, o Presidente da Assembleia, António Queirós Pereira, explicou que as intervenções do público são pedidos de informação ou esclarecimentos colocados à Mesa, mas mesmo assim questionou o executivo se pretendia responder. E concedeu a palavra ao vereador, Paulo Gago.

Interveio o vereador Paulo Gago, cumprimentou todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“Ao senhor Carlos Gaspar, só tenho a dizer que, com há de compreender, tramitam N processos na Câmara Municipal, felizmente, porque o município é ativo, os agentes económicos querem vir cá para o concelho, não tenho esses dados aqui presentes por isso, mas farei chegar com todo o gosto à Assembleia Municipal e a si. Muito obrigado.”

Seguidamente, o Presidente da Assembleia, deu por terminado o Período de intervenção do público e antes de passar ao Período da Ordem do Dia, propôs um intervalo de quinze minutos. Após o intervalo, retomou os trabalhos e passou ao primeiro ponto da ordem do dia. **Ponto Um: Análise da atividade do Município e sua situação financeira, conforme disposto na alínea c) do n.º 2 do artigo 4.º do Regimento da Assembleia Municipal.** E concedeu a palavra à Câmara Municipal, para apresentação do ponto.

Interveio o vereador, Paulo Gago, cumprimentou novamente todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“Cumprindo o estabelecido no artigo 2.º, n.º 4, alínea c) do Regimento, remete-se para análise a informação referente à atividade do município, bem como a sua situação financeira. O período em causa diz respeito a perto de dois meses de atividade, já que a anterior sessão ordinária do presente mandato decorreu no passado dia 28 de fevereiro de 2025.

Relativamente à educação, serviços sociais e saúde, a educação é um pilar fundamental para o desenvolvimento de uma sociedade, de forma a assegurar o ensino de qualidade e novas aprendizagens. Deu-se continuidade às medidas e projetos a seguir explanados regime escolar, o regime escolar é o programa que engloba a distribuição do leite, fruta

aos alunos e às alunas do pré-escolar e do primeiro ciclo do concelho tendo em conta a importância destes alimentos numa nutrição saudável e equilibrada das crianças. O leite é distribuído diariamente junto do pré-escolar e do primeiro ciclo já a fruta é distribuída duas vezes por semana às crianças do primeiro ciclo e uma vez por semana, no pré-escolar.

Programa viver +, no período em análise, foram apresentadas trinta e duas candidaturas das quais tiveram integração 27 candidatos.

Programa NaturaLanhoso, no dia vinte de Março entre a entregamos nestes apoios, para setenta e cinco crianças beneficiadas, num investimento de cinquenta mil euros. De janeiro a março de 2025, foram entregues 24 candidaturas ao programa NaturaLanhoso, num investimento de dezasseis mil trezentos e cinquenta euros. Bolsas de estudo, no dia 1 de março entregamos cerca de 229 bolsas de estudo para o ano letivo 2024/2025. São 148 estudantes do ensino superior e 81 estudante do ensino secundário.

Cadernos de fichas, no decorrer do período em análise foram solicitados pelo agrupamento de Escolas kits de cadernos de fichas para os alunos e as alunas que chegaram ao agrupamento pela primeira vez, houve articulação com as livrarias para a aquisição dos novos pedidos e posterior entrega às respetivas escolas básicas.

Newsletter educação com práticas de felicidade. Durante o período a que se reporta o presente relatório, encontra-se a ser recolhida toda a informação relativa ao segundo período para a divulgação da newsletter no final do período.

Dia Mundial da Infância. O município assinalou o Dia Mundial da Infância junto das mil e duzentas crianças, da educação pré-escolar e de primeiro ciclo.

PovoARTE educa as atividades "música à solta", "laboratórios de expressão artística", "residências artísticas" e "arte screens teens - laboratórios de cinema e artes visuais" encontram-se a ser dinamizadas nos agrupamentos de escolas e EPAVE, envolvendo um total de trezentos e trinta e sete crianças e alunos, desde a educação pré-escolar ao ensino secundário. No âmbito da atividade laços que educam, encontra-se a ser dinamizado um segundo grupo de formação parental destinado a famílias com jovens adolescentes.

Hypatiamat, plataforma + cidadania e UBUNTU. Acompanharmos e supervisionamos os projetos intermunicipais Hypatiamat + cidadania e UBUNTU. No âmbito do projeto UBUNTU, destacamos o acolhimento de uma capacitação presencial que registou a participação de cerca de trinta e cinco pessoas, pessoal docente, assistentes operacionais e assistentes técnicos e a participação de docentes e estudantes dos agrupamentos das escolas e da EPAVE no Encontro Nacional das Escolas Ubuntu.

Erasmus +, o município mantém uma colaboração ativa e estreita com os agrupamentos de escolas, desempenhando um papel fundamental na receção e acompanhamento dos estudantes envolvidos no projeto Erasmus +, nesse sentido, no dia um de abril, recebemos nos Paços de Concelho um grupo de estudantes portugueses, espanhóis e alemães e respetivos docentes.

Cidades amigas das crianças. O município da Póvoa de Lanhoso submeteu à UNICEF a estratégia local 2024/2027 e o plano de ação anual de 2025, tendo em vista ser reconhecida a qualidade da sua candidatura.

Cidades educadoras, no âmbito das cidades educadoras e dos grupos de trabalho que a integram, participaram no encontro do Grupo de Trabalho, Brincar na cidade educadora que decorreu em Torres Vedras nos dias vinte sete e vinte e oito de março.

Assembleia Municipal Jovem, durante o período em análise, foram realizadas reuniões de preparação com os agrupamentos de escolas e EPAVE para a realização da segunda Assembleia Municipal jovem que se realizará dia trinta de abril.

Serviço de vigilância da linha de transporte escolar do primeiro ciclo. Na ausência da vigilante da linha de transporte escolar dos alunos e das alunas do primeiro ciclo Póvoa de Lanhoso - Escola Básica Dona Elvira Câmara Lopes, os serviços de Educação continuaram a assumir a vigilância da mesma.

Atividades de animação e apoio à família, de forma a controlar e supervisionar o serviço de prolongamento de horário foram realizadas visitas de acompanhamento aos serviços. Estas visitas tiveram como principal objetivo a melhoria contínua dos serviços prestados pelas instituições.

Intervenção nos estabelecimentos de ensino, os equipamento escolares são espaços de utilização muito intensiva, pelo que é frequente o aparecimento de avarias e ou necessidades da manutenção. Com base nas informações recebidas, é feita a respetiva ponte com as entidades que solucionarão os problemas reportados. Estas poderão ser externas no caso de trabalhos cujos colaboradores municipais não estejam habilitados, como é o caso das frequentes intervenções nos equipamentos industriais das cantinas escolares. Nos restantes casos ou intervenções de maior monta, as ocorrências específicas são articuladas com a Divisão de Ambiente e Obras Municipais.

Plataforma SIGA e Cartão Escolar Municipal. A gestão da plataforma SIGA é constante, já que esta assiste informaticamente todo o processo relacionado com a frequência dos alunos e das alunas nos diversos serviços. Os serviços de educação têm prestado apoio presencial, telefónico, via email, a todos os pais e encarregados de educação que têm sentido dificuldades na plataforma SIGA. De referir ainda que, durante este período, o município foi equipando as escolas com material mobiliário, recursos informáticos e digitais.

Educação alimentar. Foram realizadas catorze visitas aos refeitórios escolares com o objetivo de monitorizar o serviço prestado pelas empresas e associações responsáveis pelo fornecimento das refeições escolares. Além disso, no período em análise, foram elaboradas as ementas únicas para os meses de março, abril e maio para a Escola Básica do Ave, Escola Secundária da Póvoa de Lanhoso e Escola Básica Gonçalo Sampaio.

Serviços sociais, nos dias dois, três, e quatro de abril promovemos as II jornadas sociais. Fazer uma reflexão séria e abrangente acerca de temáticas que, ao nível social carecem de maior atenção, foi o principal objetivo desta iniciativa.

Núcleo Local de Inserção, destacamos o trabalho desenvolvido pela equipa do serviço de atendimento e acompanhamento social no que respeita ao acompanhamento de famílias através de visitas domiciliárias, atendimentos sociais, negociação de contrato de inserção e acordos de inserção social, este acompanhamento visa a inserção social. Foram ainda realizadas reuniões do Núcleo Local de Inserção, que têm a periodicidade quinzenal. No mês de fevereiro, o Núcleo Local de Inserção (NLI) promoveu duas sessões no âmbito do projeto, cuidar das emoções, "inteligência emocional" e o "poder da vulnerabilidade" foram os temas abordados nas sessões destinadas a cuidadores informais, famílias acompanhadas pela SAAS e famílias da comunidade. Através da Eco Loja social, fizemos uma campanha específica, apelando à doação de disfarces de Carnaval. Demos continuidade ao trabalho de apoio às famílias, no período em análise, registando uma afluência de cento e noventa e seis pessoas, cinquenta e quatro troca por troca, quatro encaminhamentos, oitenta e cinco doações. Através dos cabazes alimentares mensais apoiámos trinta famílias, cinquenta e cinco pessoas. No que se refere aos serviços sociais, registamos uma afluência de quinhentas e trinta e duas pessoas e cento e cinquenta atendimentos. Respostas mais procuradas, atendimentos sociais, apoio ao medicamento, habitação e IEFP. Através das comissões técnicas de apoio sociais, mantivemos a análise a processos diversos, apoio ao arrendamento, vinte cinco processos analisados; apoio ao empréstimo, quatro processos; habitaLanhoso, um processo. No que se refere ao apoio ao medicamento, registámos a atribuição de onze cartões, novos cartões e renovações. No dia vinte cinco de março, recebemos a bandeira de Mérito Social. Esta é uma distinção que reconhece o importante papel que a autarquia desenvolve com iniciativas que promovem a inclusão e o bem-estar social de toda a população povoense.

Seniores, durante o período a que se reporta esta informação, foram diversas as atividades realizadas desfile e o baile de Carnaval no dia três de março, com a participação de cerca de quatrocentos seniores dos centros de convívio IPSS's e da Universidade Sénior do Rotary Club. Preparação dos Arcos de Páscoa, realização de sessões de informação pela Comissão de Proteção do Idoso e pelo Provedor do Idoso, no sentido de esclarecer e tirar dúvidas acerca dos apoios e recursos comunitários. Nota para a realização no dia dez de abril do IX Campeonato de Boccia Sénior que decorreu no Pavilhão da Escola Secundária, com a participação de atletas de treze centros de convívio e de dez Instituições do concelho.

Candidaturas foram concluídas duas candidaturas ao Norte 2030-2024-6 - Planos de Ação Intermunicipais para a inclusão ativa de grupos vulneráveis e a candidatura "Bem-Me-Quer" e a candidatura "Take 2".

Radar social. A equipa do Radar Social encontra-se a cumprir os objetivos traçados para a segunda fase, ao longo do mês de março, a equipa continua a reunir com as direções das IPSS's do concelho. Ao longo de toda a segunda fase do projeto, a equipa tem

efetuado avaliações sociais preliminares e prospetivas da situação sociofamiliar, verificações em contexto de vida das situações sinalizadas e encaminhamentos.

Famílias, o gabinete de apoio à parentalidade do município, continuou a realizar atendimento individualizado. No período em análise, foram acompanhados nove pais e mães e foram realizados dezoito atendimentos. No que se refere à vertente da formação, referência para a dinamização de um grupo de formação parental no âmbito do programa "Mais Família - Mais Jovem" dirigido a pais e mães de jovens adolescentes que frequentam o agrupamento de Escolas da Póvoa de Lanhoso.

Habitação, destacamos no âmbito do 1.º Direito, o seguinte, assinatura do contrato de empreitada para a construção de trinta e oito habitações públicas em Fontarcada, cujo valor da empreitada é de quatro milhões, oitocentos e quarenta mil euros. Assinatura do contrato da empreitada para a Reabilitação de sete fogos de habitação pública em Garfe, e três em Oliveira cujo valor da empreitada é de trezentos e quarenta e quatro mil, trezentos e onze euros. Nova submissão das quarenta e sete candidaturas dos beneficiários diretos no sentido de serem analisadas em colaboração com o IHRU - Instituto de Habitação e Reabilitação Urbana.

Saúde, foi criado um consórcio composto pelo Município da Póvoa de Lanhoso e pela Unidade Local de Saúde de Braga com vista à prossecução do programa diabetes em movimento no nosso concelho, na época 2025/2026. Foi criada a comissão organizadora da I Bienal de Saúde da Póvoa de Lanhoso, um evento que está a ser construído com a colaboração para que venha a ser um espaço de aprendizagem, participação, inovação e mobilização comunitária em torno da saúde e dos seus determinantes que, em dois mil e vinte cinco, terá como mote a família e a saúde, desafios e oportunidades. No domínio da saúde mental, continuam a ser realizadas sessões de acompanhamento psicológico a crianças, adultos e pessoas idosas encaminhadas por diferentes entidades e serviços da comunidade, tendo sido concretizadas no período em análise 92 consultas. O trabalho GACI - Gabinete de Apoio ao Cuidador Informal foi novamente reconhecido pela rede de autarquias que cuidam dos cuidadores informais. Este reconhecimento surge com a renovação do selo de mérito para o biénio 2025/2026 na categoria Prata, como membro da rede de autarquias que adotam as melhores práticas e medidas de apoio em benefício dos cuidadores informais.

Igualdade, inclusão e migrações, no âmbito do trabalho executado através do SIGO - Serviço Municipal para a Igualdade de Género e de oportunidades, destacamos a realização de cinquenta atendimentos, doze presenciais e trinta e oito não presenciais a vítimas de violência doméstica. Foram ainda abertos onze novos processos. No âmbito da vertente preventiva, destacamos a continuidade de projetos como o igualdade cidadania e direitos humanos; a AmpliArte e os encontros intergeracionais. Referência ainda para o Webinar "Género e Participação Cívica e Política", proposto pela Associação Questão de Igualdade, entidade coordenadora da Rede das Autarquias para a Igualdade e coorganizado pelo município da Póvoa de Lanhoso.

Juventude e Desporto, dinamizarmos mais uma edição do programa OTL - ocupação de tempo Livre, de sete a dezassete de abril, desta vez com oito entidades parceiras, ou seja, promotoras de programas OTL. A partir da equipa do espaço jovem continua a ser desenvolvido o juventude em movimento. No primeiro trimestre deste ano, registámos trinta e uma inscrições, vinte e uma entrevistas, integração de quinze jovens em áreas como serviços sociais, educação, cultura, juventude, turismo e gestão urbanística. É nossa vontade poder estabelecer, a médio prazo, parcerias com o tecido empresarial e poder incutir neste projeto experiências em contexto real, assim como uma atualização do valor que é atribuído a cada participação. No dia 11 de abril, o espaço jovem promoveu a participação de jovens no projeto LAB.DEMO.PARTI - Plano B - Laboratório da Democracia Participativa. Esta iniciativa foi um contributo ativo para a reflexão e partilha de ideias sobre o papel da juventude na Vida democrática. Eventos desportivos. No dia 25 de março, recebemos o XI encontro distrital do Walking Football, numa organização da Associação de Futebol de Braga. Mais de cento e sessenta atletas seniores participaram neste encontro, representando doze equipas de diversos concelhos do distrito, das quais se destacam as equipas povoenses do Grupo Desportivo de Porto D'Ave, da ASSIS e do município da Póvoa de Lanhoso. Ainda em março, realizámos a corrida de S. José (corrida do centenário do Maria da Fonte), o IV encontro de xadrez e o XXXIX Concurso de Tiro aos Pratos (S. José). No dia vinte seis de fevereiro, o Theatro Club recebeu o colóquio intitulado "O futuro do desporto amador na Póvoa de Lanhoso", iniciativa que integra as comemorações do centenário do Sport Clube Maria da Fonte. A 6 de abril, assinalámos o Dia Mundial da Atividade Física. No que se refere a recintos desportivos, já iniciámos a renovação do piso de relva sintética do campo de futebol do Pontido.

Coesão territorial, dando continuidade à descentralização do trabalho dos órgãos municipais realizou-se a reunião de câmara descentralizada na sede da junta de Rendufinho dia dezassete de março. No que se refere às intervenções nas freguesias, destacamos as obras que já foram concluídas, que já foram concluídas desde a última informação que veio à Assembleia Municipal. São João de Rei, requalificação da Rua do Espírito Santo e Rua de Fijó; Galegos, requalificação da Rua Professora Augusta Macedo e Rua das Costinhas; União de Freguesias de Fonte Arcada e Oliveira, requalificação da Rua das Quelhas; Garfe, pavimentação em calçada da Rua de Baguim; União de Freguesias de Verim, Friande e Ajude, requalificação da Travessa da Rua António Dias, Avenida de São Pedro e Rua da Quintã.

Em curso estão: estrutura residencial para pessoas idosas de Garfe; pavimentação em calçada da Rua de Sete Fontes na União de Freguesia de Águas Santas e Moure; construção de muros na Rua da Vila em Covelas; construção do arruamento no loteamento da Requezeda, Póvoa de Lanhoso; requalificação da Rua de Guichomar em Geraz do Minho.

Ao nível das intervenções em espaço público destacamos ainda o seguinte, manutenção de espaços verdes públicos em estabelecimentos de ensino, no centro de Saúde e no Campo Municipal sintético; manutenção dos jardins público e do parque do centro de interpretação do Carvalho de Calvos; manutenção dos trilhos de BTT; limpeza dos espaços públicos no âmbito das festas de S. José; manutenção de espaços verdes de condomínios, diversos; limpezas da pista de pesca de Santo Emilião; renovação de canteiros paisagísticos em condomínio no Horto, Póvoa de Lanhoso, na Igreja Nossa Senhora do Amparo e na igreja de Galegos; criação de parque de lazer/arranjo paisagístico do loteamento em Arcas, Quinta do Sol, Rendufinho; criação/construção de relvado no centro de convívio de São João de Rei; apoio a serviços Municipais, nomeadamente proteção civil e outros; plantação de mil árvores em Galegos, no âmbito da iniciativa Março Verde; realização de podas de manutenção com transformação de sobrantes em estilha para aplicação nos jardins públicos; apoio a solicitações de juntas de freguesia e Uniões de freguesia e de outras entidades para criações de Espaços Verdes; reabilitação da antiga escola de Quintela para adaptação para o Centro de Convívio de Taíde; adaptação de loja para construção do centro de formação de Filigrana; pintura de passeadeiras e sinalética horizontal nas vias municipais; execução de postos de fixação de tendas dos feirantes no campo da feira; pavimentação de alargamentos em diversas freguesias; reparações diversas em escolas, espaços municipais e estradas municipais; pavimentações de alargamentos em diversas freguesias; reparações em dissuasores e reposição de sinais nas diversas vias municipais e espaços públicos; execução de rede e ramais de abastecimento de água na Rua Senhora dos Aflitos e Travessa da Costa em Frades, União de Freguesias de Calvos e Frades; na Rua do Guichomar em Geraz do Minho, na rua da Fábrica em Covelas, na Rua do Outeiro, em Oliveira, União de Freguesias de Fonte Arcada e Oliveira, e na Rua da Veiga em Calvos, União de freguesias de Calvos e Frades; manutenção das ETAR's (Monsul e União das Freguesias de Águas Santas e Moure); execução da rede e ramais de Saneamento na rua das Quinteiras em Campos; execução de ramal de abastecimento de água na Rua de Adaúfe, em Lanhoso, rua do Ângelo Frondoni, na Póvoa de Lanhoso, na Rua do Cais em Fontarcada, e na Rua da Igreja em Serzedelo; execução de ramal de saneamento na Travessa do Cruzeiro em Taíde.

Ambiente, dinamizamos a iniciativa Março Verde, no decorrer da qual a população participou na reflorestação de um terreno com mais de um hectare na freguesia de Galegos que havia ardido no passado, foram plantadas cerca de mil exemplares de árvores autóctones e nativas, como carvalhos, pinheiros e mesmo medronheiros. Escolas, centros de convívio, Academia de Voluntariado e Voluntariado Interno trouxeram as respetivas comunidades para participarem nesta campanha. A evocação dos 160 anos do nascimento do professor Gonçalo Sampaio, com uma cerimónia no Centro de interpretação do Carvalho de Calvos, foi a iniciativa que encerrou esta iniciativa Março Verde.

Centro de interpretação do Carvalho de Calvos. No período em análise, este espaço Municipal promoveu um total de vinte e três atividades, que contaram com a participação de setecentas e dezassete pessoas de várias faixas etárias. No âmbito do projeto de recolha de biorresíduos, contamos já com mil oitocentas e oitenta e umas adesões.

Saúde Animal, no dia 11 de Março, assinarmos o auto de consignação com a empresa vencedora do concurso para a empreitada de construção do centro de recolha oficial de animais, vulgo canil. Os trabalhos de preparação de terreno e demolições também já tiveram o seu início.

Mobilidade, já se encontram instalados os painéis que permitem aos utilizadores aceder à informação atualizada sobre os horários e os itinerários dos autocarros. Realizámos acompanhamento contínuo e continuamos a articular com a autoridade de Transportes, CIM do Ave no âmbito da manutenção e gestão do serviço de transporte público rodoviário, incluindo medidas de apoio à redução tarifária.

Proteção Civil, concluímos no dia vinte e oito de fevereiro, a III semana Municipal da Proteção Civil com propostas focadas na prevenção de riscos junto de toda a comunidade, desde crianças, à população sénior e agentes de Proteção Civil, estivemos no terreno a acompanhar trabalhos no Monte do Pilar após a passagem da Depressão Martinho.

Ordenamento e Desenvolvimento Económico. Plano Diretor Municipal, relativamente à segunda revisão do PDM, o processo encontra-se a seguir o seu procedimento administrativo exigido pelo regime jurídico dos instrumentos de gestão territorial, sendo de destacar validação final da CCDR-N, Comissão de Coordenação da região Norte, das áreas edificáveis, proposta pela Câmara Municipal. Sobre o processo da Reserva Agrícola Nacional, está em curso o processo de exclusões das áreas que vão reverter para outras classificações, sendo remetida em breve a carta quatro para validação. Sobre o processo da Reserva Ecológica Nacional, está em curso o processo de exclusões realizado o debate interno sobre a versão final da proposta de regulamento do PDM com os técnicos de gestão urbanística, serviços de fiscalização e gabinete jurídico da Câmara Municipal estando, neste momento, em fase de conclusão para submissão à CCDR-N. Atualização permanente dos compromissos urbanísticos e do cadastro da rede de água e saneamento.

Próximos passos na revisão do PDM, após a finalização dos processos de exclusões da RAN e REN, será convocada a segunda reunião da Comissão Consultiva da segunda revisão da Póvoa de Lanhoso para abertura da discussão pública do mesmo e para posterior submissão da proposta final do plano à aprovação da Assembleia Municipal.

Via Circular Urbana, depois do parecer da APA - Agência Portuguesa do Ambiente, foram elaborados estudos complementares que permitiram ir ao encontro do pretendido por esta entidade, no que diz respeito ao desvio das linhas de água, à redução do viaduto proposto, bem como, à reestruturação das passagens hidráulicas existentes e a

construir, bem como, alteração do traçado entre a rotunda 3 e a rotunda 4 (ligação de Lanhoso à EN 205). Aproveitamos também estes estudos complementares para licenciar e definir a ligação de Galegos à Vila.

Empresas e emprego, no dia oito de março, assinámos contratos de incubação na LEIRA Startup Póvoa, com as empresas ENTIGRA, e com João Alexandre Pereira - Unipessoal Lda. Com estas assinaturas, a LEIRA vê preenchida a totalidade dos seus espaços. No dia um de abril, a LEIRA Starup Póvoa de Lanhoso acolheu uma sessão de esclarecimento gratuito sobre benefícios fiscais e programas de financiamento. Esta iniciativa foi promovida pela empresa de consultadoria João Alexandre Pereira - Unipessoal Lda. No que se refere ao gabinete de apoio à empregabilidade, foram realizados quinze atendimentos e três colocações. No dia vinte cinco de fevereiro, a Comunidade Intermunicipal do Ave realizou em parceria com a Câmara Municipal, o workshop de Sensibilização Agro Tour destinado a agentes económicos locais. No âmbito da iniciativa bairros comerciais digitais, a Póvoa de Lanhoso continua a afirmar-se como um município dinâmico e inovador, tendo estado presente no passado dia dezanove de março no evento "como o Low-Code e a Gen AI estão a Transformar as indústrias", promovido pela OutSystems, na Fundação Cupertino Miranda, no Porto. Já nos dias vinte cinco e vinte seis de março, também estivemos presentes no evento E-commerce Connect 2025, realizada em Cascais.

Atividade económica, demos continuidade a algumas iniciativas que já se impõe no calendário de eventos, tais como o mercado PVL - produtos verdadeiramente locais e a feira de Antiguidades e velharias.

Atratividade do Concelho. No dia vinte de Março, realizou-se uma reunião de trabalho nos Paços do Concelho, para assinalar o primeiro ano da assinatura do protocolo de Cooperação para a instalação do caminho português de Santiago Leon de Rosmithal. Foi também decidido que este caminho vai apresentar o subprojeto "Sons do Norte". O desafio aos presentes passa pela criação de uma lista de músicas/poemas/sons associados a cada concelho que depois será carregada num QRCode e colocada nos totens da entrada do respetivo território. No período em análise, destacamos ainda o seguinte:

Casa do livro, a vinte e quatro de março, a Casa do Livro recebeu a visita da autora Maria Alves de Mondim de Basto. A iniciativa "Às voltas na rede" assinalou assim o Dia Mundial da Poesia. A dois de abril para assinalar o Dia Mundial do Livro Infantil, as Bibliotecas da Rede Intermunicipal das Bibliotecas Municipais do Ave uniram-se para a leitura conjunta de uma história, promovendo o gosto pelos livros e pela imaginação. Damos continuidade às leituras encenadas nas escolas do primeiro ciclo e jardins de infância do concelho.

Theatro Club, dia oito de março realizámos a cerimónia de encerramento e entrega de prémios do XX concurso Nacional de Teatro Ruy de Carvalho no teatro club. 27 de março, comemoração do Dia Mundial do Teatro e dos quinhentos anos do nascimento de

Camões com o espetáculo "A viagem de Camões". Na mesma data, assinalámos o surgimento do grupo de teatro experimental Maria. Cinco de abril realizou-se o espetáculo "Old Friends - Tributo a Simon & Garfunkel". Intercâmbio teatral do grupo Cénico Povoense, doze de abril, "terapia familiar" pela Associação Cultural e Recreativa Vallis Longus. Na galeria de exposições esteve patente a exposição "Heráldica Autárquica do Concelho da Póvoa de Lanhoso". Póvoa Dança, no dia dois de abril, o Póvoa Dança arrancou com o novo desafio de danças de salão para as pessoas utentes dos centros de convívio. No início de março também passámos a disponibilizar aulas de danças de salão infantis. No dia dezasseis de março o Theatro Club acolheu a apresentação do livro "Vivências de Camilo Castelo Branco a partir da sua correspondência", de José Manuel Oliveira. Esta apresentação inseriu-se na evocação do Bicentenário do Nascimento de Camilo Castelo Branco, na qual foi também dado a conhecer o programa das comemorações da Póvoa de Lanhoso na condição de "Terra Camiliana". no âmbito do programa de caminhadas, realizámos a primeira caminhada do ano, a caminhada de S. José no dia vinte e três de março.

Turismo e eventos. O período em análise ficou marcado pela realização das festas concelhias em honra de São José entre 14 e 23 de março. As festas de São José continuam a ser o principal cartaz turístico do concelho. A população sai às ruas, e os turistas visitam o concelho, para viver uma romaria minhota que mantém muito da tradição, mas que também se abram novas propostas. O objetivo é proporcionar momentos felizes a todas as pessoas e famílias, através de propostas diversificadas para todas as idades. Foi o que aconteceu em 2025, apesar da necessidade de ajustes ao programa que tiveram na sua génese aspetos alheios à Câmara Municipal, fazemos um balanço muito positivo das festas de São José, que consideramos das melhores de sempre. No dia 13 de março, apresentámos a edição 2025 dos Fins de semana gastronómicos; entre 14 e 16 de março, o município esteve presente na Bolsa de Turismo de Lisboa na FIL; entre os dias 3 e 6 de abril, o município esteve presente na 57.ª edição da AGRO - Feira Internacional de Agricultura, Pecuária e Alimentação, no Fórum em Braga.

Transição Digital e Modernização Administrativa. Plataforma de serviços online com a possibilidade de instruir pedidos de licenciamento de autorização e comunicar comunicações prévias através da plataforma de serviços online. Temos 1.202 utilizadores registados desde a anterior Assembleia Municipal deram entrada, por esta via, noventa e três processos. Desde a implementação desta plataforma, deram entrada por esta via mil cento e um pedidos. Desde o dia nove de abril, os serviços de atendimento ao município passaram a funcionar em regime exclusivamente digital, no âmbito do projeto de desmaterialização.

Recursos Humanos. No âmbito da certificação ao abrigo da norma NP4590:2023 - Bem-Estar e Felicidade nas Organizações, realizámos sessão de informação junto dos dirigentes e responsáveis de serviços, para apresentação do projeto e promover a

participação e envolvimento de todos; realização de oito "Focus Group" entre os dias onze e vinte e quatro de março, para identificação das necessidades e expectativas em Bem-Estar e Felicidade Organizacional; difusão por todos os trabalhadores de questionário de diagnóstico, para a análise das necessidades, expectativas em Bem-Estar e Felicidade Organizacional. A equipa de voluntariado interno que a participação no dia vinte e oito de março na atividade Março Verde, que consistiu na plantação de árvores autóctones e nativas, que reflorestaram uma zona ardida, como já referi. Os colaboradores continuam a aderir às novas medidas de conciliação, nomeadamente o gozo da tarde de trabalho no dia de aniversário do filho menor de doze anos e dispensa de duas horas no dia de aniversário dos pais e das mães com idade igual ou superior a sessenta e seis anos. No período em análise, cinco colaboradores beneficiaram destas novas medidas de conciliação.

Notas finais para referir o seguinte, no dia oito de março, assinalámos o Dia Internacional da Mulher, oferecendo uma lembrança simbólica a todas as colaboradoras da Câmara Municipal. No dia nove de abril, a Câmara Municipal e a comissão de antigos combatentes de Guerra da Póvoa de Lanhoso, levaram a efeito uma homenagem aos soldados povoenses que combateram na Guerra do Ultramar. Assinalámos a época Pascal com um programa específico que contou com o envolvimento dos funcionários da Câmara Municipal, dos centros de convívio, de grupos corais e de entidades como a Associação de Arte e Cultura, Maria da Fonte e o grupo Cénico Povoense (intercâmbio teatral). Comemoramos os 51 anos do 25 de Abril.

Por último, a informação financeira a 15/04/2025. Execução da receita, execução orçamental da receita cifra-se em 11.693.515€ e execução da despesa, execução orçamental da despesa paga, 6.884.005€. Muito obrigado."

Depois, o Presidente da Assembleia, António Queirós Pereira, concedeu a palavra ao deputado do CDS-PP, Pedro Afonso.

Interveio o deputado Pedro Afonso, cumprimentou novamente todos os presentes e no uso da palavra referiu:

"Senhor Presidente de Câmara, assistimos no passado dia dez de abril, à publicitação por parte do executivo da assinatura do contrato para a construção de trinta e oito habitações em Fontarcada. Tratou-se de um dia digno de registo, não só pelo montante do investimento envolvido, como também por ser o culminar de um processo administrativo iniciado no anterior mandato e que agora vê a luz do dia, permitindo com isso mitigar futuramente as carências existentes na habitação social.

Ainda neste tema, desejamos que o processo similar em desenvolvimento para a construção dos vinte seis fogos em Monsul, possa ter o mesmo desfecho muito em breve. Mas a questão que gostaria de lhe colocar relativamente à assinatura de contratos não tem a ver com betão, tem a ver com terra. E aproveitando o facto do município ter

estado presente entre os dias 3 e 6 de abril, na 57.ª edição da AGRO - Feira Internacional de Agricultura, Pecuária e Alimentação que decorreu no Altice Fórum em Braga, relembro-lhe que, em 14 de abril de 2023, o Senhor Presidente procedeu à outorga de um outro contrato, contrato esse que tinha um prazo de execução de cerca de noventa dias e que pressupunha a prestação de um serviço que visava a elaboração de um estudo, o estudo para a definição do rumo estratégico da Agricultura no concelho da Póvoa de Lanhoso. A questão que lhe coloco é a seguinte, já sabe qual é o rumo estratégico a seguir pela agricultura no nosso concelho? Pode informar os agricultores povoenses, e os povoenses em geral, sobre este assunto? É que o prazo para entrega do estudo terminava a 11 de julho de 2023, já se passaram, portanto, seiscentos e cinquenta e sete dias e no seio da população, ninguém sabe qual é o rumo a seguir. Pergunto-lhe se já tem o referido estudo na sua posse e quando o divulgará?

A segunda questão, senhor Presidente, tem a ver com o futuro canil e gatil ou centro de recolha oficial de animais. Neste caso, trata-se de uma questão mais técnica que me suscitou dúvida, pelo que lhe peço especial atenção, de modo a salvaguardar todo o processo e o próprio equipamento, a localização escolhida para a sua instalação. Refiro-me ao terreno da ETAR desativada em Mirão, trata-se de um terreno classificado no atual PDM em vigor como espaço de uso especial. Ora, como o senhor Presidente, saberá, os terrenos assim classificados no PDM, destinam-se somente a instalação de equipamentos de utilização coletiva ou de infraestruturas que, por definição do decreto regulamentar 9/2009, nos remete para equipamentos de utilização coletiva destinados à saúde, à educação, à cultura e desporto, à justiça, à segurança Social, à segurança pública e à proteção civil. Isto no caso de estarmos a falar de edifícios ou se estivermos a falar da instalação de infraestruturas e sistemas de abastecimento de água, de energia, tratamento de resíduos sólidos ou como no caso do equipamento que lá estava instalado de tratamento de águas residuais. Ora, em nenhuma das situações previstas na legislação se encontra mencionado a instalação de equipamentos tipo canil-gatil, pelo que o questiono, senhor Presidente, se a solução encontrada com esta localização não irá contra o estipulado pela lei em vigor, no caso o PDM ainda em vigor? Questiono, também, quanto à data prevista para a conclusão dos trabalhos?

E neste capítulo, deixo-lhes ainda uma nota final, a si e aos povoenses, para a reflexão e memória futura. Vieira do Minho vai construir um equipamento similar na freguesia de Eira Vedra; Amares, construiu o mesmo tipo de equipamento na freguesia de Dornelas; Guimarães construiu na freguesia de Aldão junto ao Eco Centro Municipal e Braga tem o mesmo equipamento situado na freguesia de Real. Já no nosso concelho foi opção construir um equipamento desta natureza numa zona central privilegiada para equipamentos públicos de utilização coletiva, e eventualmente até para futura expansão do núcleo urbano da Vila, num futuro não muito distante. Aliás, assim o propõem vossas excelências na planta de ordenamento do novo PDM que disponibilizaram a esta assembleia há mais de um ano e meio, onde preveem em toda aquela zona como espaço

de equipamentos. Respeitando a opção tomada, desejo sinceramente que esta opção não venha a ser problemática no futuro.

Termino com uma breve nota final em matéria de ambiente, com estranheza registamos que, neste período, nenhuma diligência digna de registo tenha sido realizada junto da Braval no sentido de debelar o persistente problema relativo à deposição de lixo a céu aberto e aos persistente maus odores, que com o aumento da temperatura, já se voltam a fazer sentir. Pelo menos no relatório de atividade, nada consta sobre o assunto. Muito obrigado.”

Depois, o Presidente da Assembleia, António Queirós Pereira, concedeu a palavra ao deputado do GP do PSD, Luís Carvalho.

Interveio o deputado Luís Carvalho, cumprimentou novamente todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“Eu sei que problemas técnicos acontecem, nas telecomunicações também acontecem, mas já é a terceira Assembleia Municipal onde recorrentemente as transmissões online estão sempre a quebrar, portanto, deixo aqui a recomendação ao executivo municipal para que, esta situação seja melhor acautelada para que não volte a acontecer, porque no resto do mandato não acontecia e agora estas últimas três assembleias está a acontecer, portanto, solicitava essa melhor atenção por esse tema.

Eu quero começar este ponto para questionar qual o procedimento adotado para a cedência dos dois lugares, as duas frações do prédio recentemente construído na urbanização 25 de Novembro? Este tema eu já o questionei na última Assembleia Municipal, não foi respondido, é um assunto que não foi submetida à Comissão de Trânsito, Toponímia, Urbanismo e Planeamento. Julgo que a modalidade de lugar atribuído não é de lugar privativo, penso que não se aplica, portanto, questiono qual o procedimento adotado para a cedência destes dois lugares?

Sobre as festas de São José parabenizar, acima de tudo, pelo sucesso das mesmas, e pelo bom envolvimento das coletividades do concelho. Deixo mais uma vez, a nota que, relativamente ao cortejo histórico e etnográfico, considero que deve haver uma preparação mais atempada do mesmo, porque não considero razoável que se faça a primeira reunião com as juntas de freguesia a pouco mais de cerca de um mês da realização do mesmo para a apresentação dos temas e posteriormente, para a escolha dos temas.

Das obras que são reportadas no relatório como finalizadas, maioritariamente, são obras aprovadas pelo Orçamento Municipal do ano 2023 e algumas para o ano 2024, portanto, a maioria delas já vêm com bastante tempo de atraso. O resto das intervenções em espaços públicos reportadas são maioritariamente trabalhos de manutenção que não deixam de ser muito importantes, mas que são minimamente exigidos a um executivo municipal.

Por fim, questionar sobre a suposta compra por parte da Câmara Municipal do terreno de seis hectares da Casa das Agradas? Digo suposta, porque constou-se na praça pública que foi dito pelo senhor Presidente da Câmara Municipal num evento partidário do seu partido, mais concretamente na apresentação da sua recandidatura à presidência da Câmara Municipal, que a autarquia adquiriu e já escriturou o terreno da Casa das Agradas para a execução de um projeto respeitante a um novo complexo desportivo e multiusos. Ter um novo complexo desportivo e multiusos na Póvoa de Lanhoso seria, sem dúvida, excelente e uma mais-valia para o concelho, e obviamente que eu não estive no evento e não ouvi o senhor Presidente a dizer isso, mas através de uma pesquisa que fiz, encontrei efetivamente um vídeo, o senhor Presidente a dizer que a Câmara Municipal já adquiriu e já escriturou, e eu questiono como é que a Câmara Municipal já adquiriu este terreno, escriturou, e qual é o valor que estamos a falar?”

Depois, o Presidente da Assembleia, António Queirós Pereira, concedeu a palavra ao deputado do GP do PS, Filipe Silva.

Interveio o deputado Filipe Silva, cumprimentou novamente todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“Senhor deputado não esteve presente, mas podia ter estado. O jantar acolheu mais de duas mil pessoas, mas é aberto à comunidade, embora seja organizado pelo Partido Socialista e, portanto, poderia ter assistido na primeira pessoa a essas palavras.

Relativamente ao ponto em análise, a bancada do Partido Socialista encontra-se inteirada da atividade municipal desenvolvida neste período e aproveitámos para enaltecer o trabalho realizado em diversas áreas fundamentais para o concelho.

Destacamos, em primeiro lugar, a forte aposta na ação social e na educação com a entrega de apoios do programa NaturaLanhoso a setenta e cinco crianças num investimento de cinquenta mil euros, a atribuição de duzentas e vinte e nove bolsas de estudo divididas entre estudantes do ensino secundário e superior, reforçando o apoio às famílias e ao futuro académico dos nossos jovens.

No setor da habitação, registamos a assinatura dos contratos de empreitada para a construção de trinta e oito habitações públicas em Fontarcada e para a reabilitação de dez fogos em Garfe e Oliveira, num investimento global superior a cinco milhões de euros, além da submissão de novas candidaturas ao programa 1.º direito em articulação com o IHRU.

A nível do território, foram concluídas importantes obras de requalificação em diversas freguesias, melhorando acessibilidades e infraestruturas locais e prosseguem projetos relevantes como a estrutura residencial de Garfe e a pavimentação de diversos arruamentos. Destacamos também o arranque da tão aguardada construção do centro de recolha oficial de animais, uma obra no valor de cerca de seiscentos mil euros que finalmente avança após duas décadas de expectativa.

No plano cultural e turístico, as festas concelhias em honra de São José voltaram a afirmar-se como um grande momento de celebração da nossa identidade, com uma forte adesão popular em um programa diversificado que atraiu visitantes de toda a região.

Por fim, não podemos deixar de registar positivamente o rigor também na gestão financeira, com o município a apresentar no final de março, um saldo de pagamentos em atraso de zero euros, demonstrando responsabilidade e boa administração dos recursos públicos. Assim saudamos o executivo pelo trabalho realizado neste período. Muito obrigado.”

Seguidamente, o Presidente da Assembleia, António Queirós Pereira, concedeu a palavra à Câmara Municipal, para resposta.

Interveio o Presidente da Câmara, Frederico Castro, cumprimentou novamente todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“Muito sucintamente, responder às duas questões colocadas pelo deputado Pedro Afonso, a primeira relativamente ao estudo sobre a estratégia que foi e está a ser implementada já, o estudo foi desenvolvido e a estratégia está a ser implementada para o setor agrícola, neste momento, já está disponível ao público, nomeadamente aos agricultores do concelho, e este serviço no Centro Interpretativo do Carvalho de Calvos, a ser prestado precisamente pelo Eng.º Abílio, que é a pessoa que desenvolveu este estudo, que o apresentou ao município, que nós convidamos para nos ajudar a implementar esta estratégia. O documento pode ser enviado, eu sugiro que seja enviado, naturalmente, às bancadas parlamentares para que possam fazer essa análise e se quiserem analisar e debater o documento numa próxima Assembleia Municipal, podemos perfeitamente fazê-lo.

Em relação à localização do novo canil. Eu não tenho informação contrária àquilo que a lei prevê e permite do ponto de vista da sua instalação, mas eu respondo-lhe de uma forma muito simples e eu não sei de que forma votou nessa Assembleia Municipal, não é nenhuma achega, mas respondo-lhe de uma forma muito simples. O novo canil está a ser construído na única alternativa que nós tivemos, que resultou da votação que ocorreu nesta Assembleia Municipal, em que a maioria dos deputados municipais, chumbaram a possibilidade de nós construirmos o canil num espaço diferente. Eu vou resumir a minha explicação, a esta nota que estou a dar para não repetir toda a história do canil que eu penso que toda a gente já conhece, que foi muito badalada, já toda a gente disse o que pensava sobre isso, se quiserem aprofundar a matéria, não me importo de vir aqui novamente daqui a cinco minutos, repetir tudo, mas, de facto, aquilo que nós decidimos foi executar o novo canil no único espaço onde nos teria permitido dentro do prazo que tínhamos disponível em função do financiamento que temos do ICNF e da flexibilização do prazo que o ICNF nos atribuiu excecionalmente, para não

perdermos aquele financiamento, construir onde ele já existe atualmente. Se é um problema que ele esteja lá, já era um problema durante cerca de, não sei, vinte anos, talvez, porque já lá está há muitos, muitos anos, se calhar há mais de vinte anos, portanto, a localização do novo canil é aquela que conhecem, e a história conhecem-na todos muito bem também.

O deputado Luís carvalho, eu vou responder à questão do terreno da Casa das Agrads, penso que não registei mais nenhuma questão que tenha colocado. Sim, o município adquiriu, no passado dia 23 de abril, todo aquele campo que está, portanto, que estava integrado na Quinta das Agrads e que foi destacado, foi feito uma operação de destaque, de cerca de seis hectares e meio, espaço que foi negociado pelo município e com um dos representantes dos herdeiros, durante um período de diria três, quatro meses, durante um período considerável, em que estivemos em negociação, em que essa negociação, obviamente, o segredo é a alma do negócio, não é? Nos negócios é assim, na política não é diferente e, portanto, mantivemos em segredo essa negociação, como é evidente, precisamente para que ela não fosse prejudicada e, portanto, conseguimos uma coisa que era muito difícil, acho que todos nós já ouvimos ao longo dos anos, todos nós já ouvimos falar daquele espaço e das potencialidades daquele espaço e do quanto ele seria ideal para poder construir estes equipamentos que eu sugiro e que nós temos intenção de construir e de lançar no próximo mandato um concurso, uma concessão, um modelo deste género, não necessariamente este modelo, mas um modelo dentro de uma concessão de um concurso, como, olhe como assistimos, por exemplo, numa notícia que veio a público recentemente, penso que foi ontem ou hoje do município de Barcelos, que lançou um procedimento do mesmo género para a construção do pavilhão multiusos, Famalicão lançou um procedimento há dois meses, três meses, talvez, para construção do novo complexo desportivo também e, portanto, nessa linha de atuação e de visão estratégica para o futuro podermos naquele espaço edificar um pavilhão multiusos e um complexo desportivo que possa olhe, que possa colmatar aquilo que o deputado Pedro Afonso referiu no período antes da ordem do dia relativamente ao pavilhão gimnodesportivo, que está situado na 25 de abril em que, a partir de determinado momento, de facto, teremos de repensar se faz sentido continuarmos a ter aquele equipamento ou não. Eu tenho uma opinião sobre isso, mas se faz ou não sentido continuarmos a ter aquele equipamento, a partir do momento que tenhamos outros equipamentos mais capazes e mais preparados tecnicamente para poder fazer face às necessidades que temos no concelho.

E, portanto, sim, adquirimos o terreno da casa das Agrads de cerca de seis hectares e meio pelo valor de seiscentos mil euros. O que, diga-se de passagem, na minha opinião, foi um grande negócio. Muito obrigado.”

Depois, o Presidente da Assembleia, António Queirós Pereira, concedeu a palavra ao deputado do GP do PSD, Luís Carvalho.

Interveio o deputado Luís Carvalho, cumprimentou novamente todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“Ficou por responder a primeira questão da intervenção, a questão dos dois lugares naquelas frações do prédio.

Eu questionei como é que a Câmara Municipal adquiriu, porque, independentemente do valor, tem que ir a reunião de câmara para a aquisição, se o valor for superior a mil vezes o índice cem das carreiras do regime geral do sistema remuneratório da função pública tem que vir à Assembleia Municipal, não se verifica, seiscentos mil euros não é superior, mas à reunião de câmara tem que ir sempre e, portanto, eu estive a verificar as reuniões de Câmara, e não encontrei nenhuma deliberação em reunião de Câmara, portanto, eu gostava que me explicasse como é que adquiriu sem ir a reunião de Câmara, independentemente disso, se adquiriu um terreno para uma obra desta importância, acho que deveria ser vertido no relatório do ponto um, por uma questão de transparência. Sim, mas tinha que ser vertido no relatório do ponto um, um assunto desta importância tinha que ser vertido no relatório.”

Depois, o Presidente da Assembleia, António Queirós Pereira, concedeu a palavra ao Presidente da Câmara, para resposta.

Interveio o Presidente da Câmara, Frederico Castro, cumprimentou novamente todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“Como deverão saber, há competências que estão nos termos da lei delegadas no Presidente da Câmara Municipal. As competências que não estejam delegadas nos termos da lei no Presidente da Câmara Municipal podem ser ratificadas em reunião de Câmara posteriormente, eu não lhe sei precisar qual das duas premissas foi usada para fazermos a escritura no passado dia 23, mas posso-lhe assegurar que nós procedemos nos termos da lei, isso posso-lhe assegurar, pode esta noite dormir descansado, não quero que desassossegue a sua consciência. Mas de facto, nós escrituramos, pagámos e adquirimos o terreno.

Depois colocou outra questão que tinha a ver com, mas ainda no âmbito deste assunto, porque é que não vem no ponto um, por uma razão muito simples porque a informação que é elaborada no ponto um que é enviada para vossas excelências é elaborada antes do dia 23 de abril, e 23 de abril, foi quarta-feira da semana passada, portanto, diga-me de que forma é que nós podíamos elaborar a informação e envia-la juntamente com o ponto um, se 23 foi quarta-feira da semana passada é só fazer as contas, senhor deputado, se quiser, eu ajudo-o a fazer essas contas.”

Depois, o Presidente da Assembleia, António Queirós Pereira, concedeu a palavra ao deputado do GP do PSD, Luís Carvalho.

Interveio o deputado Luís Carvalho, cumprimentou novamente todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“Como estava a dizer houve um processo de negociação, como o senhor Presidente disse, esse processo de negociação começou muito antes, certamente, do dia 23, portanto, como tantos detalhes que vocês metem no relatório, também poderiam meter este detalhe que não é um detalhe, é um detalhe muito importante. Portanto, essa justificação que foi só no dia vinte e três, não é plausível.

A questão da ratificação, a questão da ratificação na minha humilde opinião é uma falta de respeito pela vereação da oposição. Este assunto tem que ir a reunião de Câmara para efetivamente você poder dizer que adquiriu o terreno. É verdade, é verdade, até porque não sabe qual vai ser a votação da reunião de Câmara, não é? Por uma questão de legitimidade do órgão tem que o assunto ir à reunião de Câmara, portanto, dizer que adquiriu não adquiriu ainda, portanto, a sua recandidatura à Câmara Municipal começa com uma mentira e desculpe-me que lhe diga, isto não é fazer bem.”

Depois, o Presidente da Assembleia, António Queirós Pereira, concedeu novamente a palavra ao Presidente da Câmara, para resposta.

Interveio o Presidente da Câmara, Frederico Castro, cumprimentou novamente todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“Senhor deputado, começou o mandato com um episódio de défice de compreensão e termina o mandato com outro episódio de défice de compreensão, o que significa que não evoluiu nada neste mandato, eu lamento isso, lamento isso.

Nós adquirimos, escriturados e liquidamos o valor que eu apresentei há momentos a partir daquele púlpito, as ratificações que vão à reunião de Câmara que são usuais, que aconteceram dezenas, centenas ao longo do tempo, decorrem da lei, também, não há nenhuma falta de respeito por ninguém, aliás, eu quase convido os senhores vereadores a usarem da palavra para poderem dizer se alguma vez se sentiram desrespeitados pelo Presidente da Câmara neste mandato, nesta ou noutra matéria qualquer, têm sistema de som, no mandato anterior os vereadores da oposição não tinham, têm sistema de som, podem pedir o uso da palavra e podem pronunciar-se sobre esta questão.

O Presidente da Câmara Municipal, desde o dia 18 de outubro de 2021, dia da tomada de posse, sempre que se pronuncia publicamente, diz sempre a verdade, diz sempre a verdade. E eu percebo que o senhor traga cá essa narrativa, porque essa narrativa, pelos vistos, faz parte da sua família política. A sua família política recentemente brindou-nos publicamente com um episódio lamentável, aquilo que têm feito publicamente, é tentar fazer chacota e tentar diminuir os atores políticos do concelho, de uma forma que nós

não estávamos habituados e eu vou-lhe dizer uma coisa com toda a clareza, vocês podem continuar nesse rumo, nessa estratégia e com base nesse tipo de manobras, que nós vamos continuar a trabalhar e a dizer verdade às pessoas, é assim que nós fazemos política, nós não fazemos política inventando factos e tentando contornar a informação que é prestada com transparência, com lisura. Eu expliquei-lhe porque razão, aliás, só alguém com essa inexperiência é que não sabe que, de facto, há determinadas matérias que devem ser mantidas de forma sigilosa para não serem prejudicadas. Qualquer pessoa que tenha um mínimo de experiência de vida profissional, política ou até pessoal, sabe que há matérias que devem ser mantidas no sigilo para que o seu resultado final não seja prejudicado. Portanto, é evidente que não havia forma nenhuma de nós partilharmos antes do dia vinte e três de abril, esta informação sob pena de prejudicarmos o objetivo que alcançámos. Claro que provavelmente, o vosso objetivo também era esse, era que o objetivo que conseguimos finalmente alcançar pudesse ser prejudicado.”

Seguidamente, o Presidente da Assembleia, António Queirós Pereira, deu o ponto um por terminado.

Deliberação: A Assembleia Municipal ficou inteirada da análise da atividade do município e sua situação financeira, conforme o disposto na alínea c) do n.º 2 do artigo 4.º do regimento da assembleia municipal.

Depois, o Presidente da Assembleia, António Queirós Pereira, passou ao ponto dois da ordem de trabalhos. **Ponto Dois: Proposta da Câmara Municipal para reconhecimento de interesse público de empreendimento turístico, denominado Campos de Vila, Hotel Rural, na Freguesia de Covelas, Concelho da Póvoa de Lanhoso, nos termos da Lei n.º 75/2013, de 12 setembro, na sua redação atual.** E concedeu a palavra à Câmara Municipal para apresentação do ponto.

Interveio o vereador Ricardo Alves, cumprimentou todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“Este investimento, como o senhor descreveu na sua memória descritiva, está a intenção da instalação de um hotel rural associado a um conceito que se aproxima de um empreendimento turístico ou retiro natural que promove um espaço dedicado ao autocuidado que beneficia da simbiose entre a natureza e a ruralidade, numa ótica de consubstanciar um produto turístico de natureza e bem-estar.

A arquitetura do projeto, das facilidades, equipamentos, envolvência e filosofia do projeto aparentam ser favoráveis ao efeito da concretização desta pretensão, pelo que trazemos este ponto à vossa natural análise e consideração e estaremos disponíveis para qualquer esclarecimento adicional.”

Depois, o Presidente da Assembleia, António Queirós Pereira, concedeu a palavra ao deputado do CDS-PP, Pedro Afonso.

Interveio o deputado Pedro Afonso, cumprimentou novamente todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“O CDS-PP sempre se bateu pelo desenvolvimento económico e pela melhoria da atratividade do nosso concelho, seja pela criação e fixação de empresas, seja pela fixação de pessoas, seja pela promoção turística. Só a geração de riqueza no nosso concelho e a disponibilização de condições remuneratórias mais favoráveis permitem tornar sustentável o tão ambicionado desenvolvimento social das populações e, consequentemente, o aumento da qualidade de vida na Póvoa de Lanhoso.

Como neste caso concreto, a requerente pretende promover a edificação de empreendimento turístico na tipologia e classificação de hotel Rural de três estrelas, a levar a efeito na freguesia de Covelas, concelho da Póvoa de Lanhoso e uma vez que a pretensão visa também a autorização da majoração em 100% da área de construção máxima permitida no local. Entende o CDS-PP nada ter a objetar relativamente ao projeto de investimento em questão, pelo que, mantendo a posição política que temos vindo a defender nesta matéria, seremos uma vez mais coerentes e votaremos favoravelmente a proposta, desejando desde já ao projeto a sua rápida materialização e o maior sucesso no seu desenvolvimento.

Contudo, gostaríamos também de sensibilizar esta assembleia e os povoenses do seguinte. Por inúmeras vezes, foram trazidas a esta assembleia propostas de natureza similar, sobretudo para o desenvolvimento de empreendimentos turísticos aos quais foi atribuído, se bem me recordo na sua totalidade, o interesse a todos estes o interesse municipal. A questão que gostaria de vos lançar a todos é se o interesse municipal se deve esgotar na emissão da declaração por parte do município ou se o município deveria acarinhar e criar condições favoráveis para o funcionamento em rede do qual todos possam realmente beneficiar e não só as unidades hoteleiras instaladas no concelho, porque, para além da filigrana e da produção vinícola que todos vemos como excelentes referências do nosso concelho, a Póvoa de Lanhoso também tem natureza, também tem património, também tem história, também tem cultura e também tem tradições. Pelo que deixamos como sugestão ao executivo e a todos os povoenses a prossecução da realização de mais debates sobre esta temática entre todos os intervenientes e a criação de mais iniciativas conjuntas promovidas pelos agentes locais com o apoio do município. Para além das emblemáticas festas do concelho em Honra de São José, como aqui foi bem referido há instantes, a Póvoa de Lanhoso necessita com urgência de mais eventos âncora realizados ao longo de todo o ano que potenciem a visibilidade do nosso concelho, despertem a curiosidade e aumentem o interesse em sermos visitados, não só pelo bem saber receber, como por toda a riqueza que temos para oferecer. Obrigado.”

Depois, o Presidente da Assembleia, António Queirós Pereira, concedeu a palavra ao deputado do GP do PSD, Vítor Hugo Silva.

Interveio o deputado Vítor Hugo Silva, cumprimentou novamente todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“No ponto dois da ordem de trabalhos é submetida à apreciação e votação desta assembleia, a proposta de reconhecimento de interesse público municipal do empreendimento turístico denominado Campos de Vila Hotel Rural, a localizar-se na freguesia de Covelas, no concelho da Póvoa de Lanhoso. Este projeto pretende estalar um hotel rural, três estrelas com cerca de dez unidades de alojamento num prédio rústico arredondado por excesso com cerca de onze mil metros quadrados. Sendo esta intervenção articulada com a necessária obtenção de parecer favorável para utilização de solos da Reserva Agrícola Nacional, conforme previsto no seu regime jurídico, e o reconhecimento deste interesse público municipal que aqui nos é solicitado para deliberar, cumpre um conjunto de requisitos técnicos e estratégicos, a saber: encontra-se alinhado com a estratégia turismo 2027, promovendo a sustentabilidade económica, social e ambiental da atividade turística; contribui a valorização dos recursos endógenos e do património rural da freguesia de Covelas, reforçando a coesão territorial e a dinamização da economia local; está igualmente enquadrado nos objetivos da Estratégia Integrada de Desenvolvimento Territorial do Ave 2021-2027, nomeadamente no âmbito da valorização turística e da inovação do tecido económico rural; foi também objeto de análise e aprovação por unanimidade pela Câmara Municipal em reunião de dezassete de março deste ano, conforme minuta anexa à documentação em análise.

Em termos regulamentares, o projeto beneficia da prerrogativa prevista no PDM da Póvoa de Lanhoso relativo a empreendimentos de interesse estratégico permitindo então assim a majoração de 100% da área máxima de construção. Além disso, o projeto propõe a integração de soluções de tecnologia, digitalização da oferta e promoção de práticas sustentáveis, traduzindo-se num claro contributo para a modernização da oferta turística e para a dinamização do turismo de natureza e bem-estar nosso concelho. Contudo, importa aqui é assumir que a proposta carece de algumas vinculações mais robustas em matéria de sustentabilidade e integração comunitária, nomeadamente, não existe nos elementos apresentados com plano claro, de parcerias locais, não se antevê um compromisso concreto com a valorização da produção agrícola ou artesanal da freguesia, não estão previstas contrapartidas que reforça efetivamente o interesse público em troca de ocupação de solo da RAN. Assim, não obstante, reconhecer a qualidade técnica do processo e a legitimidade dos promotores não podemos deixar de alertar para a necessidade de adotar uma postura de maior exigência nestes processos de reconhecimento, neste caso, o interesse público não deve ser um mero formalismo procedimental, deve ser também uma condução substantiva, exigente e monitorizável.

Neste quadro, exortamos a Câmara Municipal a que, no procedimento deste projeto, faça o seguinte a título de sugestão, estabeleça mecanismos de avaliação periódica do cumprimento dos objetivos propostos, condicione futuras autorizações à demonstração de resultados concretos em matéria de impacto económico local, integração comunitária e sustentabilidade ambiental, e para que reforce para o futuro a análise crítica das propostas que impliquem sacrifício de solos classificados, assegurando que o interesse público real não é preterido em favor de interesses privados, mesmo que legítimos.

Assim, perante a fundamentação técnica e estratégica apresentada e considerando que a aprovação desta declaração de interesse público é uma condição necessária para a tramitação do processo de licenciamento e subsequente autorização de utilização de solos agrícolas para fins turísticos. Entendemos que estão reunidas as condições para votar favoravelmente a presente proposta. Com esta decisão, reafirmamos o nosso compromisso para um desenvolvimento sustentável integrado da Póvoa Lanhoso, fomentando o investimento qualificado, a geração de emprego e a valorização do nosso património natural e cultural. Muito obrigado.”

Depois, o Presidente da Assembleia, António Queirós Pereira, concedeu a palavra ao deputado do GP do PSD, Vítor Hugo Silva.

Interveio o deputado Vítor Hugo Silva, cumprimentou novamente todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“Em relação a esta proposta tenho três pontos, que, basicamente, vão ao encontro daquilo que é a posição da bancada do partido Socialista, primeiro dos quais congratular o facto desta Câmara Municipal abraçar este tipo de empreendedor, este tipo de promotor, que visa instalar no nosso concelho, e já não é a primeira vez que acontece ao longo deste mandato, que visem instalar no nosso concelho equipamentos turísticos, neste caso, que pretendam projetar também o nosso concelho, e afirma o nosso concelho no plano daquilo que é o aumento do número de camas disponíveis, que é uma necessidade que nós temos claramente, com isso também aumentar o número de postos de trabalho e termos equipamentos capazes para dar respostas a insuficiências que claramente temos no nosso concelho. Em relação, isto é propriamente em relação ao ponto, não posso deixar de dar duas notas em relação às intervenções dos deputados municipais que me antecederam. Na primeira das quais o deputado Pedro Afonso faz referência ao facto de a Câmara Municipal precisar de afirmar o concelho da Póvoa de Lanhoso e para isso trazer mais e iniciativas ao longo do ano e ao longo do mandato. Eu acho que o deputado Pedro Afonso tem estado desatento em relação àquilo que tem sido a atividade da Câmara Municipal da Póvoa de Lanhoso, porque ao longo do ano e ao longo do mandato, aquilo que tem esta Câmara Municipal tem feito é efetivamente trazer essas iniciativas, aliás, num espaço bem visível aqui na Praça Eng.º Armando Rodrigues em outros espaços, nomeadamente este, nos quais se promovem todas as

áreas que são transversais à atuação da Câmara Municipal e isso tem sido notório ao longo do mandato. Depois o deputado Vítor faz aqui uma intervenção em que não percebe qual a vantagem deste tipo de equipamentos faz referência a eles e logo de seguida, diz que é uma mais-valia por exemplo, acrescenta postos de trabalho ou tem potencial de acrescentar postos de trabalho para o nosso concelho. Portanto, aquilo que importa realçar, de facto, é o facto desta Câmara Municipal, deste executivo ter esta capacidade de abraçar empreendedores, de abraçar promotores que querem investir no nosso concelho, querem trazer riqueza para o nosso concelho. Isso é que, de facto, um aspeto muito importante e que devemos realçar. Obrigado.”

Depois, o Presidente da Assembleia, António Queirós Pereira, concedeu a palavra ao deputado do GP do PS, Pedro Silva.

Interveio o deputado Pedro Silva, cumprimentou novamente todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“Em relação a esta proposta tenho três pontos, que, basicamente, vão ao encontro daquilo que é a posição da bancada do partido socialista, primeiro dos quais congratular o facto desta Câmara Municipal abraçar este tipo de empreendedor, este tipo de promotor, que visa instalar no nosso concelho, e já não é a primeira vez que acontece ao longo deste mandato, que visem instalar no nosso concelho equipamentos turísticos, neste caso, que pretendam projetar também o nosso concelho, e afirma o nosso concelho no plano daquilo que é o aumento do número de camas disponíveis, que é uma necessidade que nós temos claramente, com isso também aumentar o número de postos de trabalho e termos equipamentos capazes para dar respostas a insuficiências que claramente temos no nosso concelho.

Em relação, isto é propriamente em relação ao ponto, não posso deixar de dar duas notas em relação às intervenções dos deputados municipais que me antecederam. Na primeira das quais o deputado Pedro Afonso faz referência ao facto de a Câmara Municipal precisar de afirmar o concelho da Póvoa de Lanhoso e para isso trazer mais e iniciativas ao longo do ano e ao longo do mandato. Eu acho que o deputado Pedro Afonso tem estado desatento em relação àquilo que tem sido a atividade da Câmara Municipal da Póvoa de Lanhoso, porque ao longo do ano e ao longo do mandato, aquilo que tem esta Câmara Municipal tem feito é efetivamente trazer essas iniciativas, aliás, num espaço bem visível aqui na Praça Eng.º Armando Rodrigues em outros espaços, nomeadamente este, nos quais se promovem todas as áreas que são transversais à atuação da Câmara Municipal e isso tem sido notório ao longo do mandato.

Depois o deputado Vítor faz aqui uma intervenção em que não percebe qual a vantagem deste tipo de equipamentos faz referência a eles e logo de seguida, diz que é uma mais-valia por exemplo, acrescenta postos de trabalho ou tem potencial de acrescentar postos de trabalho para o nosso concelho.

Portanto, aquilo que importa realçar, de facto, é o facto desta Câmara Municipal, deste executivo ter esta capacidade de abraçar empreendedores, de abraçar promotores que querem investir no nosso concelho, querem trazer riqueza para o nosso concelho. Isso é que, de facto, um aspeto muito importante e que devemos realçar. Obrigado.”

Depois, o Presidente da Assembleia, António Queirós Pereira, concedeu a palavra ao deputado do GP do PSD, Vítor Hugo Silva.

Interveio o deputado Vítor Hugo Silva, cumprimentou novamente todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“Senhor deputado Pedro Silva, eu não coloco em questão a importância destes projetos. Agora, o que eu coloco aqui em causa é nós já aprovámos vários reconhecimentos estratégicos ao longo deste mandato e agora também gostaria de questionar aqui quantos empreendimentos turísticos destes reconhecimentos é que já estão implementados na Póvoa de Lanhoso? Eu se bem me recordo, até temos aqui um que me vem à mente, o hotel de Chá, ali situado em Lanhoso, não sei como é que está esse, não avançou.

Pronto, se temos aqui algum que já tenha avançado na sequência da aprovação dos reconhecimentos? Sobre essa monitorização, senhor deputado, é normal e está legislada e normalmente a Câmara Municipal já tem essas ferramentas regulamentadas para que faça a monitorização, desses reconhecimentos e desses empreendimentos turísticos. Não obstante, o grupo parlamentar do PSD está sempre a favor da fomentação da economia local com este tipo de empreendimentos. Obrigado.”

Seguidamente, o Presidente da Assembleia, António Queirós Pereira, verificou que não existiam mais pedidos de intervenção e colocou o ponto dois à votação do plenário.

Deliberação: A Assembleia Municipal deliberou aprovar por unanimidade, a proposta da Câmara Municipal para reconhecimento de interesse público de empreendimento turístico, denominado Campos de Vila, Hotel Rural, na Freguesia de Covelas, Concelho da Póvoa de Lanhoso, nos termos da Lei n.º 75/2013, de 12 setembro, na sua redação atual.

Depois, o Presidente da Assembleia, António Queirós Pereira, passou de imediato ao ponto três da ordem de trabalhos. **Ponto Três: Proposta da Câmara Municipal para apreciação e votação do relatório de gestão e prestação de contas do Exercício de 2024, nos termos da Lei n.º 75/2013, 12 de setembro.** E concedeu a palavra à Câmara Municipal, para apresentação do ponto.

Interveio a Vice-Presidente, Fátima Moreira, cumprimentou novamente todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“É com sentido de responsabilidade e de missão cumprida que apresentamos o relatório de gestão e prestação de contas da Câmara Municipal da Póvoa de Lanhoso, relativo ao ano de 2024.

Este foi um ano particularmente marcante, assinalado pela celebração dos 50 anos do 25 de Abril de 1974. Uma efeméride que mobilizou diversas instituições locais e de toda a comunidade da Póvoa de Lanhoso. O programa comemorativo destacou-se pela sua abrangência e profundidade, promovendo a reflexão, a participação cívica e a valorização da nossa história coletiva. Paralelamente, 2024, foi igualmente registado pelo investimento contínuo na melhoria das condições de vida da nossa população, através da realização de obras em todas as freguesias do concelho. Este esforço descentralizado assegurou uma resposta mais equitativa às necessidades locais, reforçando a coesão territorial. Importa ainda salientar que este é o último relatório do plano de atividades do mandato autárquico.

É com convicção e orgulho que afirmamos ter cumprido aquilo a que nos propusemos no nosso manifesto eleitoral, honrando o compromisso assumido com toda a população. Projetos estruturantes como a via circular urbana, embora ainda não concluídos, conheceram avanços concretos e significativos ao longo deste mandato. Num olhar estratégico para o futuro a autarquia desenvolveu um trabalho intenso de preparação do Portugal 2030, focando-se na elaboração de projetos e candidaturas que terão um impacto significativo nos próximos anos. Este planeamento rigoroso permitirá à Póvoa de Lanhoso, aceder a novos financiamentos e impulsionar o seu crescimento sustentável, inovador e inclusivo.

Passarei agora à apresentação muito resumida de algumas atividades por áreas sectoriais. E vamos iniciar, como assinalai que foi, de facto, um facto marcante de 2024, as comemorações dos cinquenta anos do 25 de Abril. Um ano marcado e que marcou, de facto, toda a nossa envolvência, e a nossa comunidade e coroadas de êxito. Relativamente às infraestruturas e equipamentos, agora sim, fizemos obras nas diferentes freguesias no concelho, obras também de saneamento nas freguesias, fizemos também o campo de vólei no Pontido, várias inaugurações desde o Jardim moral, o Parque infantil inclusivo, a requalificação do monumento do 25 de Abril, entre outros espaços. A inauguração também do espaço CoWork na casa da Botica.

Ao nível da saúde, salientamos também a aquisição dos carros elétricos, a colocação dos painéis solares no centro de saúde, as obras para instalação de novos gabinetes na área da saúde, quer da saúde mental, quer do gabinete da saúde oral, várias atividades para promover literacia em saúde. Ali destacamos a caminhada Rosa também os serviços de psicologia ao nível das ações de promoção da saúde mental. Nos seniores destacámos o alargamento dos centros de convívio em Garfe e Águas Santas. Também o novo provedor do idoso, o passeio à Malafaia e também o grupo do cancionero minhoto que

nasceu a partir dos centros de convívio alargado a toda a população e que tenta, de alguma forma, honrar o legado do professor Gonçalo Sampaio.

Ao nível da habitação, de facto, é marcante a questão da estratégia local de habitação com a preparação de todos os processos para a construção dos trinta e oito novos fogos do Bobeiro e dos vinte sete fogos em Monsul e a reabilitação dos dez fogos nos bairros sociais de Garfe e Oliveira, também no programa trezentos e sessenta que, como já sabem permite a reabilitação de habitação para melhorar as suas acessibilidades, o apoio à renda, o apoio ao empréstimo, o IMI familiar e ainda o recém-inaugurado balcão da Habitação e energia numa parceria com a DECO.

Ao nível das famílias, o reconhecimento mais um ano da bandeira de autarquia familiarmente responsável, também ao nível do gabinete de apoio ao cuidador informal, a criação dos grupos de ajuda mútua, ao nível do gabinete de apoio à parentalidade, várias ações, apoios às famílias e os programas também brincar em família. Salientamos também as jornadas de Educação e família.

No âmbito da educação e qualificação destacamos também a alimentação e o cuidado que tem sido e o acompanhamento feito aos refeitórios escolares e aí também a contratação de serviço da nutricionista para este fim. Também a Assembleia Municipal jovem, que começou no ano passado, no âmbito das comemorações dos cinquenta anos do vinte cinco de Abril e que amanhã vamos realizar de novo. Também ao nível do Plano Nacional das Artes, a segunda mostra artística infantojuvenil. A newsletter da Educação que permite, de facto, divulgar aos pais e encarregados de educação toda a ação desenvolvida na área da educação e também o início das ações do programa do PIPS PovoArt Educa que leva a arte e promova o sucesso escolar através de várias dinâmicas nos diferentes agrupamentos e na EPAVE. Ainda na educação e famílias destacámos o programa NaturaLanhoso, as bolsas de estudo, as várias iniciativas no âmbito da rede de cidades educadoras e também o trabalho desenvolvido no âmbito das cidades amigas das crianças com a aprovação do plano para 2025 aprovado já pela UNICEF.

Na área da ação social, combate à pobreza e ao isolamento social. O início das ações do projeto equipa radar Social com a atualização do PDS e novas ações também já de contactos com várias instituições e sinalização de diferentes situações sociais. Também a ação Social integrada que deriva da delegação de competências com a ação da Rede social do SAAS e do NLI com o início também do Roteiro Social divulgando as várias medidas que temos junto das juntas de freguesia. A criação da Academia de Voluntariado, tenho ali a sua primeira ação no âmbito da limpeza da habitação que ardeu em Garfe e também a nova dinâmica que implementámos ao nível da Eco loja social, numa filosofia de troca por troca.

Na área da inclusão, Migrações e igualdades destacamos o reconhecimento e mais uma vez, o prémio que recebemos prémio, viver em igualdade, também muitas ações desenvolvidas pelo SIGO - serviço da Igualdade de Género e oportunidades, quer na sua ação preventiva, quer na sua ação muito direta de acompanhamento a vítimas de

violência doméstica. Também a semana Municipal para a Igualdade e não discriminação que também no ano 2024 integrou as comemorações dos cinquenta anos do 25 de Abril e onde encerrámos com o café concerto inclusivo.

Ao nível da Juventude, o Conselho Municipal da Juventude e a sua ação. As várias atividades dirigidas à juventude, nomeadamente a noite Juventude e a Noite jovem. O programa férias ativas que no ano passado teve uma nova dinâmica, um com uma rede de parceiros e as várias iniciativas a partir do espaço jovem, onde destacamos ali também o torneio de xadrez, entre muitas outras atividades promovidas.

Ao nível do desporto, destacámos a melhoria em várias instalações desportivas, o apoio financeiro aos clubes, várias atividades desportivas de carácter nacional e internacional, entre os quais destacamos também o que iniciou o ano passado o torneio Internacional de petanca.

Ao nível da Proteção Civil e do gabinete técnico florestal, destacámos a segunda semana da Proteção Civil, o programa Voluntariado jovem para a floresta, que surge das iniciativas apresentadas no âmbito da Assembleia Municipal jovem. O apoio à aquisição do novo veículo para os Bombeiros Voluntários e também a ação concertada nos incêndios que tiveram aqui um impacto na Póvoa de Lanhoso em outubro último, que todos nós nos devemos lembrar, infelizmente.

Relativamente ao planeamento, ambiente e desenvolvimento territorial, a continuidade com as ações da revisão do PDM, a concretização do nosso plano de ciber-segurança e também a afetação de recursos humanos na área da informática, às escolas, tornando-as mais autónomas nesta área de intervenção.

Ao nível da coesão interna destacamos também ações dirigidas aos nossos colaboradores, nomeadamente o dia do colaborador, o jantar de Natal, o plano de formação dirigido aos nossos funcionários e funcionárias, as reuniões de chefias que vamos mantendo com regularidade e também a certificação da qualidade do balcão único, piscinas e turismo e eventos.

Ao nível da transição de verde e ambiente, a água, selo de qualidade exemplar para o consumo humano. Este reconhecimento é muito importante e a garantia que temos água de qualidade servida à nossa população. O alargamento do projeto de bio resíduos. A aprovação do Plano Municipal da Ação Climática e a concretização do plano de eficiência energética, nomeadamente com a substituição de luminárias Led.

Ao nível do ambiente e saúde animal. Ao nível do centro de interpretação do Carvalho de calvos, as várias ações que fazem de sensibilização ambiental com vários públicos desde as escolas a outros públicos, e escolas e outras instituições que nos visitam, a dinâmica também criada ao nível das hortas sociais e comunitárias. A campanha da vacinação de animais, a restituição de animais por via de microchip e ainda a nossa participação e apoio à organização da festa animal.

Ao nível da mobilidade a concretização do dia Europeu sem carros, a implementação do transporte a pedido, Easy Park, o pagamento de estacionamento pela plataforma digital,

a requalificação de passadeiras, sinalização vertical e horizontal e melhorias em muitas paragens.

Ao nível da transição digital. O atendimento@net, que tem cada vez mais requerimentos disponíveis para a população e mais serviços que estão acessíveis online para toda a população. Também ao nível do urbanismo, este serviço também teve um grande avanço também no ano de 2024, e também os bairros digitais, todas as ações que estão integradas no âmbito da candidatura bairros digitais Póvoa For You.

Ao nível do desenvolvimento económico, a atratividade do concelho e a marca Póvoa de Lanhoso. Realizámos o segundo mercado de oportunidades. A primeira edição do mercado empreendedorismo jovem. Continuamos a dinamizar o mercado PVL, na Praça. A LEIRA também viu o seu Conselho Consultivo em funcionamento e foi aprovado o Regulamento de apoio ao investidor.

Ao nível da cultura. Mantemos a programação regular deste espaço do Theatro club, destacando que o ano passado foi um ano importante, porque trouxemos, retomamos o cinema neste espaço, com a possibilidade que nos foi dada por um equipamento que foi concretizado no âmbito de uma candidatura ao PRR, também na nossa galeria de exposições tivemos várias exposições, algumas delas integradas no programa das comemorações também do 25 de Abril.

A Casa do Livro, Continuamos também a promover o livro e também os autores e a apresentação de alguns livros, nomeadamente, destacamos aqui a apresentação do livro o Ultimo Enforcado em Braga, que numa relação com a Casa das Agrad, neste caso, com o manuscrito de Ferreira de Melo e Andrade, também a apresentação do programa dos cento e vinte anos do Theatro club que estamos também ainda a concretizar.

Ao nível da Póvoa Dança, continuarmos com o programa também da Póvoa Dança, destacamos aqui as marchas Populares da Terra do ouro e também destacámos ao nível das oficinas e da formação de teatro todo o trabalho que tem sido desenvolvido pelas oficinas e que culminou agora na criação do novo grupo de teatro.

Ao nível do património, destacámos as várias ações dinamizadas a partir do Castelo, quer sejam ao nível dos serviços educativos, quer seja ao nível de quem nos visita. Também no ano passado, a assinatura do protocolo do caminho português de Santiago de Leon de Rosmihal, que aconteceu também no âmbito das comemorações do São José, a 20 de março, e também o programa de caminhadas desenvolvido no ano passado.

Ao nível da cultura e coletividades destacámos as bandas convidam Zé Amaro, que também foi uma iniciativa no âmbito integrada nas comemorações dos 50 anos do 25 de Abril e também um encontro de bandas para assinalar o 10 de Junho. Destacamos ainda o festival de Folclórico Professor Gonçalo Sampaio e também o Festival de Teatro Lino Gravia, uma iniciativa do grupo cénico, ao qual a Câmara se associa. Também o conte na sua décima nona edição, o Póvoa Dança e a comemoração do Dia Mundial da Dança e

também o contrato de comodato que fizemos com os bombeiros voluntários, no sentido de podermos agora intervir no Fórum para a sua reabilitação.

Turismo e eventos. Apresentámos as linhas orientadoras do plano estratégico para o turismo. Festejámos o São José, o ano passado também, a Póvoa em Festa com um programa alargado, uma iniciativa no âmbito do Póvoa em festa que destacamos e consideramos também que é uma iniciativa ancora que é o sentir Póvoa e também o dia do concelho. Também ao nível das participações, a participação em feiras, nomeadamente na BTL e na AGRO e também o programa dos fins de semana gastronómicos numa perspetiva de divulgação da nossa restauração.

Ao nível da comunicação, destacámos o boletim Municipal, as várias participações em programas de televisão, de rádio, etc. Que também acabam por nos projetar e dar visibilidade àquilo que vamos fazendo e ao nosso potencial.

Relativamente, como eu dizia na minha parte introdutória desta apresentação, o ano de 2024, foi um ano muito importante também para preparar e ainda estamos a preparar nesta fase mais de consolidação, todo o Portugal 2030, o quadro de apoio e vou destacar aqui algumas candidaturas que já estão umas submetidas outras em fase de submissão, então candidatura para a reabilitação do Pavilhão Desportivo da Escola Básica Gonçalo Sampaio, da requalificação do Cine Fórum dos Bombeiros Voluntários, da Valorização de todo o Monte do Pilar, ao nível das rotas no norte, do alargamento do Parque do Pontido, do Centro de interpretação do território, que há de ser um posto avançado junto às bolas de ouro, do Balcão de Cidadão, do centro de competências da filigrana, do projeto centralidades que pressupõe a requalificação da escola do primeiro ciclo de Taíde onde vamos ter serviços municipais descentralizados, também do centro do CROA, que já percebemos que já iniciou, do CLDS 5G Lanhoso isto no âmbito das ações imateriais, que tem dois eixos de intervenção, o emprego e os públicos vulneráveis, uma candidatura que já recebemos a notificação de aprovação e que já vamos começar a iniciar a concretização das suas ações, também ao nível de projetos imateriais, aquele que falámos da educação o PovoArt Educa, o bem-me-quer, que é um projeto que prevê criar um projeto, um programa de teleassistência para idosos isolados, com uma equipa multidisciplinar que depois fará o seu acompanhamento e também uma candidatura a que chamámos o Take 2, que é no âmbito da cultura para todos que visa também a criação de um novo filme, uma continuidade daquilo que fizemos, nomeadamente com a curta-metragem inquietação, com o envolvimento de públicos vulneráveis na criação de um produto também de afirmação do território.

Isto relativamente ao plano e, como vos dizia de forma muito, muito resumida, relativamente à prestação de contas. Dar-vos nota que a execução do orçamento da receita cifrou-se nos 95.9%. O ano passado, 2023, foi de 100,8%. Porque é que se justifica este ligeiro acréscimo, apesar de ser uma execução muito boa, a principal justificação da diminuição da execução da receita está associada ao facto de não estar executado o valor de quinhentos e dezassete milhares de euros de empréstimo de médio

longo prazo e de um milhão de euros de financiamentos comunitários que não recebemos até ao final de 2024, que entretanto já recebemos, mas que pensámos que iríamos receber em 2024 e porque houve atrasos, não recebemos este um milhão de euros de financiamentos comunitários, o que, de facto, depois teve este impacto na execução do orçamento da receita. Dizia eu que, apesar de termos baixado ligeiramente, é, de facto, um valor muito bom.

Relativamente à execução do orçamento da despesa, este cifrou-se em 84%, foi 91% em 2023. A execução da despesa corrente foi de 90%, que são valores também muito bons. A execução da despesa de capital é que foi mais baixa, foi de 69% e influencia o valor total. E esta execução da receita de capital de 69% justifica-se, porque, de facto, estão obras já a serem executadas, mas nas quais os empreiteiros têm tido alguma dificuldade no cumprimento dos prazos, o que faz com que, de facto, a despesa de capital tenha este dado menos positivo relativamente ao que aconteceu no ano passado.

Ao nível do saldo de gerência, dar-vos a informação que no ano de 2023, o saldo de gerência foi de três milhões, quinhentos e sessenta e seis mil duzentos e setenta e quatro euros, e de 2024 foi de quatro milhões, seiscentos e oitenta e cinco, seiscentos e setenta e nove euros, o que traduz aqui que houve um acréscimo de um ano para o outro de um milhão cento e dezanove euros, quatrocentos e cinco euros. O facto de o resultado líquido do exercício ser negativo, nós apresentámos um resultado do exercício negativo na ordem de 1.3 milhões de euros, justifica-se, para além do impacto anual das amortizações, por se ter reconhecido no exercício cerca de um 1.2 milhões de euros para, e passo a explicar, sobretudo influenciado pelos subsídios que a câmara atribuiu no âmbito das candidaturas PARES quer à Associação Em Diálogo no âmbito do lar, quer ao Centro Social de Garfe também no âmbito do lar, que foram cerca de oitocentos e quarenta e dois euros que agora então foram reconhecidos e que contribuem para este resultado. Destacamos também a participação realizada, nomeadamente, a igrejas e a património religioso no valor de cento e setenta e dois mil e oitocentos euros. O investimento também ao nível dos grupos desportivos, no valor de trinta e sete mil e seiscentos euros e também o apoio que o município deu a aquisição do veículo de socorro e assistência especial no valor de noventa mil euros. Todos estes reconhecimentos dos valores atribuídos contribuíram então para este resultado.

Não obstante a execução orçamental ter ficado aquém do que se verificou em 2023, ainda assim é excelente, 96%, aproximadamente. Se o município tivesse utilizado cerca de meio milhão de euros de financiamento, não o fez pelo atraso da execução de empreitadas, justificado pelo elevado volume de candidaturas a ocorrer em simultâneo, às quais os serviços têm dado prioridade, e recebido o valor que nos é devido de financiamentos externos, a execução orçamental da receita seria de 100%. Esta execução demonstra o rigor na elaboração e na execução dos documentos orçamentais.

Dar nota apenas também que relativamente aos rácios económico-financeiros, sendo positivos, verificam mesmo assim melhorias aos seus diferentes níveis, e passo a

partilhar convosco, ao nível do rácio de liquidez, liquidez geral, em 2023 apresentava 1.8, neste ano apresenta 2.6, ao nível da liquidez imediata, em 2023 apresentávamos 0,7, em 2024, 1.2. Relativamente a rácios de solvabilidade e autonomia, autonomia financeira também este melhorou ligeiramente, passou de 86% para 87%, a estrutura do endividamento é que desce ligeiramente de 14% para 13%. O índice de solvabilidade também melhora de 6.1 para 6.5. Todos estes são dados que nos tranquilizam e que, de facto, revelam que, sendo um documento muito técnico, é um documento que nos mostra que as contas da Câmara Municipal estão bem, estão saudáveis foram preparadas e planeadas com muita responsabilidade e executadas com responsabilidade idêntica. E para já, é só, muito obrigada.”

Depois, o Presidente da Assembleia, António Queirós Pereira, concedeu a palavra ao deputado do CDS-PP, Pedro Afonso.

Interveio o deputado Pedro Afonso, cumprimentou novamente todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“Senhor Presidente, da análise do relatório de gestão e prestação de contas do exercício de 2024, em particular do capítulo de análise orçamental e do parecer do revisor Oficial de Contas, pode constatar-se o seguinte, as receitas correntes não só financiaram as despesas correntes, como se verifica um excedente de dois vírgula sete milhões de euros, o que é bastante positivo, dando-se ainda boa nota contabilisticamente falando aos três vírgula oito milhões de euros de saldo de gerência de 2024, que transitaram para a gerência de 2025.

Contudo, a gestão de uma autarquia não se pode cingir ao obrigatório cumprimento legal de indicadores económicos, a boa gestão económica deve ser acompanhada de uma condizente gestão de necessidades e expectativas da população, bem como de investimento público. Nos números salta à vista alguma dificuldade de concretização de projetos considerados chave pelo executivo, notório no facto de os empréstimos aprovados não terem sido ainda mobilizados na sua totalidade.

Outro ponto importante é o caso dos serviços onde para estudos, pareceres, projetos e consultadoria foram despendidos em 2024, cerca de oitocentos e cinquenta mil euros, valor que, excluindo o ano de 2021, perfaz já um montante global de cerca de um milhão quinhentos e setenta e cinco mil euros neste mandato. O que se trata de um valor significativo. Com seriedade política e rigor de análise, todos sabemos que os estudos e os projetos de hoje são necessários e fundamentais para perspetivar e construir o futuro, razão pela qual não se coloca em causa a realização dos investimentos nos referidos projetos. Prova evidente do que dizemos são as palavras do próprio executivo, no preâmbulo do relatório e passo a citar, trabalhamos em projetos e candidaturas em distintas áreas, ambiente, educação e desporto, cultura e património, turismo, usufruto de espaços públicos e serviços públicos, fim de citação. Trabalharam no desenvolvimento

destes projetos e muito bem, nada a opor, serão importantes para o futuro, seguramente, mas o que também importa aferir ao trazer a votação este relatório de gestão, é a efetiva concretização dos vários projetos propostos, portanto, em programa eleitoral como ao longo do mandato, sejam eles obra pública ou procedimentos administrativos, e nesse capítulo, muito se encontra ainda por realizar. Para o comprovar, cito novamente as palavras do executivo no referido preâmbulo do relatório, referimo-nos especialmente à Via Circular Urbana, apesar de o complexo processo ter tido seguimento em 2024, alguns constrangimentos atrasaram os prazos previstos, razão pela qual a sua conclusão necessitará de transitar de mandato, fim de citação. E umas linhas mais abaixo, cito novamente, a revisão do PDM também ficou mais perto da sua conclusão, fim de citação.

Pelo anteriormente exposto e tal como no ano anterior, o CDS mantém o seu entendimento, e irá abster-se por entender que, apesar dos indicadores económicos serem favoráveis, a materialização dos objetivos propostos poderia ter sido bem mais conseguido. Muito obrigado.”

Depois, o Presidente da Assembleia, António Queirós Pereira, concedeu a palavra à deputada do GP do PSD, Fátima Alves.

Interveio a deputada Fátima Alves, cumprimentou novamente todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“Todos nós sem exceção, somos parte fundamental de uma comunidade de povoenses que deseja uma Póvoa de Lanhoso cada vez melhor, cada um de nós tem um papel fundamental nessa importante construção. O futuro não acontece por acaso, ele é o resultado do esforço diário de cada um de nós, para garantir uma qualidade de vida cada vez maior, é essencial que unamos forças pensando no presente, mas sempre com os olhos postos no futuro que podemos construir. Está a decorrer o quadro comunitário 2030 e PRR, como a senhora Vice-Presidente há pouco citou, é fundamental que utilizemos os fundos comunitários de forma consciente, eficaz, e responsável, pois eles representam uma oportunidade concreta para transformar o nosso concelho. No entanto, não podemos apenas definir as candidaturas onde queremos chegar, é imprescindível que implementemos mecanismos de monitorização rigorosos que nos permitam acompanhar o progresso e garantir que estamos a atingir os objetivos e o retorno esperados. Por exemplo, desde o início de mandato, e aqui a senhora Vice-Presidente também há pouco falou, temos abordado a questão da marca da Póvoa de Lanhoso, mas, afinal, em que é que numericamente se traduziu este esforço? Que resultados concretos conseguimos alavancar? E, como dizia a senhora Vice-Presidente, também, de fazer uma avaliação séria do mandato. Desde 2021, temos acompanhado o trabalho deste executivo e é fundamental refletirmos sobre os avanços, os desafios e as áreas onde é preciso melhorar, no entanto, não podemos deixar de apontar uma

questão que consideramos inaceitável. A gestão dos prazos para a disponibilização da documentação.

Este não é um assunto que possa estar ao arbítrio de quem ocupa o cargo, mas sim uma obrigação que deve ser cumprida com responsabilidade e transparência. Senhor Presidente, o que está em causa não é apenas reunir vereadores à mesma mesa ou ratificar os atos, quando assim é necessário, mas garantir que todos os representantes eleitos, os povoenses que confiam em si, tenham acesso à documentação necessária para discutir, para fiscalizar e para contribuir em prol de uma Póvoa de Lanhoso melhor. Por isso, pedimos que colabore com os povoenses, cumprindo as determinações da CADA - Comissão de Acesso aos Documentos Administrativos, que já reporta a sua solicitação a janeiro e disponibilize a documentação de forma célere e transparente como é sua obrigação. E caso haja dificuldades, ou razões legítimas para não o fazer, seja transparente com os povoenses e com todos aqui presentes, assuma perante a comunidade as razões pelas quais não o consegue fazer ou não o quer cumprir, ou não quer cumprir com essa mesma responsabilidade.

Este mandato ficou marcado pela delegação de competências nas áreas da ação social, saúde e educação. Confiamos que, apesar dos desafios inerentes a essas áreas, o trabalho foi realizado com empenho. No entanto, até ao momento, não temos acesso às informações que nos permitam compreender o saldo financeiro dessas delegações de competências ao longo dos vários anos. Lembro que nesta Assembleia foi acordado, seriam elaborados mapas financeiros mensais, mas até agora, esses documentos, mesmo que tenham sido produzidos, não foram apresentados, assim, através da mesa, solicitamos que seja enviado o mais breve possível, o mapa de balanço financeiro de cada uma das delegações de competências, para que possamos ter uma visão clara e transparente da situação financeira de cada uma dessas delegações.

Gostaria de destacar uma nota positiva, atualmente, o IMI encontra-se no mínimo, o que é um avanço importante, quanto à participação no IRS, essa foi uma medida implementada no presente mandato, no entanto, ela ficou aquém das metas que o Partido Socialista havia indicado durante a campanha eleitoral. Além disso, foi criada uma medida de apoio ao empréstimo, semelhante àquela que há vários anos existe para o apoio de pagamento à renda, no entanto, talvez seja necessário reconsiderar o ajuste desta medida, pois o número de candidaturas tem sido bastante baixo, cerca de dez, o que indica que pode não estar a atingir o seu público-alvo de uma forma eficaz, merece atenção.

A Póvoa de Lanhoso em 2024, ficou marcada por episódios bastante preocupantes relacionados com a Braval, como os cheiros nauseabundos que ainda continuam a presença de gaivotas, além do transbordo e descargas em ribeiras, esses problemas têm causado um impacto muito negativo na nossa imagem, afetando não só os moradores, mas também quem nos visita, prejudicando a reputação do nosso concelho. Infelizmente, o alargamento da Braval que poderia contribuir para melhorar a situação,

ainda não teve início e, até ao momento, nada se sabe sobre o estudo de impacto ambiental que, felizmente, será realizado, apesar de tardiamente. Essa falta de ações concretas e de informações reforça a sensação que há uma pouca ação por parte do executivo em relação a esta questão tão importante. É fundamental que haja uma fiscalização rigorosa, um acompanhamento constante e a exigência de medidas efetivas para resolver esses problemas. Além disso, o tema Braval deveria estar devidamente refletido no relatório, dada a sua relevância para o nosso concelho. Afinal, todos os partidos políticos abordaram esse assunto de forma unânime, e é importante que o executivo demonstre compromisso e transparência na procura destas soluções. Vamos continuar atentos, e exigir ações concretas para proteger a nossa qualidade de vida, a imagem do nosso concelho e o bem-estar de todos os que aqui vivem e que por aqui passam.

Gostaríamos de expressar a nossa preocupação em relação ao agravamento da dívida. Já aqui foi falado que está refletido nos documentos de 2024, no entanto, é importante destacar, e também como aqui já foi falado, que os valores de empréstimo de 2023 e 2024 ainda não estão totalmente executados, portanto, a realidade é um pouco diferente daquela que resulta dos números apresentados, se as obras tivessem sido realizadas no tempo previsto, no final de 2024, a dívida total chegaria a dez milhões oitocentos e sessenta e cinco mil, o que representaria um aumento de aproximadamente 40% em apenas três anos. Ficamos a saber, que o senhor Presidente, há pouco também referiu, que trezentos e noventa mil euros não seriam executados, mas também essa informação não está refletida, nem mesmo na análise do ponto um do município. Além disso, é importante lembrar que, em 2025, já foram contratados mais dois empréstimos no valor de novecentos mil euros. A nossa bancada não é contra o endividamento, desde que seja bem planeado e que contribua efetivamente para o desenvolvimento. Todos sabemos que a manutenção do parque público é uma necessidade constante e que exige recursos financeiros anuais, é fundamental é que esses recursos sejam previstos com antecedência para garantir a preservação do nosso património. Ainda há pouco falávamos disso, no âmbito do pavilhão 25 de Abril, porém, essa manutenção não pode limitar ou atrasar a realização de obras estruturantes que o nosso concelho precisa.

Gostaríamos de salientar também a nossa profunda preocupação com a situação do PDM, muitas vezes, ou aliás, todas as assembleias aqui por nós trazida, a vida das pessoas no nosso concelho está estagnada, aguardando há anos pela revisão do Plano Diretor Municipal e não pode continuar desta forma. É uma questão de respeito pelos cidadãos e pelo desenvolvimento do nosso território. Senhor Presidente, não podemos deixar de apontar mais uma vez a falta de documentação e informações sobre o PDM. Sabe qual foi a última vez que foram remetidos elementos aos representantes deste órgão, apesar de reiteradamente solicitados? Eu digo-lhe, 20 de maio de 2022, há três anos, foi a última vez que os representantes deste órgão receberam informação

atualizada do PDM. Isso não é admissível, não é aceitável e demonstra falta de respeito pelos representantes que foram eleitos.

O PDM está parado, aguardando por notícias de uma via circular que foi criada de impulso com o objetivo de ser a bandeira eleitoral do partido Socialista nas últimas eleições autárquicas. No entanto, as incoerências no traçado e os atropelos na fase de projeto já consumiram mais de meio milhão de euros, sem que ninguém saiba exatamente em que moldes essa obra vai ser concretizada. Isto não é fazer bem, senhor Presidente, além disso, nunca foi feita uma análise ou pelo menos partilhada connosco sobre se os recursos financeiros que precisam ser alocados terão o retorno esperado em termos de monitorização e competitividade do nosso concelho, sem que tal ponha em causa ou nos faça perder a nossa identidade. Não podemos permitir que o desenvolvimento do nosso concelho continue paralisado por falta de participação democrática.

Desde 2023, temos vagas no mapa de pessoal para inserir todos aqueles que se mostrem efetivamente necessários para o desenvolvimento das tarefas e competências que a nossa autarquia tem em mãos. É inadmissível que, mesmo com essa disponibilidade, o executivo continue a manter uma política de mão estendida que perpetua a precariedade, e impede a estabilidade de tantas famílias, é inconcebível, e diria mesmo, imoral que existam mais de setenta vagas desde 2023 e que o atual executivo opte por não iniciar os procedimentos de contratação pública, deixando esses vínculos precários sem solução. A precariedade laboral é opção deste executivo, é bom que todos tenhamos noção disto, não é só falar no dia do colaborador, na conciliação, do dia de aniversário e na disponibilização de horas para visitar familiares, é falar em todos aqueles que não têm essa oportunidade.

Vemos que o orçamento em termos de receita foi corrigido de vinte sete milhões, setecentos e cinquenta mil para trinta e um milhões, oitocentos e oitenta e seis mil seiscentos e quinze euros, representando um aumento de mais de quatro milhões e cem mil euros. Esse acréscimo deve-se principalmente ao aumento das transferências do Estado que se cifram em um milhão e trezentos mil euros, além da incorporação do saldo de gerência. No entanto, lamentavelmente, esses mais de quatro milhões de euros não se traduziram em concretizações efetivas em 2024. Esta situação evidencia uma gestão que não consegue transformar recursos adicionais em ações concretas em melhorias palpáveis para a nossa comunidade. Vemos claramente que o peso dos recursos humanos e da aquisição de serviços em relação às despesas cobradas está a crescer de forma preocupante e insustentável. Se em 2021, essa proporção era ligeiramente acima de 50%, atualmente e após apenas três anos, já atingimos 64%, isto é um aumento expressivo que não pode ser ignorado. Gostaria que a bancada do Partido Socialista tivesse a coragem e a seriedade de uma vez por todas vir aqui reiterar as palavras de outrora quando votava contra orçamentos, cujo peso ultrapassava 50%. Se naquela época 50% era considerada uma gestão danosa, então fico na dúvida como é que o

Partido Socialista vai justificar esses 64%, que posicionamentos vai tomar diante desta realidade? Não podemos aceitar que o crescimento desse percentual seja tratado com indiferença ou conveniência. E por agora é tudo, obrigada.”

Depois, o Presidente da Assembleia, António Queirós Pereira, concedeu a palavra ao deputado do GP do PS, Filipe Silva.

Interveio o deputado Filipe Silva, cumprimentou novamente todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“E eu começo a minha intervenção neste ponto por parabenizar o trabalho deste executivo e fazê-lo sustentado com a intervenção da minha antecessora, Eng.ª Fátima Alves, porque quando na análise de um relatório de gestão e prestação de contas, o que o maior partido da oposição tem para apontar é a queixinha do costume, ou seja, não recebemos os documentos a tempo, sugerir um ajuste de uma medida que, enquanto poder sempre se mostraram contra como a redução do IRS, sugerir um maior acompanhamento à questão da Braval, quanto às contas, uma preocupação com o aumento do endividamento, mas entendendo a sua necessidade e pouco mais que isto, depois termina primeiro falando da necessidade de transformar os prestadores de serviços em funcionários do quadro do município e no minuto seguinte, diz que o peso do custo com o pessoal é muito elevado e, portanto, senhor Presidente, senhores vereadores, acho que estão de parabéns pelo trabalho que têm desenvolvido.

E passando agora à análise do relatório, relativamente ao relatório em causa, dizer que o documento que reflete aqui a responsabilidade, o rigor e o compromisso da gestão municipal, começando pela execução orçamental, importa sublinhar que a receita teve uma taxa de execução de 95.9% e que, apesar de ligeiramente inferior ao período homólogo já justificado pela senhora Vice-Presidente, supera largamente o mínimo de 85% exigido pela lei das finanças locais, o que demonstra rigor e competência na previsão e na cobrança de receita. Comparando com 2023 verifica-se um aumento de receita de 13.5%, mais três vírgula seis milhões de euros, com destaque para a receita corrente, cuja execução atingiu 99.7%, impulsionada principalmente pelas transferências correntes e subsídios provenientes do Orçamento de Estado e fundos comunitários.

Também ao nível do saldo de gerência o relatório apresenta um saldo positivo de 3.8 milhões de euros, refletido na boa gestão dos recursos públicos, o executivo conseguiu liquidar praticamente a totalidade das faturas de fornecedores, o que demonstra preocupação com a sustentabilidade e o respeito pelos compromissos.

Relativamente à despesa, a execução foi de 83.9%, com destaque para a despesa corrente que alcançou os 90% de execução. Importa também referir que os investimentos aumentaram com uma execução de cerca de 13.6 milhões de euros em grandes opções do plano. Se analisarmos a dívida, verificámos que, embora tenha havido um aumento de dois milhões de euros face a 2023, cumpre-se integralmente os

limites de endividamento, utilizando apenas 55% do limite disponível. Isso significa que a capacidade de endividamento do município se mantém sólida e disponível para novos projetos estruturantes. Destacar ainda que não existem pagamentos em atraso a fornecedores superiores a noventa dias, o que reforça a imagem de um município cumpridor financeiramente equilibrado.

Os indicadores financeiros também já referidos pela senhora Vice-Presidente também reforçam esta realidade. A liquidez geral subiu para 2.6, a liquidez imediata para 1.2 e mantém-se uma autonomia financeira de 87%. Estes números são a prova de que a nossa autarquia está robusta e está preparada para enfrentar os desafios futuros.

Quanto ao resultado líquido do exercício, registou-se um saldo negativo de um ponto três milhões de euros, reflexo de dois fatores principais também referidos pela senhora Vice-Presidente. O forte investimento realizado, que só terá o seu retorno a médio prazo e aumento de custos com o pessoal e fornecimentos justificados pelos novos projetos e atualizações salariais.

Em resumo, 2024 foi um ano de crescimento da receita, de forte execução orçamental, de investimentos reforçados, de cumprimento rigoroso das obrigações financeiras e de preparação para novos desafios.

Neste sentido, a bancada do Partido Socialista votará favoravelmente esta prestação de contas. Trata-se de reconhecer uma gestão financeira responsável, transparente e focada no desenvolvimento do município. Muito obrigado.”

Seguidamente, o Presidente da Assembleia, António Queirós Pereira, concedeu a palavra à Câmara Municipal, para resposta.

Interveio o Presidente da Câmara, Frederico Castro, cumprimentou novamente todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“A intervenção do deputado Filipe Silva, poupa-me alguns esclarecimentos mais técnicos, ainda assim, eu queria desfazer alguns equívocos e falar mais para casa até do que para quem está cá, porque quem está aqui presente já ouvi muitas vezes determinada narrativa, já ouviu muitas vezes determinadas explicações, e nós vamos de Assembleia Municipal em Assembleia Municipal ouvindo novamente os mesmos argumentos e é importante que quem esteja em casa e que nos ouça, eventualmente pela primeira vez, perceba parcial falácia daquilo que é aqui exposto na intervenção que a senhora deputada simpaticamente nos trouxe.

Quando fala do aumento percentual da despesa, é importante que quem está lá em casa saiba que a senhora deputada sabe que, neste mandato, este executivo municipal, e nunca aconteceu na história autarca do nosso concelho, este executivo municipal teve de assumir competências no âmbito da delegação de competências, o que significa que houve um aumento significativo da receita e da despesa, nomeadamente, e eu posso dar aqui um exemplo, mais de cem assistentes operacionais, que nós recebemos no âmbito

de delegação de competências na área da educação, que representa um aumento de despesa muito significativo na área dos recursos humanos. A senhora deputada, apresenta aqui uma parte da informação, não apresenta a outra parte da informação, e desculpe, eu não acredito que se tenha esquecido, porque, de facto, nós já falámos disso aqui tantas vezes que os deputados da assembleia municipal sabem isto de cor e salteado, de certeza, quem está em casa pode não saber, mas quem está aqui sabe isto tudo de cor e salteado. A senhora deputada fez aí uma filtragem dessa informação.

Em relação ao mapa de pessoal, também selecionou aquilo que queria vir aqui dizer, sabendo que já foi explicado nesta Assembleia Municipal, e eu vou explicar novamente a quem nos acompanha lá a partir de casa, que este executivo municipal decidiu estrategicamente neste mandato, reforçar determinados serviços e promover novos serviços para poder testar durante este período a eficácia desses reforços e dos nossos serviços que são disponibilizados à população para poder num futuro mandato. Já aqui o disse na Assembleia Municipal, os senhores deputados farão a justiça de reconhecer que já ouviram o Presidente da Câmara Municipal dizer isto, para num próximo mandato, poder abrir, lançar concursos públicos que possam substituir pela seleção que venha a ser feita desses concursos, substituir via concurso público, o serviço que é prestado neste momento pelos prestadores de serviços que colaboram com o município. Isso já aqui foi dito, a senhora deputada, não referiu, achou que não devia referir.

Em relação ao PDM, o PDM achei especialmente caricato, foi quase um momento de Standup Comedy. Porquê? Assumimos o processo do PDM na estaca zero e a senhora deputada diz, e eu vou parafraseá-la, é preciso respeito pelo cidadão. É preciso respeito pelo cidadão, é esse o trabalho que temos estado a fazer, que não foi feito no mandato anterior, no mandato anterior em relação ao PDM, foi feito de zero. E nós temos vindo a trabalhar ao longo destes três anos e meio para criar as condições, aliás, permitam-me aqui um à parte, o senhor vereador hoje fez aqui uma exposição da atividade do município, em que explicou em que ponto se encontra o processo do PDM e, por isso, eu percebo que tenha trazido de casa, que tenha preparado essa intervenção em casa, mas era interessante que conseguisse adaptar aquilo que tem para dizer em função daquilo que já vai sendo discutido ao longo da noite nas nossas assembleias municipais, porque se não dá a sensação que chegou à Assembleia Municipal há cinco minutos, e não chegou à Assembleia Municipal há cinco minutos, estamos aqui há mais de três horas e a senhora deputada devia atualizar a sua informação, e trazer dados mais interessantes. Já agora uma nota, eu reparei que já aderiu ao slogan de fazer bem. Eu confesso que não sei qual é o vosso, mas já percebi que fixou o nosso e olhe que isso há de ser bom sinal daqui até às eleições, tem tempo de mudar de ideias e de apoiar a nossa candidatura.

Em relação ao IMI, de facto, os números o a taxa está no mínimo, nós atualizamos este ano a tabela das famílias numerosas nos termos da lei, foi uma atualização que foi feita por opção do executivo, porque quero recordar já agora que, no âmbito da audição dos

partidos da oposição, ao abrigo do direito do estatuto da oposição, o PSD sugeriu e isso está documentado, manter nos termos em que ela existia no ano anterior e manter a tabela das famílias numerosas nos termos em que existia no ano anterior, quando, de facto, entretanto, houve uma atualização da lei, a tabela evoluiu e nós fomos além daquilo que vossas excelências tinham proposto e atualizamos e aprovámos na Assembleia Municipal uma proposta ainda mais ambiciosa.

Em relação ao IRS, foi mais um momento caricato, porque o PSD que esteve dezasseis anos no poder, não reduziu uma décima de IRS, foi sempre 5% de 2005 até 2021. O partido Socialista está no poder há três anos e meio, tem vindo a fazer uma redução progressiva do IRS e queremos continuar a fazê-lo e queremos continuar a fazê-lo e vamos continuar a fazê-la no próximo mandato, se tudo correr como eu desejo, mas é mérito do partido socialista que hoje o IRS não esteja situado nos 5% e esteja a um nível bem mais abaixo disso, nos 2.5% se não estou enganado, corrijam-me se estiver enganado, mas tenho presidente de cabeça que está nos 2.5%, portanto, mérito do percurso que temos vindo a fazer ao longo destes anos. O PSD que em dezasseis anos não fez nada, acha que agora era preciso fazer mais, isto é mesmo nada como mudar de sapatos para nós percebermos melhor aquilo que os outros pensam e acham e dizem que foi mesmo muito interessante esse momento.

Eu deixei especialmente para o final o tema da informação, porque a senhora deputada, isto é importante para as pessoas que acompanham a partir de casa, eu pedia à régie que foca-se que acompanham a partir de casa é importante que percebam isto. Nós temos vindo ao longo deste mandato a prestar a informação que nos é solicitada e à data de hoje foram requeridos, foram enviados 53 requerimentos à Câmara municipal por parte da bancada do PSD, respondemos a 96%, a 51 questões, e-mails, pedidos de informação, que foram enviados, mas a senhora deputada diz que nós e cito, o senhor Presidente não quer cumprir com o fornecimento de informação. Há dois pedidos de informação que, por alguma razão, ainda não tenham sido processados e aqui é importante que nós nos debrucemos sobre a lei, porque, senhora deputada, eu quero dizer-lhe que um dos culpados do seu zelo em relação ao pedido de informação sou eu próprio, eu vou-lhe explicar porquê, porque a lei diz, repare bem, a lei diz que ao abrigo e na resposta que nós recebemos da CADA, ao abrigo do disposto no número cinco do artigo, décimo terceiro da LADA, a entidade requerida que é o município, não se encontra legalmente obrigada a proceder à criação, compilação ou tratamento de informação que não exista previamente na forma estruturada ou que implique reorganização analítica de dados diversos. O que é que isto quer dizer? Isto quer dizer que o defeito não está naquilo que o município é ou não capaz de fornecer em termos de elementos, e já percebemos que estamos com uma taxa de 96%. O defeito está na forma como decide formular as suas solicitações, porque, como diz a lei e eu vou repetir, eu vou repetir. A entidade requerida não se encontra legalmente obrigada a proceder à criação, compilação ao tratamento da informação que não exista previamente na forma

estruturada, ou seja, devia-nos ser solicitada informação que nós tínhamos pronta para disponibilizar. Ora, se nos solicitam informação que requer, e volto a citar, que requer prévia estruturação ou que implique reorganização analítica de dados diversos, efetivamente, quem recebe o pedido de informação legalmente, não é obrigado a fazê-lo, sabem qual é o defeito é que nós temo-lo feito. O defeito é que nós temo-lo feito, temo-nos esforçado no sentido de enviar a informação que é solicitada pelos senhores deputados da Assembleia Municipal e como habituámos mal as bancadas parlamentares, porque temos feito esse esforço de forma insistente, vossas excelências entendem ou a senhora deputada entende, que tem direito a receber toda a informação que muito bem entender, nos termos que entender no prazo que entender e na forma que entender, pois não é assim. Ainda assim, nós vamos continuar a fornecer toda a informação que estiver ao nosso alcance, indo além daquilo que está previsto na lei e mostrando também, senhora deputada, e fez aqui uma referência, faz isso muitas vezes, fez aqui uma referência ao respeito pelos vereadores, e ao facto de estarem sentados à mesma mesa. Senhora deputada, eu vou terminar só dizendo isto e quem nos acompanha lá em casa também é importante que ouça isto se for a primeira vez que está a assistir a uma Assembleia Municipal, eu sou do tempo em que esta Assembleia Municipal tinha metade desta mesa deste lado com os quatro membros do executivo e a outra metade da mesa daquele lado, com os três vereadores da oposição, sem sistema de som sequer para poderem usar da palavra. Eu sou desse tempo e neste mandato, a primeira indicação que eu dei aos serviços da Assembleia Municipal era que preparassem uma mesa para que os sete membros da Câmara municipal estivessem todos sentados com a mesma dignidade e com o mesmo respeito, a senhora deputada não valoriza isso, porque a senhora deputada nunca passou por isso, mas nós que passámos por esse tempo e nós que fomos tratados com essa falta de respeito, valorizamos o respeito que é hoje prestado aos vereadores da oposição e não tem só a ver com o facto de estarem todos sentados à mesma mesa, tem a ver com o tratamento que lhe damos, já disse isso muitas vezes e se alguém nos acompanha em casa hoje pela primeira vez e ouve isto pela primeira vez, é importante que saibam que nós temos uma cooperação nas reuniões de câmara que eu acho que é exemplar e temos uma forma de lidar uns com os outros que é de respeito total e absoluto, não é só o respeito institucional, que é uma coisa que eu também já reparei que a senhora deputada não sabe o que é, é respeito pessoal, é respeito institucional e pessoal.

Portanto, neste mandato, este executivo e este Presidente de Câmara passou a tratar com dignidade todos os eleitos na Câmara Municipal e eu sei bem naquilo que falo, porque eu senti na pele ao longo dos anos, aquilo que é ser tratado com falta de respeito, com falta de consideração e com falta de dignidade. E ainda hoje vossas excelências na oposição, mesmo não tendo os meios de quem é parte do executivo para poder continuar a dar o tratamento que davam aos vereadores, continuam a tratar com falta de respeito os vossos adversários políticos. E isso diz muito de vocês, da vossa

família política e da forma como vocês olham para a política, a nossa forma de olhar para a política, é respeitar toda a gente, a nossa forma de olhar para a atividade política é respeitar todos os eleitos e preparem-se, porque, pela parte que me toca vão levar com isso mais quatro anos. Muito obrigado.”

Seguidamente, o Presidente da Assembleia, António Queirós Pereira, passou ao período de esclarecimentos e concedeu a palavra ao deputado do CDS-PP, Pedro Afonso.

Interveio o deputado Pedro Afonso, cumprimentou novamente todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“No seguimento das citações anteriores e do executivo no preâmbulo do relatório que aqui elenquei há instantes, dirijo-me novamente a esta assembleia para lhe prestar um esclarecimento, senhor Presidente, respondendo ao seu pedido para me retratar depois da minha intervenção no PAOD da passada Assembleia Municipal de 28 de fevereiro, realizada em Monsul, e para contextualização cito agora o final da minha intervenção, à data, política é escolha de caminhos, mas também é saber ouvir e reconhecer e aprender com os erros e é sobretudo trabalhar para obter resultados em tempo útil e nesse tempo útil, que são os quatro anos de duração de um mandato autárquico, nem via circular nem PDM, foi isto que eu disse. Palavras que por serem absoluta verdade, justificaram à data a inexistência de quaisquer contextualizações adicionais da minha parte, para o provar, bastou simplesmente a passagem destes cinquenta e nove dias até ao dia de hoje e neste espaço, as palavras do próprio executivo no preâmbulo do relatório. Eu disse-o em fevereiro, vossas excelências confirmaram-no no relatório em abril.

Como sabe, e seguramente concordará, nunca o desrespeitei tanto a nível pessoal como politicamente ou em algum momento, trouxe a esta assembleia conjeturas que não fossem mais do que dúvidas razoáveis, problemas reais dos povoenses, ou facto associados ao normal exercício de funções autárquicas deste executivo. Com orgulho, posso afirmar que pautei todas as minhas intervenções nesta casa da democracia, com respeito por todos os membros desta assembleia e com total honestidade moral e intelectual que as funções e os povoenses exigem, tal como o elogiei quando procedeu bem também não me inibi de o criticar quando o entendimento foi oposto, e até lhe sugeri inúmeras propostas de melhoria quando o assunto assim o merecia. Assim, deixo-lhe como sugestão para da próxima vez que se sinta impelido a convocar a minha vinda a este púlpito para me retratar, direito e liberdade que lhe assiste a si e a qualquer um de nós em democracia, recomendo que o faça após análise rigorosa das minhas palavras e do conveniente exercício de consciência e se depois ainda for justificável, aí sim, desafie-me com a mesma veemência do passado dia 28 de fevereiro, faz parte do debate político, mas é conveniente ser invocado com fundamento. E na minha intervenção de fevereiro referi-me à não concretização e não a nada tinha sido feito nas matérias de PDM e via circular, eu não disse isso.”

Depois, o Presidente da Assembleia, António Queirós Pereira, concedeu a palavra à deputada do GP do PSD, Fátima Alves.

Interveio a deputada Fátima Alves, cumprimentou novamente todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“Senhor Presidente, desafio-o a vir aqui, uma vez que não tem limitação de tempo e eu tenho, venha falar de respeito institucional e diga aqui com clareza, olhos nos olhos, em que é que eu lhe faltei ao respeito institucional, de modo a que eu possa defender a minha honra, se assim o entender.

Relativamente à delegação de competências, não venha dizer que as pessoas estão desatentas, porque ninguém está, eu falei na delegação de competências e falei inclusivamente, que não sabemos dos mapas financeiros que nos permitem perceber se as delegações de competência estão efetivamente a derrapar ou não, sabemos que a receita aumentou nessa matéria, mas também sabemos que a despesa aumentou. O que queremos saber é o diferencial, esse diferencial Já foi questionado o ano passado, hoje voltou a ser questionado e nunca veio aqui e disse a delegação de competências tem um saldo positivo ou a delegação de competências tem um saldo negativo de X que prejudica os resultados financeiros do município. É isso que é preciso dizer aqui com clareza.

Fala no mapa de pessoal, senhor Presidente, teremos quê, cento e cinquenta avençados neste momento? Eu falei em setenta vagas, será que desses cento e cinquenta todos eles ainda estão em fase de teste ou em período experimental? Agora, eu peço à régie como falou, senhor Presidente, que foque para eu falar lá para casa e os cento e cinquenta avençados que estão nesta circunstância que ponderem se estão ou não em fase de teste.

Relativamente ao PDM, senhor Presidente, o senhor Presidente sabe muito bem, há documentação que atesta isso, que não encontrou o PDM na estaca zero, zero é não ter feito nada a não ser lançar um edital de início de procedimento, é assim que o senhor Presidente diz que apanhou o PDM na estaca zero, quando há documentos da câmara que atestam que a primeira planta de áreas de construção estava definida. Portanto, senhor Presidente, puxe a cassete atrás e reveja.

No que diz respeito ao IRS, fez ou não fez a promessa que seria 4%, em quanto é que está? Dois e meio, é só isso que eu falei, eu não lhe disse e dei louvor ao facto de ter sido introduzido neste mandato, não faltei à verdade.

Em relação a documentação e aqui foco-me outra vez para a regie, dizer-lhe que o relatório de expropriações da área empresarial e da Via Circular deve está compilado, senhor Presidente, ou recebeu-o ainda disperso em documentação avulsa? O relatório de avaliação do terreno do cento interpretativo também é documentação avulsa? Não,

senhor Presidente, pode dizer o que quiser, só não leu foi o último parágrafo da CADA que diz claramente o dever de informação da Câmara Municipal não foi cumprido, esta é a verdade. Obrigada.”

Seguidamente, o Presidente da Assembleia, António Queirós Pereira, concedeu a palavra ao Presidente da Câmara, para resposta.

Interveio o Presidente da Câmara, Frederico Castro, cumprimentou novamente todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“Primeiro esclarecer o senhor deputado Pedro Afonso que eu, quando o desafiei a retratar-se, a retratar-se politicamente, o senhor frisou se alguma vez me tinha faltado ao respeito do ponto de vista pessoal ou político, isso nunca aconteceu, e desafiei-o a retratar-se politicamente, porque, de facto, a minha interpretação daquilo que o senhor deputado disse na Assembleia Municipal era que, de facto, nada tinha sido feito em relação à via circular, portanto, se eu interpreto que o disse nesses termos, eu tenho o dever de reagir no sentido de fazer a reposição da verdade. Se não foi essa a intenção do senhor deputado Pedro Afonso, provavelmente tivemos uma falha de comunicação entre aquilo que o senhor deputado disse e aquilo que eu terei entendido, que não haja dúvidas em relação a isso.

Em relação àquilo que a senhora deputada questionou, sobre o sentido institucional ou se tem ou não se tem sabe, portanto, eu não lhe vou explicar, não lhe vou dar lições daquilo que é sentido institucional, a senhora deputada aquilo que não sabe trate de aprender, porque eu também tive que aprender ao longo dos anos. E, portanto, não repare, está bem posicionada para falar em arrogância, sabe? Está muito bem posicionada para falar em arrogância, porque eu não lhe deteto uma intervenção em que não haja laivos de arrogância em sobra, portanto, senhora deputada, esteja à vontade para falar de arrogância.

Em relação aos esclarecimentos, à informação, à delegação de competências, e eu repito, nós temos prestado toda a informação que vossas excelências têm solicitado sempre que ela está disponível, sempre que está facilitada, digamos assim, para que possa ser enviada. Aquilo que está previsto na lei é aquilo que eu hoje já li a partir daquele púlpito, que vou poupá-los a todos à repetição e que é fácil de interpretar. Ainda assim, nós vamos continuar a prestar toda a informação que estiver ao nosso alcance e que for possível prestar. Vocês podem continuar a pedir a informação que muito bem entenderem, que não são os vossos pedidos de informação que incomodam o executivo, quando muito é o processamento da informação ser ou não exequível, é disso que estamos a falar, porque senão não tínhamos 96% de taxa de resposta, tínhamos zero, e não é disso que se trata, portanto, alguém que esteja minimamente de boa fé a analisar este histórico, a analisar toda a informação que já foi enviada, a analisar aquilo que eu já li, expliquei, só insiste nesta matéria se não tiver mais nenhum tema que possa ser

interessante discutir politicamente, e olhe que lhe digo com muita franqueza, a poucos meses das eleições, temos temas bem mais interessantes para discutir, e eu estou disponível para os discutir todos, aliás, deixe-me dizer uma coisa só como remate final. Eu sou candidato à Câmara Municipal pela quarta vez, quis sempre fazer debates, nunca os meus adversários quiseram fazer debates comigo, eu vou fazer consigo todos os debates que quiser, sabe porquê? Porque estou muito à vontade para debater todos os temas que têm a ver com a atividade do município e, portanto, desafio-a já a ir pensando em datas para debatermos que há de ser, de certeza, debates muito interessantes que onde revelar a sua impreparação e o bom caminho que estamos a seguir.”

Seguidamente, o Presidente da Assembleia, António Queirós Pereira, deu o ponto por terminado, colocando-o à votação do plenário.

Deliberação: A Assembleia Municipal deliberou aprovar por maioria, com 20 votos a favor e 23 abstenções, num total de 43 membros presentes de 45 membros em efetividade de funções, a proposta da Câmara Municipal para apreciação e votação do relatório de gestão e prestação de contas do Exercício de 2024, nos termos da Lei n.º 75/2013, 12 de setembro.

Entidade: Município da Póvoa de Lanhoso

Período de relato: 01-01-2024 a 31-12-2024

Ata de apreciação das contas		
1	Órgão competente	Assembleia Municipal da Póvoa de Lanhoso
2	Data da reunião	29 de abril de 2025
3	Total de votos	45
4	Total de votos presentes	43
5	Votos a favor	20
6	Votos contra	0
7	Declarações voto (total)	1
8	Declarações voto (contra)	0

Depois, o Presidente da Assembleia, António Queirós Pereira, informou que foi apresentada uma declaração de voto por parte da bancada parlamentar do PSD, e concedeu a palavra à deputada do GP do PSD, Fátima Alves para leitura da declaração de voto.

Interveio a deputada Fátima Alves, cumprimentou novamente todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“Vou então aqui reiterar os motivos que atestam a declaração de voto. A situação financeira da Câmara Municipal está a piorar, o peso das despesas destinadas a recursos humanos e aquisição de serviços em relação às despesas cobradas atingiu já 64%. Um

aumento significativo que evidencia uma gestão que precisa de atenção urgente. Além disso, o saldo primário reduziu-se, indicando uma menor capacidade de equilibrar receitas e despesas sem recorrer a endividamento.

Gostaríamos de salientar que o peso das despesas correntes continua a crescer e se essa tendência persistir, as consequências negativas para o desenvolvimento do concelho serão cada vez maiores, especialmente pela falta de liquidez para realizar investimentos essenciais ao progresso da nossa comunidade.

Quanto à EPAVE, o relatório confirma o grave enfraquecimento da situação financeira em 2024, a taxa de execução das atividades atingiu apenas 75%, demonstrando uma gestão insuficiente e uma capacidade operacional cada vez mais comprometida. Em apenas um ano, os indicadores financeiros da EPAVE, deterioraram-se de uma forma alarmante. A autonomia financeira caiu para menos de metade, evidenciando dependência crescente de recursos externos. A solvabilidade passou de quase 90% para apenas 30%, colocando em risco a capacidade de honrar compromissos financeiros. O endividamento aumentou 25%, agravando ainda mais a vulnerabilidade financeira. O resultado líquido do exercício sofreu uma queda superior a 40%. É urgente implementar práticas de gestão mais eficientes, ao invés de continuamente aumentar a despesa corrente. Só assim poderemos garantir um futuro mais sustentável e promissor nas nossas instituições. Obrigada.”

Depois, o Presidente da Assembleia, António Queirós Pereira, colocou à consideração do plenário a continuação da sessão da Assembleia Municipal, uma vez que já tinham sido ultrapassadas as 4 horas de duração da sessão. Informou que a proposta de continuação da sessão foi aprovada por maioria, pelo que passou de imediato ao ponto quatro da ordem de trabalhos. **Ponto Quatro: Proposta da Câmara Municipal para revogação parcial da deliberação do ponto 3 da sessão extraordinária da Assembleia Municipal, realizada a 27 de março de 2025, nos termos do artigo 169.º do Código do Procedimento Administrativo, designadamente na parte tocante à atribuição de subsídio à Junta de Freguesia de Santo Emilião e aprovação de minuta para delegação de competências e atribuição de apoio financeiro entre a Câmara Municipal e a Junta de Freguesia de Santo Emilião.** E concedeu a palavra à Câmara Municipal, para apresentação do ponto.

Interveio o Presidente da Câmara, Frederico Castro, cumprimentou novamente todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“Só uma consideração inicial para agradecer à maioria que votou favoravelmente, porque poupamos de pagar o dobro das senhas de presença, porque é importante explicar, que quando é dada continuidade à Assembleia Municipal, a Câmara Municipal tem o dobro do custo porque paga as senhas de presença a dobrar. Aliás tenho para

mim, que essa é uma das razões, talvez, de gostarem muito de adiar as assembleias para receberem a dobrar as senhas de presença.

Por falar em receber, este ponto tem precisamente a ver com a intenção que nós temos de permitir que a Junta de Freguesia de Santo Emilião possa receber o valor na totalidade que diz respeito a este contrato. Existiu um erro na minuta que foi aprovada em reunião de Câmara e Assembleia Municipal, que era uma minuta que previa uma fórmula diferente em termos de liquidação do valor, portanto, nós não queremos prejudicar a Junta de Freguesia de Santo Emilião e manter essa minuta. Queremos alterá-la e aprová-la na Assembleia Municipal para que a Junta de Freguesia receba o valor na totalidade no ano de 2025, e não uma parte em 2025 e outra parte em 2026. Muito obrigado.”

Depois, o Presidente da Assembleia, António Queirós Pereira, concedeu a palavra ao deputado do GP do PSD, Vítor Hugo Silva.

Interveio o deputado Vítor Hugo Silva, cumprimentou novamente todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“Na análise desta proposta que hoje nos é submetida respeitante à revogação parcial da deliberação da sessão extraordinária da Assembleia Municipal de 27 de março do corrente do ano, cumpre-me tecer as seguintes considerações. O objetivo desta proposta é que é a substituição da minuta que previa o pagamento de 10% da verba de dezasseis mil euros até trinta e um de dezembro de 2025, e 90% até 2026 pela minuta que permite o pagamento a sessenta dias após o auto de medição, neste contrato de atribuição de subsídio à Junta de Freguesia de Santo Emilião resulta então segundo nos é transmitido da necessidade de garantir uma maior celeridade na execução da obra de requalificação do cemitério desta freguesia.

Face à verificada urgência e pressão sobre a sua capacidade de resposta. Ora, nós não podemos ignorar a relevância social e simbólica de um espaço como é um cemitério, mais do que uma infraestrutura, trata-se de um lugar de memória, dignidade e respeito pelas nossas gentes. Qualquer intervenção neste tipo de espaço deve ser, por isso, dotada não só de rigor técnico, mas também de sensibilidade e oportunidade, neste sentido e após os trabalhos desenvolvidos pelo executivo da Junta de Freguesia de Santo Emilião em sinergia com o executivo municipal, referentes então a esta urgente execução dos trabalhos, tendo em conta as condições de segurança e salubridade do referido espaço, a decisão de adequar o instrumento contratual adotando uma minuta mais eficaz e célere, parece-nos justificada.

Estando, então perante uma proposta fundamentada no âmbito do CPA de corrigir esta decisão anterior, tendo em conta a intenção de agir com seriedade e responsabilidade, o grupo parlamentar do PSD irá votar favoravelmente a presente proposta. Obrigado.”

Depois, o Presidente da Assembleia, António Queirós Pereira, concedeu a palavra ao deputado do CDS-PP, Pedro Afonso.

Interveio o deputado Pedro Afonso, cumprimentou novamente todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“Como já foi contextualizado pelos pelo senhor Presidente e pelo deputado Vítor Hugo, o CDS encontra-se inteirado do teor da proposta, obviamente, nada tem a opor e dada a relevância da intervenção no cemitério da Freguesia de Santo Emilião, obviamente, votará favoravelmente a proposta. Muito obrigado.”

Depois, o Presidente da Assembleia, António Queirós Pereira, concedeu a palavra ao deputado do GP do PS, Filipe Silva.

Interveio o deputado Filipe Silva, cumprimentou novamente todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“No seguimento da intervenção do senhor deputado Pedro Afonso, o partido socialista considera-se inteirado esta proposta e nada tem a opor, e portanto, também votaremos favoravelmente. Muito obrigado. Muito obrigado.”

Depois, o Presidente da Assembleia, António Queirós Pereira, verificou que não existiam mais pedidos de intervenção e colocou o ponto à votação do plenário.

Deliberação: A Assembleia Municipal deliberou aprovar por unanimidade, a proposta da Câmara Municipal para revogação parcial da deliberação do ponto 3 da sessão extraordinária da Assembleia Municipal, realizada a 27 de março de 2025, nos termos do artigo 169.º do Código do Procedimento Administrativo, designadamente na parte tocante à atribuição de subsídio à Junta de Freguesia de Santo Emilião e aprovação de minuta para delegação de competências e atribuição de apoio financeiro entre a Câmara Municipal e a Junta de Freguesia de Santo Emilião.

Seguidamente, o Presidente da Assembleia, António Queirós Pereira, passou de imediato ao ponto cinco da ordem de trabalhos. **Ponto Cinco: Proposta da Câmara Municipal para alteração ao contrato de empréstimo de médio e longo prazo no valor de até ao montante de 535.000,00€ (quinhentos e trinta e cinco mil euros), adstrito aos investimentos relativos à ampliação da rede de saneamento (2.ª fase) do Concelho, nos termos da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual.** E concedeu a palavra à Câmara Municipal, para apresentação do ponto.

Interveio o vereador, Paulo Gago, cumprimentou novamente todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“Neste ponto cinco submete-se à apreciação e deliberação deste órgão deliberativo, a proposta de aditamento ao contrato de empréstimo de médio e longo prazo, celebrado entre o município e a Caixa Geral de Depósitos, no valor total de quinhentos e trinta e cinco mil euros, destinado a financiar investimentos estruturantes no âmbito da expansão da rede de saneamento básico no concelho. Este empréstimo recorde-se foi autorizado por deliberação da Câmara Municipal, tendo posteriormente sido adjudicado à entidade bancária Caixa Geral de Depósitos, nos termos da minuta do contrato provada. Entre os projetos inicialmente abrangidos pelo contrato de financiamento, encontrava-se a construção de uma estação de tratamento de águas residuais, vulgo ETAR, na Rua da Comenda, freguesia de Garfe, no montante de trezentos e cinquenta mil euros. Contudo, na sequência de estudos técnicos entretanto realizados pelos serviços municipais, concluiu-se que a solução inicialmente prevista não se revelava a mais vantajosa para o território, nem para os munícipes abrangidos, de facto, a execução de emissários e coletores associados a um sistema de drenagem gravítico permitirá uma abrangência territorial muito mais alargada, garantindo uma cobertura significativamente superior da população da freguesia. Mais se apurou que a solução inicialmente equacionada, a construção da ETAR, embora tecnicamente viável implicaria encargos de exploração e manutenção substancialmente superiores aos da alternativa agora proposta, revelando-se por consequente, menos eficiente do ponto de vista económico e ambiental a médio e longo prazo.

Adicionalmente, importa sublinhar que a ligação dos efluentes recolhidos à ETAR de Campos, através do sistema a implementar possibilitará, primeiro, a extensão da cobertura do serviço público de saneamento, beneficiando diretamente mais agregados familiares, a redução dos impactos ambientais negativos, nomeadamente os associados a sistemas simplificados ou autónomos de tratamento, a otimização da capacidade de tratamento já instalada na ETAR de Campos, promovendo um uso mais racional da infraestrutura existente, a diminuição substancial dos encargos de exploração e manutenção, por comparação com os custos associados à construção e operação de uma ETAR independente, a valorização de uma solução gravítica com evidentes benefícios ao nível da eficiência energética, custos operacionais e durabilidade da infraestrutura.

Nestes termos, a proposta técnica e financeira revista propõe a substituição do projeto anteriormente definido por ampliação da rede de saneamento em Garfe, sendo esta solução fundada em princípios de sustentabilidade, racionalidade económica e maximização da utilidade pública. Assim, a alteração proposta não afeta o montante global contratado nem altera quaisquer outras cláusulas contratuais consubstanciando-se apenas numa reprogramação interna da afetação de verbas dentro do contrato de financiamento aprovado.

Deste modo, pretende-se uma resposta mais eficaz, às necessidades da população da freguesia de Garfe respeitando os princípios da boa gestão dos recursos públicos e

contribuindo de forma decisiva para a melhoria das condições de vida e da qualidade ambiental no concelho. Face ao exposto e tendo por base a fundamentação técnica legal supra, propõe-se a esta Assembleia Municipal ao abrigo de competências estatuídas pela lei, deliberar e aprovar o aditamento ao contrato de empréstimo de médio e longo prazo, celebrado com a Caixa Geral de Depósitos, conforme minuta anexa à presente proposta e que dela faz parte integrante. Muito obrigado.”

Depois, o Presidente da Assembleia, António Queirós Pereira, concedeu a palavra ao deputado do GP do PSD, José Manuel Silva.

Interveio o deputado José Manuel Silva, cumprimentou novamente todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“Agradeço ao senhor vereador Dr. Paulo pela extensa apresentação do ponto, esqueceu-se de referir que foi a taxa de execução deste empréstimo que ainda está em zero, e é mais um valor que não aparece na dívida e há de reportar à dívida de abril de 2026. De facto, o senhor vereador já fez questão de explicar a necessidade da alteração. É importante é que esta, e eu estou convicto que esta solução é, efetivamente a melhor solução, não tenhamos dúvidas disso, mas isto não vive só das nossas convicções e, portanto, é fundamental que se junte a documentação, que tínhamos aqui a documentação de suporte que faça até esta análise comparativa, comparando a solução inicialmente proposta e que agora está aqui vertida como alternativa. Que no futuro, estou convicto que é a melhor solução esta, mas que no futuro que se junte, para todos nós termos e podermos fazer a devida análise comparativa, se não poderemos ser confrontados como hoje pelo senhor Presidente da Câmara, que efetivamente eu acho que tínhamos os dois razão que os quatrocentos mil euros, fiquei hoje a saber que Serzedelo fica sem aquele investimento, se tivesse partilhado essa informação connosco, efetivamente, o meu valor, ou o valor da nossa bancada seria exatamente igual ao valor apresentado pelo senhor Presidente da câmara. Pronto, no fundo, é isso que quero reforçar, que não tínhamos só as convicções, mas que também seja feita a devida demonstração de que a solução apresentada é, de facto, mais funcional e que terá uma maior abrangência da ligação, e votaremos favoravelmente a proposta.”

Depois, o Presidente da Assembleia, António Queirós Pereira, concedeu a palavra ao deputado do GP do PS, Pedro Silva.

Interveio o deputado Pedro Silva, cumprimentou novamente todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“O presente ponto é um excelente exemplo da forma extraordinária como este executivo tem desenvolvido o seu trabalho ao longo deste mandato, foi possível encontrar uma solução técnica que permite potenciar o investimento após encontrarem essa solução

técnica, politicamente foi validado e foi encontrada uma solução que beneficia claramente a população da Póvoa de Lanhoso, nomeadamente a freguesia de Garfe, que vai permitir que haja uma maior cobertura de rede de saneamento nesta freguesia, e isso também é um avanço significativo para a nossa população, para a população de Garfe e também revela aqui um aspeto que quem me antecedeu fez referência, que tem a ver com a questão da dívida, a preocupação em relação à dívida e, de facto, nós temos que estar preocupados em relação à dívida, mas se há dívida que se justifica e se há boa dívida, é precisamente dívida que traz para a Póvoa de Lanhoso e para a população, este tipo de qualidade que permite ter este tipo de equipamentos.

Portanto, estes investimentos, como o investimento na aquisição do terreno para a construção de um centro desportivo, como foi aqui referido, estamos a falar de dívida de qualidade, dívida que vai deixar para o futuro uma marca muito significativa, e por isso eu acho que todos nós temos que nos congratular com este tipo de investimento, com esta forma de abraçar soluções técnicas, igualmente capazes que possam servir a nossa população. Por isso, mais uma vez, congratular este executivo pelo excelente trabalho que têm realizado. Obrigado, muito obrigado.”

Depois, o Presidente da Assembleia, António Queirós Pereira, concedeu a palavra ao deputado do GP do PSD, José Manuel Silva.

Interveio o deputado José Manuel Silva, cumprimentou novamente todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“Eu quero-me dirigir também ao senhor deputado que me antecedeu, também me quero dirigir nesses termos, que, de facto, a aquisição de terreno não é dívida, foi por capital próprio do município, também convém esclarecer isso, e se tivesse atento, especialmente o senhor deputado, à intervenção da deputada Fátima Alves, ela explicou bem aquilo que é a nossa posição relativamente às dívidas do município.

Eu nunca falei aqui de má ou boa dívida, isso nunca esteve em questão. Aquilo que eu quis alertar foi que o valor que eu entendo que será de quatro a cinco milhões de aumento de endividamento, estes valores aqui serão refletidos, foi isso que eu quis dizer e espero que com esta repetição agora o senhor deputado tenha percebido.”

Depois, o Presidente da Assembleia, António Queirós Pereira, concedeu a palavra ao deputado do GP do PS, Pedro Silva.

Interveio o deputado Pedro Silva, cumprimentou novamente todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“Senhor Presidente, o deputado que me antecedeu não percebeu, aquilo que eu referi, é que, de facto, este município adquiriu com capitais próprios um terreno de extraordinária valia para este município, para implementação de um projeto

extraordinário, e as pessoas lá em casa, certamente estão a assistir, onde valorizar a construção de um centro desportivo como a Póvoa de Lanhoso merece e ambiciona já há muitos anos, há décadas e que não foi ainda possível realizar porque, por exemplo, não havia condições mínimas, e nomeadamente, a posse de um terreno para o efeito.

Depois há aqui um aspeto em relação à dívida que ainda não ouvi ninguém referir hoje, é que, de facto, nós estamos a falar em aumento de dívida, mas temos que relacionar o aumento da dívida em termos de valor global, com o valor que também o orçamento municipal representa e que evoluiu de forma significativa ao longo destes anos. Nós hoje temos um orçamento de trinta milhões de euros e não podemos comparar os cinco milhões de euros de dívida que fazem referência com um orçamento municipal de há vinte anos atrás de quatro milhões de euros, quando tínhamos um orçamento municipal de vinte milhões, por exemplo, e estou a falar em números redondos, e julgo que isso será o suficiente para perceberem aquilo que eu me referi. Obrigado.”

Seguidamente, o Presidente da Assembleia, António Queirós Pereira, verificou que não existiam mais pedidos de intervenção, pelo que colocou o ponto cinco à votação do plenário.

Deliberação: A Assembleia Municipal deliberou aprovar por unanimidade, a proposta da Câmara Municipal para alteração ao contrato de empréstimo de médio e longo prazo no valor de até ao montante de 535.000,00€ (quinhentos e trinta e cinco mil euros), adstrito aos investimentos relativos à ampliação da rede de saneamento (2.ª fase) do Concelho, nos termos da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual.

Depois, o Presidente da Assembleia, António Queirós Pereira, passou de imediato ao último ponto da ordem de trabalhos. **Ponto Seis: Proposta da Câmara Municipal, para aprovação de compromissos plurianuais, nos termos do disposto pelo art.º 22 do decreto-Lei n.º 197/99, de 08 de junho, conjugado com a alínea c) do n.º1 do art.º 6 da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, no âmbito do projeto de investimento “Habitações para Tod@s (Programa 1.º Direito)”, inscrito no plano plurianual de investimentos (PPI) de 2025.** E concedeu a palavra à Câmara Municipal para apresentação do ponto.

Interveio a Vice-Presidente, Fátima Moreira, cumprimentou novamente todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“Como já foi aqui introduzido este ponto, trata-se apenas de corrigirmos o valor que já consta, ou constava do PPI, do Programa Plurianual de Investimentos relativamente ao cumprimento da estratégia local de habitação, nós tínhamos uma previsão plurianual de dez milhões de euros, fundamentamos esta necessidade com o facto, de facto, de estarmos a acompanhar por via de vários fatores, um aumento no valor da construção e

estimamos que este valor possa ser maior. Por isso, trazemos aqui a esta assembleia a possibilidade de atualizar este valor em dois milhões de euros e passar então dos dez milhões que tínhamos inicialmente estimado para doze milhões de euros para a concretização da estratégia local de habitação.”

Depois, o Presidente da Assembleia, António Queirós Pereira, concedeu a palavra ao deputado do CDS-PP, Pedro Afonso.

Interveio o deputado Pedro Afonso, cumprimentou novamente todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“Só mesmo para lhes dar nota que o CDS se encontra inteirado do teor da proposta e votará favoravelmente. Obrigado.”

Depois, o Presidente da Assembleia, António Queirós Pereira, concedeu a palavra ao deputado do GP do PSD, José Manuel Silva.

Interveio o deputado José Manuel Silva, cumprimentou novamente todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“Nós também estamos inteirados, e iremos votar favoravelmente a proposta, contudo, fica a ausência também de documentação que fundamente o apenas dois milhões de euros, que é o que se trata aqui o apenas, eu sei, até dois milhões de euros nós valorizamos e reconhecemos também a importância deste projeto, que é uma prioridade para o desenvolvimento social e habitacional do nosso concelho.

Contudo, e acreditamos que este projeto já deveria estar numa fase mais avançada, com resultados já mais concretos, visíveis. Já devíamos até de estar em fase de entrega de chaves, como acontece em muitos municípios pequenos ou grandes, e vizinhos até, do nosso país, por isso, aquilo que desejamos, para finalizar é que este processo tenha a maior brevidade possível para que esta resposta aconteça mesmo para como diz o novo slogan do candidato fazer bem, é assim que se faz. Obrigado.”

Depois, o Presidente da Assembleia, António Queirós Pereira, concedeu a palavra ao deputado do GP do PS, Filipe Silva.

Interveio o deputado Filipe Silva, cumprimentou novamente todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“Só para dar conta a esta assembleia, também, que nos encontramos inteirados do teor da proposta e nada temos a opor e, portanto, votaremos favoravelmente. Muito obrigado.”

Seguidamente, o Presidente da Assembleia, António Queirós Pereira, concedeu a palavra à Câmara Municipal para resposta.

Interveio o Presidente da Câmara, Frederico Castro, cumprimentou novamente todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“Já agora, já que tiveram o cuidado de votar favoravelmente e nos dar oportunidade de poder explicar e estender a nossa intervenção ao longo da noite. Explicar o seguinte, senhor deputado, eu concordo com tudo o que disse menos com aspeto, é que este projeto poderia, de facto, estar mais adiantado se nós tivéssemos herdado este dossier mais adiantado também e senhor deputado, sabe que nós recebemos este dossier numa fase muito preliminar, estava iniciado, mas estava numa fase muito preliminar, tivemos de o reformular algumas vezes, foi aqui discutido na Assembleia Municipal e, portanto, eu gostaria que os fogos tivessem todos construídos e já disponíveis para as famílias que mais necessitam deles, mas este executivo está em funções há três anos e meio, não é, portanto, e até interpreto a ambição de ver as coisas a andar mais rapidamente, como o reconhecimento da capacidade deste executivo de fazer bem, mas nós vamos continuar a fazer bem e a fazer bem dentro do ritmo possível, mas vamos continuar a fazer bem. Muito obrigado.”

Depois, o Presidente da Assembleia, António Queirós Pereira, concedeu a palavra ao deputado do GP do PSD, José Manuel Silva.

Interveio o deputado José Manuel Silva, cumprimentou novamente todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“É só para finalizar e, de facto, acho que já não colhe o facto de no passado não se fazia, de facto, fazia-se e o processo tinha iniciado como outros executivos que são, também, executivos novos em municípios em que o processo estaria na estaca zero e já têm trabalho feito.

Aquilo que estamos a dizer é que se deve acelerar o processo, porque aquilo que todos nós queremos, que todos nós queremos, é que esta resposta efetivamente aconteça no concelho e que se acrescente valor no parque habitacional ao concelho da Póvoa de Lanhoso, é esse o nosso propósito e admite que seja também da bancada ali ao lado e da outra mais ao fundo que seja o propósito de todos nós podemos ter estas soluções para a Póvoa de Lanhoso. Mas acho que, de facto, estamos sempre a falar do passado que não se fez ou que se fez pouco ou pouquinho. Acho que hoje já não faz sentido estarmos com esse tipo de discurso. Obrigado.”

Seguidamente, o Presidente da Assembleia, António Queirós Pereira, concedeu a palavra à Câmara Municipal para resposta.

Interveio o Presidente da Câmara, Frederico Castro, cumprimentou novamente todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“Bom, talvez para finalizar, talvez, dizer que eu não disse que não se fez nada em relação a este dossier. Eu disse que tinha sido iniciado, mas estava numa fase ainda muito preliminar. Nós tivemos que reformular o projeto, nunca tinha vindo à Assembleia Municipal, por exemplo, portanto, estava numa fase tão preliminar que nunca tinha sido discutido nem aprovado na Assembleia Municipal nenhuma versão, nós tivemos que o fazer já neste mandato, isso é revelador, do quanto estávamos num período embrionário. Muito obrigado.”

Depois, o Presidente da Assembleia, António Queirós Pereira, verificou que não existiam mais pedidos de intervenção e colocou o último ponto à votação.

Deliberação: A Assembleia Municipal deliberou aprovar por unanimidade, a proposta da Câmara Municipal para aprovação de compromissos plurianuais, nos termos do disposto pelo art.º 22 do decreto-Lei n.º 197/99, de 08 de junho, conjugado com a alínea c) do n.º1 do art.º 6 da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, no âmbito do projeto de investimento “Habitações para Tod@s (Programa 1.º Direito)”, inscrito no plano plurianual de investimentos (PPI) de 2025.

Por fim, o Presidente da Assembleia, António Queirós Pereira, deu por terminada a sessão colocando à consideração do plenário a aprovação da ata em minuta para produção imediata de efeitos das deliberações tomadas. Informou que a mesma foi aprovada por unanimidade e despediu-se de todos reiterando o convite para estarem presentes na Assembleia Municipal Jovem e desejando a todos boa noite.

Anexa-se à presente ata a documentação adstrita aos pontos da ordem de trabalhos, fazendo dela parte integrante.